

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

MARIA LÚCIA PORTO SILVA NOGUEIRA

A NORMA DOS “BONS COSTUMES” E AS RESISTÊNCIAS FEMININAS NAS
OBRAS DE JOÃO GUMES (ALTO SERTÃO BAIANO, 1897 - 1930)

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

PUC – SÃO PAULO
2010

MARIA LÚCIA PORTO SILVA NOGUEIRA

**A NORMA DOS “BONS COSTUMES” E AS RESISTÊNCIAS FEMININAS NAS
OBRAS DE JOÃO GUMES (ALTO SERTÃO BAIANO, 1897 - 1930)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da Professora Doutora Maria Odila Leite da Silva Dias.

PUC – SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação ou Tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ **Local e Data:** _____

DEDICATÓRIA

À minha mãe, “D. Morena”, pelos incentivos de todas as horas.
A Alberto e aos meus filhos Roberto, Eduardo e Ana Luísa.

AGRADECIMENTOS

Finalmente vejo realizado o meu grande desejo de fazer um curso de Mestrado! O desafio de enfrentá-lo começou muito antes do período em que ele efetivamente foi realizado e ao concluí-lo, penso nas inúmeras pessoas que povoaram todo o percurso, apoiando-me e incentivando-me em todos os momentos. Portanto, quero agradecer a toda essa gente boa que contribuiu para que eu atingisse esse objetivo.

À Prof^a Dr^a Maria Odila Leite da Silva Dias, minha orientadora, agradeço as sábias opiniões ao indicar os caminhos mais adequados a um trabalho historiográfico. Seus pareceres competentes, os quais busquei incorporar nesse trabalho, revestem-se em lições que serão carregadas nos próximos passos acadêmicos. Obrigada pelo carinho e oportunidade do convívio.

Na PUC-SP encontrei um ambiente acadêmico instigante e muitas discussões que resultaram numa somatória de conhecimentos. Foram preciosos os debates mediados pelos professores aos quais agradeço todos, ressaltando aqui as professoras Yvone Dias Avelino e Estefânia Canguçu Fraga pelas sugestões e incentivos. Foram relevantes as idéias trazidas pelas professoras Elisabeth Juliska Rago e Maria Lúcia de Barros Mott no processo de qualificação da dissertação; os seus comentários abriram outros rumos.

À Prof^a Maria de Fátima Novaes Pires agradeço os fortes incentivos para buscar novos estudos e as opiniões e revisões feitas no primeiro momento desse projeto.

À minha colega e amiga Maria Belma Gumes Fernandes, que além do seu trabalho de revisão dos meus escritos iniciais, ajudou muito mais acreditando que seria possível a realização deste curso e incentivando-me a alçar este vôo. Muito obrigada pela sua amizade.

Um agradecimento especial, ao Prof. Bartolomeu de Jesus Mendes (in memoriam), o colega que queria ser meu co-orientador, mas infelizmente, não houve tempo, ele já não se encontra entre nós.

Sou muito grata a todos os colegas professores do Colegiado de História, em Caetitê - Campus VI, da Universidade do Estado da Bahia, Nivaldo Dutra, Zezito Rodrigues e Rosemária Joazeiro pela boa vontade em viabilizarem a minha liberação e ao Prof. Marcos Profeta pela disponibilidade em ler e comentar o meu

trabalho numa atividade avaliativa de Pesquisa Histórica na PUC SP. Quero agradecer às funcionárias Dora Soraia Pontes, Valéria Correia e a todos os outros que me dispensaram atenção.

No Arquivo Público Municipal de Caetité encontrei a colaboração de Rosália Junqueira sempre solícita em atender às nossas buscas; de Lielva Aguiar e Adriana Sacramento, ex-alunas e parceiras nos dias de trabalho no arquivo e Poliana Silva de Oliveira, aluna querida que me prestou muita ajuda na complementação de alguns dados e outras informações pendentes na fase final da pesquisa. Agradeço muitíssimo à colega Prof^a Giane Pimentel por encurtar as distâncias nas idas e vindas Guanambi-Caetité durante as pesquisas no APMC.

Ao CNPQ agradeço pela concessão da bolsa de estudos, muito importante para a viabilização deste curso de Mestrado.

Em São Paulo, tive a grata surpresa de ser recebida pela colega e amiga Eliana Márcia dos Santos Carvalho que tão generosamente acolheu-me em sua casa. Com a sua colaboração, todos os caminhos ficaram mais curtos em “Sampa”, isso além dos livros e outras fontes trazidas de Caetité numa solicitude inestimável. Sou grata às colegas de convívio residencial: Vera Martins, Lourdes Albuquerque e Bélia Bonini, que juntas com Eliana, foram realmente “companheiras” nesta caminhada.

Aos colegas da PUC-SP, quero agradecer pelos diálogos e troca de experiências enriquecedoras e a Karen Moriya que se fez minha amiga durante todo o curso. Ao amigo Paulo Boa Sorte, pela boa vontade em ajudar-me nas questões técnicas desse trabalho.

Agradeço aos muitos amigos que fortalecem a minha família como José Arcanjo, Marcos, Valdimir, Elvira Scolaro, Maísa, Geraldo, Gerson, Hermano, Sânia e Luciano. Em São Paulo tive as companhias agradáveis dos primos e da minha tia querida que fizeram diminuir a saudade dos que ficaram distantes.

E no interior da Bahia, o apoio dos meus pais e irmãos não faltou em nenhum momento; sou grata à minha mãe, pelo exemplo de força e coragem dadas a vida toda e por estimular-me a enfrentar outras paragens em busca do meu ideal; ao meu pai, que na sua simplicidade de sertanejo, pergunta sempre que dia eu vou voltar. Aos meus irmãos Sici e Lucivaldo e às minhas irmãs Sueli, Cida, Lécia e Tânia, sou muito grata e feliz pelo carinho e parcerias permanentes. Aos meus sobrinhos,

agradeço pela grande alegria que me proporcionam, cada um em suas singularidades.

A Alberto, meu esposo, agradeço por entender a minha ausência e apoiar este meu projeto.

Aos meus filhos queridos, Roberto, Eduardo e Ana Luísa, nos quais encontrei força e coragem para as lutas de toda a minha trajetória, obrigada pelo apoio, carinho e gratidão sempre renovados e por me fazerem muitíssimo feliz dia após dia.

Muito obrigada a todos!

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. *A norma dos “bons costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes (Alto Sertão Baiano, 1897 - 1930)*. 2010. 171f. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de análise as representações de gênero no Alto Sertão da Bahia, na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX, buscando evidenciar práticas culturais e tensões sociais que permeavam as vivências de homens e mulheres na sociedade da época. Partindo das obras literárias de João Gumes, o sertanejo intelectual que retratou a região em suas tramas romanescas, foi possível entrever os pormenores do público-privado numa dinâmica impregnada pelos valores morais dominantes no período e afinados com forte tradição conservadora. Gumes anunciou a realidade sertaneja, denunciou injustiças sociais e defendeu os moradores do sertão, mas não era seu objetivo desprender esforços para abolir estereótipos sócio-culturais das relações de gênero ou criticar preconceitos existentes sobre o mundo feminino. No contraponto com tais fontes, a análise debruçou-se sobre documentos diferenciados, fazendo emergir outras visões da mesma época. Numa postura dialética e dialógica, a pesquisa buscou focalizar as experiências e ações quotidianas das mulheres, encontrando identidades femininas em diferentes ritmos - permanências, mudanças, resistências, transgressões - a despeito de todo um conjunto de normas e crenças que lhes eram inculcadas, à época, no contexto da cultura sertaneja.

Palavras chaves: Relações de gênero, História e Literatura, História do cotidiano, trabalho feminino.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. *The rule of “good habits” and the feminine resistances in João Gumes literary (Alto Sertão Baiano, 1897 - 1930)*. 2010. 171 pages. Dissertation of Master's Degree. Post Graduate Program in History. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

ABSTRACT

This research has as its object of analysis the gender representations in the Alto Sertão of Bahia, at the turn of the XIX century and the first decades of the XX century. It aims to evidence some cultural practices and social tensions that permeated the experiences of women and men in the society at that time. Based on João Gumes's literature, the intellectual backcountry man who described that region in his novelistic plots, it was possible to glimpse the details from the public-private in a dynamic full by the dominant moral values of that period and linked with a strong tradition. Gumes announced the backcountry reality, denounced social injustices and defended the residents from that region, but it wasn't his objective to release efforts in order to extinguish socio-cultural stereotypes from gender relationships or to criticize prejudices that existing about the feminine world. In the dialogue with these searches, the analysis focused on differentiated documents, emerging other visions from that same time. In a dialectic and dialogical posture this research aimed to focalized the experiences and women's daily actions, finding female identities in different rhythms – permanencies, changes, resistances, transgressions – despite the set of standards and beliefs that were imposed, at that time, in the context from the backcountry culture.

Key-words: Gender relationships, History and Literature, Daily History, Feminine Work

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População do Município de Caetité – 1920 a 1924	40
TABELA 2 – Ações Femininas registradas no Livro de Atas e Petições da Intendência Municipal de Caetité (1898 a 1924)	123
TABELA 3 – Número de Associadas da Associação das Senhoras de Caridade de Caetité (1919 a 1930).....	144

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Trajetos De Boiadeiros, Mineradores E Tropeiros – Sec. XVIII E XIX	32
MAPA 2 – O Alto Sertão Da Bahia	65

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – Igreja de N. S. Santana de Caetité	34
FOTOGRAFIA 2 – Mercado Público de Caetité	50
FOTOGRAFIA 3 – João Gumes	51
FOTOGRAFIA 4 – Casarão da Família Gumes	53
FOTOGRAFIA 5 – Jornal <i>A Penna</i> - 1912	55
FOTOGRAFIA 6 – Jornal <i>A Penna</i> – 1914	73
FOTOGRAFIA 7 – Capas <i>d'O Sampauleiro</i> , v,1 e 2.	86
FOTOGRAFIA 8 – Romance <i>Seraphina</i>	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – IMAGENS DO ALTO SERTÃO: OS MUITOS REGISTROS E A VISÃO DE UMA ÉPOCA	30
1.1. O viver em Caetité nos idos 1900	31
1.2. O urbano e o rural em Caetité: sutilezas e sintonias de uma sociedade pós-abolicionista	43
1.3. João Gumes, o sertanejo intelectual	51
1.4. Visibilidade dos sertanejos pela mão de Gumes e outros registros ...	60
1.5. Imagens femininas pela escrita d’A Penna: nos rastros da tradição ..	71
CAPÍTULO II – RELAÇÕES DE GÊNERO NA CULTURA DO ALTO SERTÃO BAIANO: ENTRE OS REGISTROS LITERÁRIOS DE GUMES E OUTROS ESCRITOS	79
2.1. As mulheres nas tramas romanescas de Gumes: “Abramos os olhos de nossas filhas diante dos perigos e escabrosidades que as aguardam quando emancipadas do lar”	81
2.1.1. As teias da convivência entre mulheres e homens nas narrativas de Gumes	81
2.1.2. Mulheres negras nas narrativas de Gumes	93
2.2. Em nome da honra familiar: caminhos tortos e suplícios femininos ..	96
2.3. Adultérios e separações conjugais	105
2.4. Violências contra mulheres nas evidências do dia-a-dia	111
CAPÍTULO III – MULHERES EM MUITAS VERSÕES: SUAS ARTES E SEUS OFÍCIOS	117
3.1. Mulheres “de posses”	120
3.2. Mulheres em suas estratégias de sobrevivência	126
3.3. Mulheres na educação	136
3.4. Mulheres em múltiplos espaços de sociabilidade	143
3.5. Mulheres sertanejas nas práticas de saúde	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	154
APÊNDICES	163

O projeto de um horizonte histórico é, portanto, só uma fase ou momento na realização da compreensão, e não se prende na auto-alienação de uma consciência passada, mas se recupera no próprio horizonte compreensivo do presente. Na realização da compreensão tem lugar a verdadeira fusão horízontica que, com o projeto do horizonte histórico, leva a cabo simultaneamente sua suspensão.

(Hans-Georg Gadamer)

INTRODUÇÃO

O meu interesse pelo estudo das relações de gênero consubstanciou-se na prática docente, ao trabalhar na Universidade com componentes curriculares voltados para a cultura e sociedade na República oligárquica brasileira, quando então, fui levada a buscar fontes locais que pudessem evidenciar melhor o período em foco; assim tive acesso a trabalhos produzidos sobre aquela região, especialmente as obras do Sr. João Antônio dos Santos Gumes, jornalista e literato que viveu entre 1858 e 1930, período em que produziu vários trabalhos, alguns inéditos e cujo acervo encontra-se disponibilizado no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Os títulos das obras e as classificações feitas pelo autor tais como “romance de costumes sertanejos” ou “romance de folk-lorismo” ou ainda “romance moralizador e filosofico” entre outros, só aumentaram o meu interesse por essas leituras.

A partir daí, o acesso às várias obras de João Gumes e ao acervo do Jornal *A Penna*¹, trouxe-me a percepção do valor destas produções para estudos históricos do período pós abolição e fez emergir de forma nítida e recorrente, a tônica sobre as redes de sociabilidades e as práticas rotineiras dos sujeitos na dinâmica de uma realidade sertaneja, multifacetada e não menos contraditória, apesar da aparência de lentidão no ritmo das mudanças; apontou-me caminhos possíveis para se compreender as particularidades da cultura e da sociedade sertanejas, os modos de viver e de pensar na transição do século XIX/XX. Neste percurso fiz a opção pelo estudo das relações de gênero no Alto Sertão Baiano² nas três primeiras décadas do século XX, tomando como base as citadas obras, nas quais busco evidenciar, através das práticas culturais e das tensões sociais, o sistema de valores, hábitos e atitudes que permeavam as vivências de homens e mulheres na sociedade da época, traduzindo o papel e o lugar de cada um naquela sociedade; o foco dessa dissertação é descrever as formas de pensar e de viver do Alto Sertão da Bahia, analisando os ritmos – permanências ou mudanças - do processo histórico no

¹ Periódico que circulou em Caetité e região do Alto Sertão Baiano no período entre 1897 a 1943. Fundado por João Gumes, circulou ainda por treze anos após a sua morte. Como proprietário e redator, publicou as suas crônicas e alguns de seus romances em folhetins.

² Segundo Neves (1998, p. 22), “geralmente definem região de modo pouco preciso física ou sócio-economicamente, como área que se pretende delimitar, com ‘critérios parciais da espacialidade’, que ‘recortam a base física’: região semi-árida, demarcada pelos fenômenos climáticos; região do sertão, caracterizada pela morfologia da vegetação; região do Alto Sertão da Bahia, referenciada na posição relativa ao curso do rio São Francisco na Bahia e ao relevo baiano que ali projeta as maiores altitudes”. Estrela (2003: 39), assim identifica a região: “o Alto Sertão Baiano era formado por toda a Serra Geral e franjas das microrregiões econômicas Médio São Francisco, Chapada Diamantina, Sudoeste e Paraguaçu”.

período e ir direcionando o olhar especificamente às mulheres daquela realidade social, considerando sempre as suas experiências e ações quotidianas que foram se tornando resistências e até transgressões ao que é dado como sua cultura³, a despeito de toda uma tradição extremamente conservadora.

Estudar as relações de gênero considerando a noção de sensibilidade para as experiências do quotidiano e a possibilidade de reconhecer outros domínios que não sejam os das “atividades conscientes e voluntárias”, é buscar compreender também a mudança em suas sutilezas e nessa diretriz, as diferenças mais que as semelhanças⁴. É buscar perceber que, apesar de todas as normas e imposições de uma sociedade machista e conservadora, existiam práticas criativas e alternativas que eram abraçadas pelas mulheres, quer seja trabalhando ao lado de seus maridos, quer seja assumindo sozinhas as responsabilidades com a família e os filhos.

Fazer um estudo a partir das representações de gênero, considerando uma tendência recente da historiografia voltada para uma História da Cultura, vale lembrar Lynn Hunt (1992:25), quando diz que “todas as práticas sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao seu mundo”. Diz ainda que, para se buscar uma explicação e compreensão de uma dada realidade, é necessário perceber e se pensar “as diferenças” que deverão ser apreendidas em contraponto à noção de unidade; para tal, o papel do gênero está presente nas “configurações de diferenciação na cultura e na sociedade”; portanto, “sem alguma discussão do gênero, nenhum relato de unidade e diferença culturais pode estar completo”.

Perseguir as relações de gênero buscando as singularidades de cada grupo social, centrando nas tensões e embates, sem recusar o que aparece como diferente, é o caminho adotado neste trabalho. Assim, numa postura dialética e

³ Aqui as minhas observações se voltaram para os conceitos implícitos já no título do meu trabalho e em outros que aparecem no caminho que quero fazer. Cultura é o primeiro deles e será utilizado aqui na acepção dada por Stuart Hall para quem “a cultura é algo profundamente subjetivo e pessoal e ao mesmo tempo, uma estrutura em que a gente vive” e que é permeada também de sentimentos e emoções; para ele, não são estruturas apenas pessoais, mas são também institucionais e possuem “propriedades que derrubam” a pessoa conforme as contingências da vida (HALL, 2003: 413).

⁴ Segundo Ariès, pode-se tomar uma cultura do passado como referência, separá-la, para em seguida compará-la a outras mentalidades numa seqüência que pode assim ser estabelecida: “presente, 1º passado-origem, 2º, passado a conhecer, havendo em seguida um retorno dialético do 1º e do 2º passado ao presente. Nossa mentalidade contemporânea, que podemos chamar de modernidade, acha-se, pois, sempre na origem da curiosidade historiadora e da percepção das diferenças. Sem a consciência da modernidade, não haveria mais história, e até as não diferenças, isto é, as permanências, não seriam percebidas”. (ARIÈS, 1998:171).

dialógica, entre o que permanece e o que muda, a pesquisa caminhou perseguindo os traços que pudessem evidenciar identidades femininas e masculinas, em diferentes ritmos naquele contexto.

Para trazer à tona esses quadros de formação identitária, aponta Maria Odila Dias (1992:41), impõe-se “reconstruir ou redefinir os processos de subjetividade, de identidade, da própria racionalidade no mundo contemporâneo, que se volta para o passado a fim de se reencontrar, devidamente relativizado, no presente”. Esta perspectiva permite ao historiador lidar com o “relativismo cultural historicista e historicizante” na análise dos conceitos e fazer uma abordagem inovadora porque viabiliza a incorporação de mudanças e ao mesmo tempo permite ver valores culturais em transformação.

A opção por trabalhar numa perspectiva relacional como a apontada acima, surge da intenção de fugir ao enfoque puramente descritivo ou causal que reúne num mesmo conjunto gênero e “história das mulheres”; tem ainda a intenção de recusar a qualidade fixa e permanente da “oposição binária” homem-mulher, da construção hierárquica aceita como a própria natureza das coisas e utilizar gênero como uma categoria capaz de “dar conta da mudança histórica” e evidenciar um complexo sistema de relações, em que se possa considerar tanto os sujeitos individuais como as inter-relações de sua organização social (SCOTT, 1990:44). Assim, o desvendamento das construções culturais e sociais de papéis apropriados por homens e mulheres, passa pela recusa a qualquer explicação biológica. Utilizar “gênero” como categoria de análise na investigação histórica, ganha consistência se operada nos termos de uma operação “a contrapelo” que despreze explicações causais generalizantes e, perseguindo nuances de cada processo histórico, busque desconstruir os estereótipos. Pensado assim, “gênero” põe em relevo um sistema complexo de relações que pode incluir sexo, porém não está diretamente determinado por ele ou ser diretamente determinante da sexualidade.

Com os avanços historiográficos e o aumento de produções sobre novas temáticas, os estudos de gênero ganham impulso no bojo das concepções formuladas pela História Cultural, abrindo possibilidades para estudos sobre as mulheres e sobre os homens numa inter-relação que enriquece as novas tendências da pesquisa histórica. Nessa dimensão, enfoques no imaginário social e numa cultura multifacetada ganham mais peso que outros centrados nas explicações econômicas e políticas. Como nos diz Chartier (1994:101):

[...] o objeto fundamental de uma história cujo projeto é reconhecer a maneira como os atores sociais investem de sentido suas práticas e seus discursos parece-me residir na tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam – mais ou menos fortemente, dependendo de sua posição nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, enunciar, e fazer.⁵

Isso vale segundo o autor, para estudos históricos voltados para obras de cunho artístico e literário consideradas como uma negociação entre seus criadores e as instituições sociais, mas vale também para uma história das práticas comuns vistas igualmente como invenções de sentido moldadas por fatores diversos em cada grupo, que acabam por definir seus “comportamentos legítimos e as normas incorporadas”.

Todavia, a investigação deve relativizar o que seriam estes comportamentos tidos como legítimos e as implicações que carregam em si, analisando-os em articulação com as normas prescritas e as normas incorporadas o que pode revelar não haver coincidência entre os mesmos.

Com base nessas afirmações, vale admitir que Gumes, com todas as suas competências e como eminente sujeito da sua época, escreve, portanto, do lugar de quem tem a experiência e as vivências do cotidiano incorporadas às suas narrativas. Mas é preciso ir mais longe e levantar questões a respeito dos espaços que ocupava, os lugares por onde transitava e que valores divulgava; elencar costumes, hábitos, atitudes presentes na sua obra e entrever as suas vinculações sociais e as suas intenções, deliberadas ou não, na amostragem dos embates entre homens e mulheres. Vale ainda insistir em como ele pensava as diferenças entre os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres e também entre mulheres de diferentes extratos sociais; as cobranças da “boa moral” que recaiam sobre as mulheres eram feitas indistintamente ou variavam de intensidade conforme o extrato social ao qual pertenciam?

Conhecer as tramas e os conflitos vividos por homens e mulheres a partir das representações apresentadas por João Gumes em suas produções literárias, é um caminho que pode se apresentar harmonioso dentro dos padrões e do pensamento da época, mas que pode deixar ver, a partir de um estudo mais acurado, tensões e embates nem sempre muito explícitos. Ao historiador atento, alerta-nos Maria Odila

⁵ Texto lido pelo autor no Seminário “CPDOC 20 anos”.

Dias (1995:23), não deve escapar o que pode ser visto nas entrelinhas, a despeito “dos preconceitos que impõem silêncios e omissões” no que se escreve sobre as mulheres. Afirma ainda que “a documentação escrita em geral resvala, no que diz respeito ao sexo feminino, pelo domínio do simbólico e mítico dos grandes arquétipos culturais e desfilam em poucas linhas diversos dos paradigmas da tradição judaica e cristã”. Diante disso, os investigadores devem insistir numa postura desmistificadora de tais paradigmas, fazendo emergir as singularidades de cada contexto e os processos em que se desenvolvem, sendo este o caminho apontado por vários estudiosos feministas⁶.

Nesse sentido, afigura-nos o estudo feito por Elisabeth Rago (2007:27) sobre o feminismo na Bahia, por mostrar-nos a relevância das “práticas quotidianas” como fonte fecunda no desvendamento de construções de subjetividades “que não se enquadram totalmente nos códigos normativos vigentes numa sociedade em processo de mudanças estruturais”

A literatura de Gumes é um olhar masculino que reflete a sua visão de mundo impregnada pelos ideais dominantes de uma sociedade conservadora, no entanto, deixa entrever situações de cotidianidade em que as mulheres aparecem com algum poder na sua atuação em família e na dinâmica das suas relações sociais. Um exemplo disso está no seu romance *Os Analphabetos* (1928), de cuja leitura envolvente, depreende-se situações interessantes do dia-a-dia, como a do lar sertanejo em que a esposa enfrentou o companheiro para livrar o filho de uma surra de “corrião”; passado o incidente, o pai ficou incomodado com a ousadia de sua esposa em afrontar a sua autoridade. Se a situação voltasse a se repetir, onde é que as coisas iriam parar? Por seu turno, depois daquele dia, ela percebeu o seu valor naquela casa e que não tinha motivos para ter medo do seu marido. Este é um primeiro exemplo dentre muitos que permeiam as suas obras.

Este exemplo nos remete à concepção de gênero apresentada em Scott (1990: 47), ou seja, gênero como um campo primário dentro do qual e por meio do qual se articula o poder. Este aparece multifacetado e se inscreve tanto nos símbolos impostos pela cultura, como nos conceitos normativos expressos em doutrinas religiosas, educativas, científicas, legais, políticas e no exemplo dado, no interior das relações familiares. As teias do poder estão emaranhadas no âmbito do

⁶ Ler Scott (1990) e Butler (1998) dentre outros.

espaço público, mas também no espaço privado e no lar estão postos vários níveis de poder na tessitura das formas de convivência dos seus membros e ali emergem “micro-poderes”. Os embates e tensões face às exigências do dia-a-dia nem sempre ocorrem de forma pacífica e democrática.

Esse espaço privado do lar, que durante muito tempo ficou identificado pelos conservadores como sendo naturalmente o da ação feminina, pode antes ser visto “como o lugar da privação de luz, da invisibilidade, isto é, da inexistência social”, a que ficam relegadas as mulheres lá enclausuradas. Porém, isso não significa ausência de embates, ao contrário, ali estão inscritas relações de poder tão prementes quanto as que ocorrem nos espaços públicos. Desvendar este mundo submerso do lar e desmistificar a idéia de “ninho aconchegante” é um dos objetivos deste trabalho⁷.

As obras literárias de João Gumes⁸ foram analisadas paralelamente a processos do Cartório de Feitos Cíveis e Criminais, a exemplo dos datados de 1917 e 1922 e que, dentre outros, são encontrados no Arquivo Público Municipal de Caetité; estes trazem registro de queixa por calúnia e difamação e queixa por injúria respectivamente e referem-se à honra de moças solteiras e à honra de homem casado acusado de traição conjugal.

A análise dos impressos do Jornal *A Penna* foi significativa para a elucidação do cotidiano retratado, sendo esta uma das bases para o confronto com as fontes literárias. No período pretendido, 1897 a 1930 – aliás, o início da circulação foi um marco que pesou na escolha do recorte temporal deste estudo - vasculhou-se a quase totalidade do acervo disponível no Arquivo Público Municipal de Caetité; do início até 1905, foram pesquisadas todas as publicações e no restante do período, observou-se uma regularidade de pelo menos um exemplar a cada mês⁹.

Os trabalhos de memorialistas e outros estudos historiográficos compõem o quadro das fontes analisadas e contrapostas uma às outras, das quais foi possível

⁷ Esta é uma definição da filósofa Hannah Arendt sobre o espaço privado, citada por Rago (2004).

⁸ Das obras literárias de João Gumes, *Os analfabetos* (1928) e *O Sampauleiro* (este em dois volumes, 1917 e 1929), são as únicas que foram editadas como livros; *Vida Campestre* (1914) e *Pelo Sertão* (1913) circularam como romance-folhetim no jornal *A Penna*; *Sorte Grande*, *A Vida Doméstica* (não foram localizadas), *Mourama* (s/d) e *Abolição* (s/d) são comédias e *Seraphina* (s/d), um romance moralizador e filosófico, manuscrito autógrafo incompleto (Arquivo Municipal de Caetité). De *Uma insurreição de negros*, escrita em 1874, existe a transcrição. Nas referências aos textos ao longo do trabalho, essas datas serão mantidas como forma de identificação das mesmas.

⁹ Observe-se que entre 1905 a 1911 houve uma interrupção na circulação do jornal; após a restauração, excetuando-se os que ficaram ilegíveis pelo desgaste do tempo, pode-se dizer que mais de 80% foi pesquisado. Além do acervo digitalizado são encontrados ainda alguns números avulsos.

descrever e analisar as características dos perfis masculinos e femininos defendidos pela “boa sociedade” e cobrados como sendo os padrões da “boa moral”. Há de se perseguir as cobranças no cumprimento das normas dos “bons costumes”, às vezes mais severas sobre as mulheres de camadas médias; estas sofriam cobranças sobre conduta e recatamento social e pressões para se enquadrarem no modelo regulado pela opinião pública fortemente impregnada por valores conservadores e machistas. As mulheres das camadas mais abastadas detinham privilégios e, quando escorregavam na desobediência às normas, ou em faltas consideradas muito graves, encontravam apoio em alguns subterfúgios para resolver e abafar situações constrangedoras. Entretanto, vale considerar, mesmo as mulheres mais influentes, sofriam pressões silenciosas ou não, como o caso de Celsina Teixeira em relação à doença do marido; mesmo com o diagnóstico de “meningite syphilitica”, cuidou do doente por muito tempo, conforme comenta Profeta (2009:160):

No caso de Celsina, com o objetivo de “evitar qualquer responsabilidade futura”, revelou a cobrança da família em sentido contrário, ou seja, nos devidos cuidados ao marido enfermo e isso não apenas durante esse episódio, mas ao longo dos “dez anos e onze meses de martírio”.¹⁰

A escrita de João Gumes, espelhando o pensamento positivista da sua época, admitia que as mulheres devessem ter instrução, devessem ser alfabetizadas, mas dentro das conveniências permitidas, sem um enfrentamento acintoso à autoridade do pai ou do marido, como será mostrado adiante. À mulher casada, só são permitidas interferências na privacidade exclusiva do casal.

Portanto, um aspecto instigante e que move este trabalho é a caracterização de espaços ocupados por homens e mulheres na sociedade sertaneja da época, onde poderão estar inscritos muitas participações para além do convencional esquema público–privado para homens e mulheres respectivamente. Muitos processos cíveis e criminais encontrados no Arquivo Público Municipal de Caetité dão-nos a idéia de que as mulheres marcavam a sua presença na sociedade de várias formas, de cujos exemplos podemos citar solicitações de terrenos da prefeitura para construção de casas, disputas por terrenos rurais e outras questões envolvendo o trabalho da lavoura. Aí as ações femininas aparecem fora dos esquemas impostos, subvertendo a organização pré-determinada socialmente;

¹⁰ Veja Profeta (2009).

aparecem como professoras, costureiras, lavadeiras e outros trabalhos variados que lhes garantiam a posição de chefes de famílias e lhes possibilitavam adotar modelos familiares diferentes do convencional.

Todas estas questões estão pensadas e analisadas com base nas idéias de historiadoras feministas entre as quais Maria Odila Dias, Joan Scott, Judith Butler, Michelle Perrot, Margareth Rago e outras, que colocam as subjetividades no centro das novas pesquisas, com perspectivas otimistas sobre a possibilidade de renovação do conhecimento oferecida por tais abordagens.

A noção de gênero para Scott (1992:95), permite ver a diferença dentro da diferença, cabendo aos historiadores, a despeito dos debates acadêmicos e da dificuldade em definir territórios, adotarem um posicionamento político no sentido de denunciar e rechaçar “as relações de poder, os sistemas de convicção e prática que estabelecem as identidades individuais e coletivas, que formam as relações entre indivíduos e coletividades e seu mundo, e que são encaradas como naturais, normativas ou auto-evidentes”. Na perspectiva dessa autora, os estudos contemporâneos de gênero devem analisar o aspecto da diferença entre os sexos numa teia complexa de outras relações, o que significa rejeitar a idéia de que seja o sexo diretamente “determinante da sexualidade”. Nessa postura metodológica, as novas pesquisas devem caminhar, desvendando as diversas relações existentes nas mais variadas manifestações das afetividades humanas. (SCOTT, 1990:29).

Os estudos feministas, abraçando a categoria de gênero e o seu caráter relacional, trouxeram outras possibilidades de investigação ao campo das Ciências Humanas num momento em que se discutiam questões ligadas às noções de identidade e de sujeito. No bojo desse aparato teórico, os sujeitos são pensados como identidades construídas social e culturalmente, ao contrário de se considerar uma identidade forjada por uma “essência biológica pré-determinada”. Assim, sujeitos históricos, homens e mulheres, são analisados em suas complexas formas de interação, mesmo admitindo-se os conceitos normativos e símbolos culturais presentes nos seus processos de formação.

A noção de poder reafirma-se como fundamental para se pensar essas relações; é preciso desvendar os espaços em que se dão as intrincadas redes de convivência dos sujeitos sociais que ora nos referimos, a exemplo da mulher que enfrentou o marido para defender o seu filho na trama de um dos romances. Esses espaços podem ser pensados como o lar, o doméstico e a rua, ou o público. Estes

são carregados de significados, conforme nos lembra Perrot (2005:261): “a distinção do público e do privado apareceu como o que ela realmente é: uma categoria política, expressão e meio de uma vontade de uma divisão sexual dos papéis, das tarefas dos espaços, produtora de um real remodelado sem cessar”.

No período em estudo, pesquisas revelam que, se considerarmos o espaço público, estes agentes ocupam posições opostas. Aos homens é reservado o exercício da política e a participação na tomada de decisões, enquanto às mulheres cabe a esfera do privado. Ser mulher pública significa ser depravada, mulher comum, mulher de todos e isso nos é confirmado por Perrot (1998:7) quando diz: “O homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria”. Daí porque a “boa sociedade” defende e prega tão veementemente o recatamento feminino.

Numa análise da mesma época, Maluf e Mott (1998: 373) afirmam que o “dever ser” das mulheres foi traçado por um discurso ideológico que, reunindo conservadores e reformistas, acabaram por cristalizar papéis sociais atribuídos ao masculino e ao feminino. Ao homem, a identidade pública; à mulher, a doméstica. O embate entre uns e outros, segundo as autoras, aparece na Revista Feminina (1920), evidenciando, por um lado, a conclamação às mulheres pela luta por igualdade de formação para ambos os sexos, por resistência a uma vida de submissão, de ausência de ideais, ausência de autonomia financeira, enfim, por quebra das “algemas aos maridos”; por outro, as denúncias “às frivolidades mundanas, passeios, chás, tangos e visitas que faziam a mulher desertar do lar”. Neste embate contraditório, é visível a posição das mais ousadas e aguerridas, conquistando novos espaços contra uma maioria que se orientava pelo senso comum e reforçava a tradição conservadora.

Todo ser humano, como ser histórico, traduz normas e costumes do meio social em que vive, continuam as autoras (idem, p. 421); assimilar ou negar papéis e valores é “uma atividade consciente ou não, um fazer que se entrelaça com a representação e que mesmo assim pode alterar o já-feito, ou o já-dito”. Quando o discurso quer consagrar a oposição homem/mulher, os eventos e seus significados devem coincidir. Porém, há aí uma chance de desencontro dessa intenção a depender de como esta realidade é percebida por diferentes formas de olhar.

Os estudos feministas criticam a noção de “sujeito universal” que ao se instalar, o faz sob o peso de “um todo artificialmente construído”, deixando de considerar as nuances e diferenças próprias de um processo histórico e assim, acaba por se tornar “um ardil de poder auto-congratatório”, na contramão de uma perspectiva da inclusão¹¹.

Para se pensar na realidade do Alto Sertão Baiano e nos sujeitos femininos daquele espaço, vale lembrar que Caetité, foco principal deste campo de estudo, tendo se destacado como centro de formação de professores a partir da criação da sua primeira Escola Normal (1898 – 1903) e depois da sua segunda Escola Normal (inaugurada em 1926), apresentava ótimas oportunidades de ascensão às mulheres das camadas intermediárias, uma vez que a clientela dessas escolas era eminentemente feminina e as mesmas podiam atuar na sociedade da época. No entanto, emerge aqui uma questão contraditória a partir do pensamento de Beatriz Sarlo (1997:177), quando nos diz que, nas primeiras décadas do século XX, o “modelo pedagógico” deu condições às mulheres de participarem da esfera pública e de criarem estratégias que chamaram para si exercícios de poder. Entretanto, afirma-nos a autora:

Os professores definiram seu papel de uma forma intelectual, semi-secularizada, de acordo com a qual as mulheres, ao exercer essa profissão, estavam imbuídas das virtudes, qualidades e respeito de mães: elas não somente educavam o pensamento, mas respondiam ao ideal de formação de caráter e disseminação de princípios morais. Mas os professores eram órgãos típicos de reprodução (de ideologia nacional, do estado de espírito de uma cultura vista como desejável) e não de produção de novas alternativas.

Assim, as mulheres instruídas eram personagens principais no drama da desigualdade e da batalha contra elas, pois nem sempre contestavam o poder hegemônico do homem ou a cultura considerada ideal para as relações entre o Estado e a sociedade, embora tenham levantado a perspectiva de, em algum momento, ser possível cruzar a fronteira entre a participação na educação formal e o acesso a outras instituições da esfera pública.

Longe das construções baseadas em pensamentos monolíticos, é necessário elucidar as transgressões e as múltiplas possibilidades que afloram numa dinâmica do viver; esta possibilita alguma flexibilidade de fronteiras entre estes dois mundos,

¹¹Ver o trabalho de Butler (1998).

a partir das diferentes circunstâncias impostas pela singularidade do “ser vivente” e pelo fato de estar no mundo; às mulheres de camadas sociais menos favorecidas é forçoso que se arrisquem em atividades fora do lar em busca de formas de ganho que garantam o suprimento de necessidades básicas da sua família; outras vão absorvendo influências a partir dos contatos, da palavra escrita e de outras formas de comunicação que vão se disseminando em seu meio. Desta forma, lembra-nos Perrot (2005:273), “as mulheres não foram somente vítimas ou sujeitos passivos. Utilizando os espaços e as tarefas que lhes foram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contra poderes que podiam subverter os papéis aparentes”. Organizando o cotidiano, transformando-o em base do seu poder iam inscrevendo não só os seus sofrimentos, mas também os seus prazeres. Estendiam suas ações até a rua e a vizinhança, participavam de redes de solidariedade e assim se tornavam valorizadas e até exaltadas.

Utilizar os romances de Gumes como fontes históricas, é um trabalho que busca trabalhar a inter - relação entre a Literatura e a História, como possibilidade de analisar e conhecer uma determinada realidade social presente nas obras literárias.

Preservadas as especificidades dessas obras quanto à estética, é possível considerá-las num conjunto de significados articulados a uma dimensão social; sem dúvida, o escritor acaba por traduzir a sociedade em que vive, inscrevendo-se como testemunho e revelando pontos de tensões, denúncias ou anúncios de seu tempo, como bem ilustra Sevcenko (1999: 20):

Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais?”

Este mesmo autor escreve sobre da diferença entre o ofício do historiador e o do escritor, sendo que ao primeiro cabe ocupar-se da realidade, enquanto o segundo se relaciona ao campo das possibilidades, enfatizando-os. Entretanto, afirma que, se literatura se prende a esse campo, “dos planos que não se concretizaram”, isso dá margem a uma produção historiográfica que incorpora o grupo dos vencidos, dos “que ficaram marginais ao sucesso dos fatos”. Desta forma,

torna-se um recurso privilegiado para a “elucidação quer das tensões históricas cruciais de um período, quer dos seus dilemas culturais” (idem, p. 23).

Nessa perspectiva da inter-relação das duas áreas de conhecimento, vale salientar a posição de autores como Bakhtin (1992: 362 e 366), para quem a Literatura deve caminhar ao lado da História da Cultura numa vinculação bem estreita, como uma “parte inalienável da cultura”, possibilitando a compreensão do fato literário “dentro da totalidade da cultura de uma época”. Com o passar do tempo, a ciência literária “tem a vocação” de libertar a obra, fazendo-a compreendida e aproveitada em toda a sua plenitude, o que nem sempre é possível no momento da sua criação, dada à contemporaneidade do autor e dos críticos.

O romance ocupa um lugar central na obra de Bakhtin que o considera plurilinguístico, pluriestilístico e plurivocal. Como nos diz Fiorin ao discutir as idéias bakhtinianas, ele é “a expressão do dialogismo no seu mais alto grau, dando um lugar mais destacado do que os outros gêneros à diversidade, à diferença, à heterologia”. Nesta perspectiva, o romance é analisado a partir da percepção da linguagem e da representação do espaço e do tempo. Ele nos permite conhecer o mundo natural e o mundo da língua, “em sua realidade heterogênea, dialógica, plural”. Além de ter uma linguagem própria, “ele opera com o dialogismo discursivo de cada momento de uma dada formação social” (FIORIN, 2008:115 e 139).

A idéia de valorização do romance é também defendida por Roger Chartier (2009:42), quando diz que “algumas obras literárias moldaram as representações coletivas do passado mais poderosamente que os escritos de historiadores”; apresenta como exemplo para isso, o romance do século XIX, atribuindo-lhe uma força capaz de ‘produzir, moldar e organizar’ as vivências de um grupo e que o faz quando se apodera do passado, registra fatos e personagens colocados como reais e que finalmente são apreendidos e incorporados como senso comum. E acrescenta mais, que “os processos que conferem existência ao escrito em suas diversas formas, públicas ou privadas, efêmeras ou duradouras, também se convertem no próprio material da invenção literária”.

Além dessas considerações, deve-se admitir que, o ler romances permite esmiuçar os recônditos da tessitura de um enredo e fascina aqueles que gostam da leitura prazerosa, ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de conhecer uma determinada realidade social e de imiscuir-se nos pormenores do cotidiano do público e do privado.

No trabalho com as produções de Gumes, a investigação não pode perder de vista os procedimentos específicos de uma pesquisa histórica, buscando “dessacralizar” tais fontes, submetendo-as a um “interrogatório sistemático”, pois, “enfim, a literatura é um testemunho histórico” (CHALHOUB e PEREIRA, 1998:7). E para analisar as representações de gênero em foco, deve-se colocar em evidência as práticas observadas e descritas na dinâmica das relações sociais, as formas de interação e convivência que forjam necessidades de argumentação e negociação, buscando-se perceber se há mudanças ou permanências nessas relações, nos papéis atribuídos a homens e mulheres e como que elas se explicam.

O percurso deste trabalho prende-se às análises das ações dos sujeitos históricos, principalmente das mulheres, buscando apreender toda a “experiência humana” na inteireza de sua cotidianidade e nas manifestações de sua cultura, para assim interpretar alteridades e reconhecer subjetividades e outras identidades¹².

O cotidiano, aponta Michel de Certeau, favorece enormes possibilidades de percepção de estilos de vida que fogem ao controle da dominação e isto é um importante sinal para o trabalho do historiador. Este deve ter como objetivo o “fazer funcionar um conjunto cultural, fazer com que apareçam suas leis, ouvir seus silêncios, estruturar uma paisagem que não poderia ser um simples reflexo, sob pena de nada ser” e “mostrar que os mecanismos sociais de seleção, de crítica, de repressão”, são sempre carregados de violência para se fundar um saber. (CERTEAU, 1995:79).

Assim, o trabalho prende-se à leitura de Gumes, aproveitando a sua visão de mundo, o contexto em que vivia, seus anseios e percalços e o que foi dito através dos seus personagens, entretanto, vale dizer, com um olhar perscrutador, focado em outras direções, e preso a outros registros, mas sem desvincular-se da perspectiva histórica; assim, articulando as minúcias com os contextos mais amplos, pode-se ir mais longe nas especificidades de mundo feminino e trazer formas de participação diferentes do convencionalmente prescrito; assim, pode-se chegar às práticas criativas e improvisadas a partir de um “aperfeiçoamento da hermenêutica do cotidiano”.

A intenção que perpassou todo o caminhar foi o de perseguir evidências materiais, concretas, reais, no mesmo conjunto com outras eivadas de sensibilidade que expressam crenças e valores e em que subjetividades afloram na dinâmica do social e na percepção de identidades. Estas subjetividades carregam em si a experiência do vivido e, portanto, traduzem as informações de uma realidade

¹² Thompson (1981:181).

multifacetada que se contrapõem aos “valores culturais de dominação”. (DIAS, 1992:51).

O desafio que se coloca, portanto, é fazer uma história do cotidiano numa abordagem crítica que valorize as experiências dos sujeitos literários e também modos concretos de vida dos sujeitos históricos, trabalhando na desconstrução de formas de pensar estereotipadas.

No primeiro capítulo dessa dissertação, apresento o contexto do recorte espaço-temporal, elucidando as formas de viver e de pensar no Alto Sertão Baiano; a intenção foi mostrar como o principal autor das fontes literárias aqui utilizadas estava inserido naquela sociedade caetiteense, principalmente considerando as especificidades de uma realidade pós-abolicionista. Para conhecer Gumes, seus espaços de experiências e suas redes de sociabilidades, falou-se do Gumes jornalista e do Gumes escritor, apresentando os principais pontos da sua obra como por exemplo, a descrição das singularidades do sertão e a insistência em denunciar os problemas sócio-culturais, políticos e econômicos da sua região.

O Jornal *A Penna*, constituiu-se em importante fonte para elucidação do pensar e do fazer sertanejos; este é um manancial de informações capaz de apresentar uma visão da mentalidade sertaneja a partir da escrita do Gumes jornalista, mas também permitiu ver outras formas de pensar de outras escritas de colaboradores desse jornal, focalizando principalmente a visibilidade feminina. Obras de memorialistas vieram corroborar no traçado das imagens sociais da realidade vivida.

No segundo capítulo, apresentou-se os perfis femininos sob a ótica do escritor e com base nas tensões e embates que emergem das suas tramas, procurou-se buscar nas entrelinhas o que ficou subentendido ou o que aparece de fato como brechas no modelo predominante de família no sertão da Bahia. A partir desses perfis, temas como adultérios, honra familiar e violência contra as mulheres foram trazidos à discussão e, paralelamente, foi-se traçando um retrato das formas de viver e de pensar na sociedade da época.

Num terceiro capítulo foram apresentadas as vivências femininas e as práticas evidenciadas no cotidiano da sociedade sertaneja; foram analisados os muitos papéis informais que sabemos existir na dinâmica da sobrevivência a partir de outros olhares, leituras de memorialistas e registros em processos-crime e, no contraponto com a obra de Gumes, foi-se discutindo o que está posto como feminino e masculino.

CAPÍTULO I
IMAGENS DO ALTO SERTÃO:
OS MUITOS REGISTROS E A VISÃO DE UMA ÉPOCA

1.1. O viver em Caetité nos idos 1900

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou prazer do corpo (Michel de Certeau)

Na virada do século XIX para o século XX, os maiores centros urbanos do Brasil entravam num ritmo acelerado de mudanças que chegavam a provocar uma sensação de vertigem em homens e mulheres que os habitavam. O progresso parecia envolver a todos com as novidades que saltavam aos olhos do mais distraído observador; o fim da escravidão precipitou uma tensão nova nas práticas sociais, nas idéias, nos comportamentos políticos, nas formas de lazer, enfim mudavam-se os hábitos e valores em todas as esferas das vivências humanas. Em contrapartida, em outros rincões do território brasileiro, a vida transcorria lenta e calma, repetindo uma rotina assentada nos pilares da família patriarcal de matizes fortemente autoritários e clientelísticos, perpetuada pelo marasmo e acomodação das populações ruralizadas¹³.

Caetité e todo o Alto Sertão da Bahia eram rincões em que a vida transcorria assim...tranquilamente; o sertanejo aqui vivia as agruras de um clima semi-árido, regulando seu dia-a-dia e seus projetos ao ritmo do tempo da natureza: períodos prolongados de seca intercalados por curtos períodos de chuvas. A cidade, no entanto, desfrutava de situação geográfica privilegiada; encravada nas elevações da Serra Geral e possuindo os bons ares de um clima tropical favorecido pela altitude de 825 m, transformou-se em ponto de apoio para os viajantes e tropeiros que vinham da região do médio São Francisco na Bahia com destino a Feira de Santana ou, na direção oposta, ao Estado de Minas Gerais. Chegar em Caetité, significava a oportunidade de recarregar as energias minadas pelos extenuantes dias de viagem sob o forte sol do semi-árido nordestino, regada pela excelente água potável encontrada naquele sítio. Aliado a isto, os sertanejos foram desenvolvendo os caminhos trilhados para sua sobrevivência; dedicaram-se predominantemente às

¹³ Informações a esse respeito foram retiradas do texto de Sevcenko (1998) e Neves (2006).

atividades da agropecuária ou às atividades “do garimpo de ouro, cristais e ametistas”¹⁴.



Mapa1—“Trajeto de boiaqueiros, mineiros e tropeiros –séc.XVIII e XIX”. Fonte: MIGUEL & NEVES (2007:209)¹⁵.

¹⁴ Existem trabalhos da historiografia regional que primam por informações a esse respeito, tais como: Pires (2005). Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – USP. Profeta (2009). Dissertação (Mestrado em História Social) PUC SP. Santos (2001). Dissertação. UNIRIO. Rio de Janeiro.

¹⁵ Citado por Profeta (2009:58). Nesse mapa, Caeté aparece como rota importante nos “caminhos do sertão”.

No período em foco, a cidade vivenciou a experiência de ter um caetiteense eleito para o cargo de governador do estado; mesmo reconhecendo todas as articulações políticas que envolvem uma eleição deste tipo¹⁶, isto trouxe à Caetité a vantagem de ser sede da primeira Escola Normal da região e a encaminhou na conquista do título “princesa do sertão”¹⁷. A criação da escola, mesmo reservando-se a sua abrangência social, tem uma participação no conjunto das instituições que reforçam os valores de uma classe dominante, mas, por outro lado, deve ser reconhecida como um canal de possibilidades abertas no espargir de reflexos e influências às mulheres de outros extratos sociais.

No contexto das mudanças pela implantação da forma de governo republicana no Brasil, com as acomodações jurídico-políticas das questões públicas e administrativas, Caetité viveu com intensidade as características do “fenômeno do coronelismo”, participando, através de lideranças locais, dos jogos de interesse em todos os níveis, como era comum naquele sistema de governo. O município conheceu os embates partidários em torno do apoio ou oposição a alguns líderes, governadores do estado e as conseqüências advindas disso, ou seja, a alternância no recebimento ora de benefícios, ora de prejuízos ou ostracismos, conforme a posição adotada. Refletindo as características da época, as obras de Gumes, trazem várias circunstâncias em que os usos indevidos de poder vêm à tona para beneficiar algum apadrinhado.

Outro quadro que vem ilustrar a rotina dos moradores de Caetité no período em estudo, era a visita periódica de comerciantes que chegavam com grande alarido, em caravanas de muitos animais (dependendo da envergadura do representante comercial), trazendo as últimas novidades em produtos que já circulavam em outros locais; como apareciam de tempos em tempos, eram chamados de “cometas” e traziam grande movimentação, desde a sua chegada, quando as pessoas se colocavam nas janelas ou nos passeios para verem estas caravanas passarem e depois, exercitavam a curiosidade para ver as mercadorias trazidas. Disto se depreende que Caetité usufruía de mecanismos de intercâmbio comercial e cultural que, mesmo sem a celeridade dos tempos de hoje, mantinham uma integração com outros meios mais distantes.

¹⁶ Joaquim Manoel Rodrigues Lima foi o primeiro governador eleito em eleições diretas.

¹⁷ Caetité tornou-se Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité em 1810 e emancipou-se do município de Rio de Contas, em 1867.

Entre os acontecimentos que quebravam a monotonia da cidade estavam as festas locais, religiosas ou não, que assumiam uma feição bem própria e bastante diferente daquelas realizadas nas regiões litorâneas. Conforme nos diz Silva (1932:229), “Há n’ellas um que de interessante que, guardam alguma cousa mais que o júbilo, a animação que reina nessas demonstrações festivas da alma popular”. Entre as festas religiosas, destacava-se a da padroeira – N. S. Santana - como um grande evento, com novenas e preparativos de muitos dias e onde todos se apresentavam na sua melhor indumentária. A fotografia abaixo mostra o ajuntamento de pessoas numa dessas festas. As “missões”, promovidas pela Igreja católica, aconteciam em períodos mais espaçados um do outro e atraíam pessoas dos quatro cantos, fiéis que vinham ouvir os sermões dos missionários e, ao mesmo tempo, dar um bom passeio, aliando fé e diversão. Durante uma semana, a cidade ficava movimentada com as celebrações de missas, casamentos e batizados.



Fotografia 1. Igreja de N. S. Santana de Caetité – BA. Acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité. [autor desconhecido, s.d.].

Outras festas religiosas marcavam regularidade no calendário, tais como Natal, dia dos Santos Reis e as festas juninas; estas de grande popularidade e adesão em massa entre pobres e ricos, moradores da cidade ou da zona rural, estavam já incorporadas à cultura do sertanejo, com a inclusão de comidas e suas danças específicas. Casamentos, queimadas, moagem, vaquejadas, ajuntamentos para ferrar gado, novenas e rezas de terço nas fazendas, tudo tomava aspecto festivo e virava diversão para a população campesina.

As festas eram esporádicas, mas quando aconteciam, os seus organizadores se esmeravam nos detalhes de modo que tudo acontecesse com o máximo brilho; assim foram se difundindo e tornando-se motivo de interesse de pessoas que vinham de longe para se integrarem aos folguedos. Esta tradição vinha se firmando há bastante tempo, mesmo ainda na condição de vila como nos diz Gumes (1917: 60): “As festas, bailes, representações teatrais e diversões outras, que se realizavam na maior ordem e harmonia, atraíam à vila muitos visitantes, mesmo da capital”.

Estas representações teatrais merecem referência devido ao peso que tiveram na Caetité de outrora. Nas duas últimas décadas do século XIX, já se faziam apresentações carregadas do patriotismo que se desenvolveu após a Guerra do Paraguai e manifestado tanto pelos efetivos remanescentes desta guerra, como de “jovens amadores” que não haviam sido recrutados para servir à pátria; dramas e comédias escritos por autores locais eram exibidos para a sociedade caetiteense. Disso resultou a necessidade de se dispor de um espaço apropriado para tais representações, que no período em estudo, foram feitas no Teatro Dois de Julho e no Teatro Centenário¹⁸. Conta-nos Neves (1986:27), que em dias de espetáculos, os empregados das famílias levavam antes as cadeiras, demarcando as melhores posições na platéia; era costume famílias levarem guloseimas para um lanche no intervalo da apresentação, momento em que a sociabilidade corria solta com a troca de gentilezas e de quitandas: “Tem água aí? Um copinho, por favor”.

Vários memorialistas reafirmam a importância do desfile cívico do Dois de Julho em Caetité. Era uma festa que, desde o século XIX acontecia na cidade, e por

¹⁸ Santos (1995, p. 36 a 40) historiciza a existência dos espaços teatrais da cidade. Depois da Companhia Bramão fundada por um fugitivo militar argentino, existiu o Teatro União, constituído por uma sociedade de entusiastas amadores. A partir de 1884, com a fundação da sociedade dramática, passou a funcionar o Teatro Dois de Julho que foi substituído pelo Teatro Centenário. Este teve a sua construção iniciada em 1917 e começou a funcionar, mesmo sem estar completamente construído, por ocasião das comemorações da Independência, em 1922. Gumes fala muito desta construção e do teatro em si, nas suas crônicas do Jornal *A Penna*; ele próprio escreveu dramas e comédias; Gumes (1974), Neves (1986), Mendes (1996) fazem referências à história do teatro em Caetité.

isso deixou os seus moradores impregnados de um “verdadeiro civismo”. Havia uma comissão organizadora que se esmerava nos preparativos e ensaios e depois os festejos que duravam três dias, cooptando o entusiasmo e participação da população; durante o desfile, havia várias paradas para discursos e recitação de poesias e, no terceiro dia, com apresentações teatrais, encerravam-se as festividades. Esta festa que é realizada até hoje¹⁹, já passou por várias fases, alternando períodos de maior ou menor entusiasmo e até de alterações no seu ritual. Assim, este era outro momento em que a cidade era sacudida da sua rotina.

Há registros de bailes glamourosos nas noites caetiteenses do início do século XX, mesmo antes da luz elétrica ser instalada²⁰. À luz de candelabros, a música para a dança era executada em bandolins e violões e, quase sempre presente o violino. Moças prendadas tocavam bandolim, com acompanhamento masculino ao violão. Dominavam as valsas, polcas, xotes e um tipo de dança antiga chamada *Pas de Quatre* executada com muita elegância. Um ponto de grande entusiasmo era a quadrilha cujos comandos eram ditados em língua francesa. Esta, porém, era a realidade de uma minoria privilegiada. Na maioria das casas, quando havia bailes, todos dançavam ao som da sanfona, sem etiquetas e com muita descontração. Na zona rural, o arrasta-pé levantava poeira do chão. Um dado interessante nos é apresentado por Silva (1932: 230), quando descreve o entretenimento das sertanejas “nas dansas, nos requebros faceiros, nos sambas arrojados, nas cantilinas meigas e plangentes ao tinir das violas, nos sapatizados da toada dolente das canções sentidas”, como sendo as “delícias nos seus transportes de alegria”.

Como cidade provinciana, Caetité no seu dia-a-dia, tinha poucas opções de diversão, como nos afirma Neves (1986:50); à falta de um bar apropriado para tais encontros, ou de clubes, os jovens iam formando o costume de se encontrarem em alguns lugares para conversarem e se divertirem. Na rua Barão, uma das principais da cidade, moças de braços dados subiam e desciam, entrecruzando-se com os rapazes, ocasião em que aconteciam os flertes e os namoros furtivos. “Descontadas as ocasiões episódicas, do São João e do Natal, de efemeridades, como o Dois de

¹⁹ Neste ano de 2010, a festa do Dois de Julho foi toda em comemoração dos “200 Anos de Caetité”; reatualizando todos os ritos que compõem a festa desde os seus primórdios, o desfile cívico contou com o apoio das Secretarias Municipais de Educação e de Cultura e de outros segmentos da sociedade; houve grande participação de Escolas, Grupos de Montaria, etc e muita gente vinda de municípios circunvizinhos, de cidades próximas e distantes para assistirem ao desfile.

²⁰ A primeira luz elétrica foi instalada em 1923, segundo Santos (1995).

Julho, a vida em Caetité era essencialmente caseira”, conclui Neves. Portanto, na maior parte do tempo, a população experimentava a rotina de dias calmos.

Os passeios nos arredores da cidade eram apreciados como lazer; normalmente aos domingos, adultos e crianças se deslocavam a pé, visitando sítios aprazíveis nas imediações, onde se divertiam em boas companhias, passando horas agradáveis; isto pode ser verificado em correspondências familiares datadas de 1908, conforme relato de uma carta entre duas irmãs:

...fui com Alzira, titia e os meninos passear no S. Sebastião... fazemos sempre destes passeios, ora na Metheorologia, ora no Cruzeiro . No domingo fomos à tarde, no Cruzeiro, voltando de lá às 7 horas, todos muito cansados, os meninos queixando-se que os pés estavam doendo, porém todos com muito apetite.²¹

A boa hospitalidade é apontada por Gumes em vários pontos de sua obra, como “o traço mais notável do caráter do sertanejo”; condiciona uma forma de convívio saudável entre as pessoas, uma forma de aproximação, troca de experiências e oportunidade, às vezes, de construção de sólidas amizades. As raízes disso podem ser encontradas nas condições materiais de movimentação das pessoas numa época em que as estradas e os meios de transportes eram bastante precários. Viajar significava transpor longas distâncias a pé, como faziam os mais pobres ou em animais de montaria, como faziam os ricos e as pessoas de posses medianas. Os pernoites que eram inevitáveis para condicionar o descanso dos viajantes e também dos animais, eram feitos em pontos do percurso já previstos com antecedência, onde deveriam contar com a acolhida dos moradores daquele caminho²². Estes moradores acomodavam os viajantes para dormir, ofereciam-lhes jantar, pastagem para os animais e nem sempre cobravam por isso. Outros, avisavam com antecedência algum amigo ou compadre existentes no itinerário e, ao chegarem, “a hospitalidade era franca e a conversa derramada até tarde”, para, na manhã seguinte, retomarem a viagem. (NEVES, 1986: 61). Na cidade, a falta de

²¹ Trecho da carta escrita por Vanvan a sua irmã Sissinha, encontrada no Grupo de Correspondências da Família Teixeira, Acervo Casa Anísio Teixeira, no Arquivo Público Municipal de Caetité. A denominação Metheorologia refere-se ao prédio do Observatório Astronômico existente nos arredores da cidade e que hoje já faz parte do perímetro urbano, Bairro Alto do Cristo; e o Cruzeiro localiza-se no alto de um morro também próximo da cidade.

²² Uma viagem de Caetité a Bom Jesus da Lapa (margem do Rio São Francisco) era feita “em três jornadas de dez léguas”, ou seja, eram necessários três dias, a cavalo, para se transpor uma distância de 180 km.

hotéis levava os visitantes a se hospedarem com parentes e amigos, havendo para isso em quase todas as famílias, um quarto de hóspedes e um quartinho para o camarada que, via de regra, realizava os serviços de manutenção e cuidados com os animais²³.

Apesar das grandes distâncias em relação à capital baiana e outros grandes centros, as notícias circulavam - tanto as corriqueiras como outras refletindo as grandes questões nacionais e o arcabouço intelectual no qual se assentava a realidade brasileira - e chegavam ao sertão, chegavam em Caetité. Neves (1986:6), nas memórias da sua infância e adolescência, vividas na segunda e terceira décadas do século XX, conta-nos que o correio chegava duas vezes por semana e, quando havia urgência na notícia, o sistema de telégrafos era eficiente na transmissão do que fosse necessário²⁴; ao chegarem, estas notícias eram veiculadas no jornal *A Penna* lá nas grandes cidades o progresso já estava se instalando, muitas novidades estavam sendo implantadas em nome dos ideais de civilização que chegavam da Europa e América do Norte. E os reflexos desses ideais chegavam à Caetité.

Nos anos 20 do século passado, Caetité viveu o espírito progressista que perseguia o ideal de civilização presente em várias partes do país, entrando numa fase de conquistas materiais como água encanada, luz elétrica e outros melhoramentos urbanos que lhe conferiam um caráter de cidade próspera e mais urbanizada que outras no seu entorno. No caso do abastecimento d'água, vê-se que além da demora para ser organizado, ainda não atingiu a todos na mesma proporção, visto que só as pessoas mais abastadas usufruíam das facilidades da água encanada em suas casas, enquanto que a maioria da população tinha que se contentar em buscar a água nos espaços públicos, às vezes distantes das suas residências. Nestes casos, à já pesada labuta das mulheres, acrescentava-se mais esta tarefa de carregar água para abastecer suas casas. Ilustra esta situação a seguinte notícia:

²³ Silva (1932:225), em suas Notícias Historicas e Geographicas do Municipio de Caetité também refere-se à hospitalidade sertaneja. Segundo Gumes (1917:38), existia em Caetité uma pousada gratuita para os viajantes, oferecida por uma riquíssima proprietária: “era um vasto galpão com frente de meia parede toscamente balaustrada”, de onde se via ao longe o burburinho da população da cidade de Caetité na “atividade comercial que era então muito desenvolvida”.

²⁴ Segundo Santos (1995), o Correio foi estabelecido em Caetité em 1832 e o sistema de telégrafos, em 1896.

Alegra-me sobre modo a notícia de inauguração do abastecimento de água à cidade de Caetité, melhoramento assás necessário aos núcleos populosos. Pena é que venha ter todos tardiamente esta comodidade aos ricos e aos pobres, aqueles tendo o precioso líquido em qualquer parte de suas residências, estes tendo-o em torneiras e chafarizes em determinados pontos, praças ou cruzamentos de ruas acessíveis a população, sem o imposto diário municipal, ainda que seja essa mesma população quem pague semestral ou anualmente para conservação de tão útil quão necessário melhoramento. (Jornal *A Penna* – 03/01/1920, p.3).²⁵

Na iluminação das ruas, Caetité se antecipou com um sistema de geração de energia termelétrica que despertou curiosidade em outras cidades baianas²⁶. Assim, o título de “princesa do sertão”, que lhe foi atribuído por viajantes desde fins do século XIX, por terem encontrado ali “muita urbanidade e delicadeza na gente do lugar”²⁷, foi se difundindo, respaldado na crença coletiva de elevação cultural e nos progressos materiais, número de escolas ali instaladas, existência de uma imprensa, de ruas calçadas e de residências de bom gosto. Esses avanços refletiram-se na vida das mulheres, trazendo-lhes novos espaços de sociabilidades além de maior praticidade e conforto nas lidas do dia-a-dia.

O jornal *A Penna*, numa apologia ao regime republicano no Brasil, veicula nessa época, notícias sobre o progresso em São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades, defendendo a República como a melhor forma de organização política para o país, enfatizando que: “A escola da democracia está agora sob a égide da lei, dos bons costumes, da moral e da honestidade dos governos”²⁸. A democracia aqui significava voto aberto para uma minoria alfabetizada da população masculina que descambava para os arranjos das atas eleitorais resultantes do voto “bico de pena” e as articulações que garantiam os resultados desejados²⁹. As mulheres continuavam por lei, excluídas da sua cidadania civil, embora estivessem presentes de outras formas na dinâmica das relações sociais e na faina diária das atividades necessárias

²⁵ Esta matéria está assinada por Dionysio C. Fonseca, escrita em São Paulo e datada de 15/11/1919; este faz uma comparação do abastecimento d’água nas duas cidades e, do que depreende-se que era correspondente do jornal.

²⁶ Segundo Neves (1986:54), a municipalidade adquiriu no Rio de Janeiro, uma caldeira de segunda mão, pesando mais de 7 toneladas que, com dificuldade chegou ao seu destino e, depois de instalada, recebia visitas de cidades que queriam imitar o feito. SANTOS (1995:283) fala que esta instalação inaugurada em 1923, funcionava das 18 às 23 horas e agüentou até 1936.

²⁷ Teodoro Sampaio (apud Neves, 1986: 5).

²⁸ Jornal *A Penna*, 15/11/1919

²⁹ Para elucidar, é significativo o conteúdo da carta do Sr. Manoel Fabrício de Oliveira, escrita em Campestre-BA, em 04/02/1909 e endereçada ao Dr. Deocleciano Teixeira, chefe político de Caetité: “Tenho a distinta honra de comunicar a V. Ex^a que correu placidamente as eleições daqui e conforme verá da nota junta, o resultado da distribuição de votos aos candidatos da chapa, não houve nenhum voto extra-chapa”. (APMC, Mc 04, Cx 03, Correspondências Dr. Deocleciano Teixeira).

à sobrevivência, ora ajudando nos negócios do marido, ora dirigindo os seus próprios negócios em condições adversas de viuvez ou abandono dos pais de seus filhos.

Embora pouco ou quase nada aparecer nos documentos escritos sobre estas formas explícitas de participação feminina, alguns registros mostram que elas eram fortes agentes sociais em diferentes atividades; nas campanhas de solidariedade, merece destaque a criação, em janeiro de 1919, da Associação das Senhoras de Caridade, cuja ata de fundação foi assinada por 26 mulheres e cujo livro de registro de associadas, apresenta aproximadamente 140 inscritas até 1930³⁰; no que tange ao trabalho de assistência aos carentes, as relações de convívio social entre as mulheres desfaziam as distâncias entre as classes sociais; nas campanhas beneficentes mulheres de posses medianas lutavam lado a lado com outras mais abastadas; este era o saldo de uma época em que os valores morais impunham-se aos valores materiais.

Se considerarmos os dados populacionais sobre o período, vemos que a população feminina era superior à masculina, dando-nos uma idéia da presença das mulheres em número considerável na sociedade, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 - População do Município de Caetité – 1920 a 1924

Ano	Mulheres	Homens	Total
1920	20.368	18.707	39.075
1921	20.815	19.118	39.933
1922	21.263	19.529	40.792
1923	21.711	19.440	41.651
1924	22.160	20.353	42.513

Fonte: *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*, Bahia, nº58,1932:180.

O total de mulheres na cidade de Caetité em 1924 era de 10.882, também superior ao dos homens que era de 9.682. Nas festas religiosas, festas cívicas e bailes, as mulheres se esmeravam nos mais caprichosos figurinos confeccionados pelas muitas costureiras anônimas que se desdobravam para corresponderem à

³⁰ Dados da pesquisa feita na Secretaria Associação das Senhoras de Caridade, em sua sede em Caetité.

demanda da população que freqüentava tais eventos, ao tempo em que ganhavam os seus dinheiros e concorriam de forma diferenciada no sustento da família.

Na educação, a primeira Escola Normal fundada em Caetité, funcionou de 1898 a 1903 e “diplomou 3 turmas, num total de 22 professoras”, sendo a maioria de Caetité - só 6 alunas eram de outros lugares. Conforme nos diz Santos (1995:51), “o curso era só feminino e tinha a duração de quatro anos”. Com isso, a cidade que já tinha alguma tradição em educação, foi se firmando como centro cultural e educacional, além de ser um dado significativo para ajudar a entender o universo feminino naquele momento³¹. Esta mesma autora afirma “que a grande maioria não foi ensinar”, não havendo tempo portanto, para melhoria no ensino primário no sertão. Entretanto, devemos admitir que todas estas primeiras professoras atuando na sociedade sertaneja, quer seja nas salas de aula ou nas suas relações de convívio, abriram novas perspectivas de acesso à leitura, informações e absorção de conhecimentos, o que faz diferença no abalo das estruturas de permanência naquela sociedade.

Vale considerar que, a partir da criação da segunda Escola Normal já no final dos anos 20 do século XX, o número de professoras foi aumentando cada vez mais; isso, ainda que de forma lenta, representou uma mudança sensível no universo feminino.

Na década de 1920, os discursos médico-sanitaristas então produzidos no bojo do movimento eugenista de repercussão mundial, estavam disseminados em todos os cantos do Brasil; “a atroz pobreza e deplorável saúde dos pobres haviam se cristalizado na consciência pública como uma questão nacional – ‘a questão social’. Os médicos, especialistas e reformadores presumiam que doenças sociais se acumulavam na base da hierarquia sócio-racial”; nesse sentido, os pobres eram vistos como predestinados a serem pobres, sujos, ignorantes e que, pela reprodução natural, estariam transmitindo traços inadequados às populações vindouras. Assim as mentalidades absorviam com naturalidade preconceitos de classe, de raça, de gênero. (STEPAN, 2005:47).

Alcoolismo, doenças venéreas, degeneração, fertilidade, natalidade, tuberculose, estavam ligadas à “purificação” da nação brasileira e, portanto,

³¹ Este ponto será abordado com mais ênfase em outra parte desse trabalho.

proclamavam que a eugenia não era uma fantasia utópica, mas uma realidade das nações científicas modernas, entre as quais arvorava-se o Brasil o desejo de sê-lo.

À família brasileira, considerada por muitos como responsável pelos males da modernidade e centro de preocupações, destinaram-se projetos para sanear, moralizar, “eugenizar”; o papel social das mulheres nesse contexto, era fundamentalmente a reprodução e várias políticas se voltaram para elas, como a prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis; a sífilis era apontada como o veneno que saturava o organismo e o prejudicava por sucessivas gerações.

Em Caetité, essas idéias estavam postas em notícias como:

Em benefício da raça: O exame pré-nupcial: - É talvez a medida legislativa de maior vulto para o revigoramento da raça que já se tem levado ao Congresso neste regimen republicano. A syphillis e a degeneração pelo álcool, são os maiores danificadores da raça. [...] O casamento é o acto social mais importante que conhecemos, na ligação dos dois cônjuges está em jogo a vitalidade racial e o desenvolvimento moral e econômico da família. A hygiene social oppõe-se aos casamentos de alcoólatras, degenerados e tantos outros indivíduos incapazes de uma procriação sadia e inteligente.³²

A preocupação com estes aspectos era tão premente que, o jornal fazia propaganda de remédios para a cura de sífilis e, buscando convencer os possíveis usuários, era comum adicionar o nome de alguém aos anúncios, como está expresso neste exemplo: “Syphillis antiga – Sofreu por muitos annos e das mais cruéis manifestações syphlíticas, usando em vão de todos os medicamentos, o zeloso agente do Correio de Boa Nova neste Estado, o Sr. Júlio da Rocha e Silva que se curou completamente com o ‘Antigni’ do dr. Machado”³³.

Na esteira do ideal civilizador, a cidade ia se tornando palco de medidas higienizantes, a exemplo da Rua Dois de Julho que “passou por asseio geral indispensável, já que ainda não se conseguiu a retirada do gado emporcalhador daquela via pública”³⁴.

³² Jornal “A Penna”, 01/12/1927

³³ Jornal A Penna, 03/01/1920.

³⁴ Jornal A Penna ,01/12/1927.

1.2. O urbano e o rural em Caetité: sutilezas e sintonias de uma sociedade pós-abolicionista

Assim, Caetité era, naquele momento, um centro político e sócio-cultural da região, com uma situação privilegiada em relação a outras cidades e municípios no seu entorno. Entretanto, da citação acima sobre o gado emporcalhador das ruas, pode-se depreender uma característica peculiar às cidades sertanejas de então; estas, mesmo quando denotavam ares de progresso, ainda estavam muito ligadas às atividades rurais.

Se olharmos as determinações das posturas municipais vigentes³⁵, mesmo com as suas sucessivas adaptações, vemos que há muitas regras sobre a criação de porcos, sobre o deixar animais soltos nas ruas, ou proibição de conservar animais na Praça do Mercado em dias de feira. Outras trazem regulações para comportamentos saudáveis nos espaços das vilas e cidades, como a postura de nº 60 que nos dá uma dimensão dos costumes da época:

Ninguém poderá, dentro da villa e arraiaes, fazer pelas ruas ou casas, das nove horas da noite em diante, batuques, vozerias e estrondos de qualquer machina, que possa resultar a perturbação do socego publico ou dos visinhos. Os infratores serão multados em 6\$000 ou sofrerão a pena de quatro dias de prisão.

Segundo Pires (2009:270), Caetité à época, “não representava para os seus moradores um lugar de realização de uma cultura urbana” como acontecia em outras cidades na virada do século XX e pode-se dizer que grande parte da população retirava do campo os seus meios de subsistência e alternavam suas rotinas entre a vida no meio rural e a vida na cidade. Diferenças nos hábitos e costumes eram quase invisíveis, a não ser entre segmentos sociais muito distintos.

Gumes nos dá uma idéia desta realidade, quando n’*O Sampauleiro*, escrito na 2ª década do século XX, mas referindo-se a um tempo mais afastado do seu, diz:

[...] Ao redor da vila havia fazendas de criação de gados e cultura de toda sorte de plantações, as quais forneciam à população, a preços muito baixos tudo quanto lhe era necessário. A vila era como que o quartel general dos ricos mineradores mineiros que faziam o tráfico de escravos, de joalheiros

³⁵ O livro traz uma transcrição das posturas, feita em 16/04/1871, “por se acharem estragadas as primeiras folhas, onde se principiou o lançamento das mesmas”. APMC, Fundo: Câmara Municipal. Série: Registro de Postura. Cx 4, Mç 4. Sobre a historicidade e vigência de posturas, leia-se Santos, 2001.

franceses, de perseguidos políticos de outros lugares, os quais ali encontravam tranqüilidade e segurança. (GUMES, 1917: 60).

As mudanças nos costumes são patentes nessas situações de chegada de muita gente de outros lugares, garimpeiros que vinham arriscar a sorte ou que vinham contratados para o trabalho. Em relação às mulheres, aumentaram-se os mecanismos de controle e vigilância para evitar a adoção desenfreada de novos procedimentos que pudessem vir prejudicar os hábitos e costumes do lugar³⁶.

A linha divisória entre o meio urbano e o rural era bem tênue; segundo Neves (1986: 32), era comum passar pela cidade, boiadas em transferência de propriedades ou em busca de melhores pastagens e quando isso ocorria era uma atração para a pacata cidade; ao longe já se ouvia o barulho característico da vaquejada e o tocar do gado próprio dos vaqueiros no afã de chegarem bem ao seu destino, enquanto as pessoas, acotoveladas às janelas, esperavam o desfile da boiada passar. Aliás, este espetáculo que parecia inocente aos olhos dos espectadores, era uma importante engrenagem na economia da região e tinha muitos desdobramentos entre vendas, despesas, lucros e acertos; os vaqueiros responsáveis pelas boiadas deveriam prestar contas minuciosas de todas as despesas da viagem, despesas com os vaqueiros auxiliares da empreitada, detalhando fazendas e cidades do seu itinerário³⁷.

Assim, muitas pessoas residentes na cidade, tinham as suas atividades desenvolvidas na zona rural; às vezes passavam dias na fazenda ou “na roça” – como dizem os pequenos proprietários - dedicando-se às suas rotinas de trabalho na lavoura ou nos cuidados com a criação de gado, retornando à cidade com certa regularidade, revezando assim o seu tempo entre o campo e a cidade.

Os grandes proprietários passavam temporadas nas fazendas e tinham grande parte dos seus lucros amealhados em diferentes negócios feitos nas fazendas como o exemplo da produção de requeijões da família de Celsina Teixeira registrada no estudo de Profeta (2009: 36):

³⁶ A exploração de ametistas começou no início do século XX; uma companhia alemã detinha a exploração e comércio de ametista e topázio. “Em qualquer exploração quem mais sofre é o lugar, pela vinda de trabalhadores, afluência que desequilibra o ambiente de trabalho, traduzindo-se pela imediata elevação do custo de vida”, declara Santos (1995:293), o que ilustra o enfoque dado acima.

³⁷ Ver o capítulo 2 de Pires (2009).

Celsina e Juca tinham em Monte Alto, áreas predominantemente rurais próximas ao rio São Francisco, propriedade de terras nas quais se dedicavam à pecuária, agricultura e produção de derivados de leite e milho. Os deslocamentos constantes da família de Caetité a Campos e Santa Bárbara tinham por objetivo administrar as atividades rotineiras das fazendas: trato com os empregados, cuidados com o rebanho, produção e venda dos derivados de leite e a venda e compra de gados.

Neste caso de Celsina fica claro que ir às fazendas não atrapalhava suas atividades na cidade, onde também desenvolvia ações filantrópicas junto à Associação das Senhoras de Caridade.

O pequeno proprietário dedicava-se pessoalmente aos trabalhos agrícolas e ainda levava consigo a esposa e os filhos para o trabalho em suas roças. Esta situação aparece na trama d'Os Analphabetos (Gumes, 1928) quando o chefe de uma família pobre da zona rural, acordava mulher e filhos, antes do sol nascer, para, sem demora, irem às lidas rurais da sua pequena propriedade. Só em épocas de grandes empreitadas buscavam ajuda de outros trabalhadores jornaleiros. Os grandes proprietários, tinham agregados, meeiros ou jornaleiros sob o seu comando na condução dos serviços de plantio, manutenção, colheita e criação pertinentes a esta faina.

Neste ir e vir campo-cidade e no imbricamento destas duas realidades, tem relevância as relações trabalhistas com as nuances peculiares a uma sociedade pós-abolicionistas; ex-escravos estavam por toda parte, buscando reorganizar suas vidas com todas as vicissitudes impostas pela nova condição de libertos; alguns mantiveram-se nas propriedades dos seus antigos senhores, presos a sentimentos de fidelidade e afetividade, vivendo as agruras do dia-a-dia com pequenas diferenças em relação ao período anterior; outros, encontraram patrões pouco mais conscientes do novo sentido na relação patrão-empregado; ou ainda, perambulavam a esmo, trabalhando aqui e acolá: estavam em todos os lugares. As mudanças dessa visão escravista, como toda mudança de mentalidades, sabemos o quanto é lenta e quase sempre dolorosa.

Caetité, na literatura de viajantes que visitaram o sudoeste baiano desde o início do século XIX, era reconhecida como “o celeiro da região”, dada à farta produção de seu território. No trabalho *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima*, a historiadora Fátima Pires mostra-nos com maestria, as condições econômicas do Alto Sertão da Bahia na virada do século XX e como foi resolvida a questão da mão de obra com o fim da escravidão. Afirma que a

economia da região reagiu utilizando estratégias que garantiram a sua posição nos negócios entre os proprietários locais e seus parceiros na capital do estado, por meio de comércio com tropas e boiadas; nas fazendas e sítios o trabalho continuou intenso com o emprego de agregados e diaristas. Mesmo nas fases difíceis após sucessivas crises³⁸, as vilas e cidades daquela região mantiveram sua economia ativa com as atividades da agropecuária ou de outros ofícios como manufaturas de couro e metal (PIRES, 2009:25).

Os ex-escravos, segundo a mesma autora, continuaram trabalhando para os seus antigos donos na condição de agregados ou de diaristas nos trabalhos da roça, na criação de animais ou integrando as tropas que faziam transportes de mercadorias. Trabalhos de diaristas e avulsos davam maior liberdade a estes trabalhadores que iam constituindo as suas redes de convivência e de solidariedade que afinal facilitavam a conquista do pão de cada dia. Sobreviver era a ordem de cada dia para esta população pobre e em desalento devido às condições de sua existência anterior. Livres da escravidão ainda eram levados a sustentar rotinas impregnadas das mazelas do período anterior sob as regras severas de antigos senhores. Quando nas cidades e vilas, trabalhavam em atividades variadas: carpinteiros, sapateiros, pedreiros, alfaiates etc., o que lhes davam a possibilidade de constante movimento pela região, migrando de uma localidade para outra conforme suas conveniências.

Um exemplo fora do convencional veio-nos através do livro de memórias de Maria de Lourdes S. Cordeiro Galvão (1989:32), falando-nos da fazenda do seu avô (a sudoeste da Bahia); lá, com a notícia do fim da escravidão, os ex-escravos pediram “um lugarzinho, um cantinho de terra para eles fazer o rancho” e como seu avô “possuía terras e muitas terras (...) deu a todos o que solicitaram; fizeram o rancho e uma rocinha também”.

Nesse sentido, foram significativas as relações de vizinhança e parentesco estabelecidas entre grupos de ex-escravos e outras pessoas pobres livres; esta aproximação ia se consolidando nas necessidades partilhadas, nos problemas comuns que os uniam e davam-lhes alguma força no momento de negociar com os senhores o uso de espaços como casas de farinha, engenhos, teares etc., ou no

³⁸ A região sofreu os efeitos de secas periódicas a exemplo das de 1860, 1890 e 1910 que trouxeram sérios transtornos para a economia e afetou toda a população. O Jornal *A Penna* registrou insistentemente os efeitos de tais secas, além vários outros autores que também abordam o problema.

acerto de condições de trabalho em terrenos cedidos ou na atividade de criação de gado. (PIRES, 2009: 26).

Em *Vida Campestre*, Gumes (1914:13), escrevendo sobre um dos seus personagens em decadência da sua condição de rico proprietário, faz um relato que veio confirmar essa posição, quando ele assim se expressa: “exercitando a sua tirania no rebanho de escravos que possuíam, esses reguletes dispunham da vida e da honra dos livres proletários do campo que, por muitos pobres, agregavam-se às suas fazendas onde residiam e trabalhavam”.

Nesse universo pós-abolicionista, as mulheres inscreveram suas participações; no meio urbano destacaram-se como tecelãs, fiandeiras, rendeiras, quituteiras e nos serviços domésticos como lavadeiras, aguadeiras, cozinheiras e muitos outros. Quando no meio rural, trabalhavam nas lavouras, nos engenhos, no fabrico da farinha de mandioca e seus derivados. Num processo-crime analisado por Fátima Pires (2009: 147), consta o registro de uma mulher de 50 anos, “casada, porém fora do marido” que, residindo num povoado, sobrevivia às custas de “seus negócios, de sua agulha e lavoura”. Numa outra passagem, à página 156, cita mulheres forras e pobres livres, imersas no trabalho doméstico e em outras “artes” (costura, teares manuais, cuidado com as crianças), mas também presentes no trabalho da lavoura e até na extração do sal de cozinha num distrito de Caetité: vinte litros extraídos, diariamente, com métodos bem rudimentares. Esses e outros dados são trazidos por trabalhos de historiadores coerentes com as exigências do seu ofício, como seja a análise e interpretação de vários documentos. Entretanto, perseguindo o objetivo deste trabalho, uma outra análise pelo viés de fontes literárias, utilizadas como fontes históricas, aponta exemplos que vêm corroborar com os resultados citados acima. Em *Vida Campestre* Gumes (1914) aponta a labuta feminina incansável numa família de negros pobres donos de pequena propriedade chamada Maracujá:

Catarina e as filhas não ficavam a dever aos dous varões (Pedro e Quirino seu filho) no asseio dos bejus que fabricavam, tanto moles para serem comidos frescos com manteiga, como cortados e dobrados em alvíssimos losangos de colher, quer de massa bem torrada, quer de pura tapioca e até temperados, feitos de massa e tapioca, condimentados com doces e especiarias, que faziam para presentes ou mesmo para o regalo da família. As mulheres, além disso, eram quem fazia a puba, tanto em pó como em pães e, n'este fabrico como no da tapioca, no preparo de toda sorte de bolos e biscoitos, dos manauês e das diversas guloseimas em que se

transformam os produtos da mandioca e do milho, ninguém levava as lampas a Catarina e às filhas do asseio, preparo e agradáveis combinações.

Muitas eram as atividades das quais as mulheres se ocupavam, principalmente as pobres. Vale considerar, aqui, a particularidade de ex-escravas que eram alforriadas pelos seus senhores como uma forma de garantir os seus serviços por tempo indeterminado. Essa prerrogativa atingia também escravos homens, porém, nas tramas romanescas de Gumes, objeto de análise neste trabalho, é recorrente a existência de escravas forras que trabalham com as suas sinhás, sinhazinhas e senhores. Em alguns casos, elas são tratadas com afetividade; em outros, são exploradas além de suas forças e com bastante arrogância. O exemplo nos vem, mais uma vez, de *Vida Campestre*, em que um major arruinado, mudando-se para a cidade com sua mulher e filhos, queria que a pobre Pelonha, alforriada na condição acima, desse conta de todo o serviço (cozinheira, lavadeira, moço de compras, aguadeira e ainda outras exigências próprias do luxo de uma família de trato fidalgo), sem receber salário e ainda suportando todo tipo de humilhações (GUMES, 1914:105)³⁹.

Das sertanejas laboriosas nos vem outro exemplo: “mulheres simples no viver, amenas no trato, praticam a virtude por hábito e acabam por cercar de carinho o lar dos seus escolhidos. Trabalham, sem esquecer os affazeres domésticos, com certa perícia, em rendas, doces e biscoitos”. (SILVA, 1932: 230). Disso depreende-se que as mulheres tinham jornadas muito intensas, conciliando trabalhos além dos serviços domésticos que por tradição lhes são normalmente atribuídos, mas, tem-se notícias de que nem sempre elas correspondiam a este modelo idealizado; a imprensa noticiava casos de transgressão que escandalizavam a “boa sociedade” e terminavam submetidos a julgamento, processos e prisões. Em 05/02/1902, o jornal *A Penna* trouxe os seguintes registros policiais ocorridos em Caetité: prisão de uma mulher embriagada e intimação de outras três por “mau comportamento”; em 21/03 do mesmo ano, duas mulheres foram presas por estarem brigando na fonte e cinco, presas por estarem se banhando nuas, em pleno dia, num rio que passa pela

³⁹ Em *O Sampauleiro*, Gumes (1917) traz alguns personagens nestas situações: Pulcheria, fiel serviçal de sua senhora e Umbelina, forra que prestava serviços em vários sítios rurais; Em *Seraphina* (s/d), a “negrinha Maria” cresceu forra ao lado da velha Margarida e o ex-escravo Simeão servia fielmente a sua sinhá.

cidade. Assim, fica evidente uma realidade pós-abolicionista no embate de questões que acompanham toda mudança.

Para falar mais das redes de ligação entre o rural e o urbano, vale enfatizar ainda os trabalhos da lavoura e da criação de gado cuja produção servia tanto ao consumo das populações do campo, como abastecia a população das cidades num incessante intercâmbio, absorvendo a rotina de homens e mulheres; lavradores, em condições de vida mais modestas, nem sempre detinham criação de gado em grande porte e dedicavam-se à criação de porcos, galinhas e ovelhas que se desdobravam em várias oportunidades de lucro; juntando a isso outros produtos de suas roças, faziam seus comércios em pequena escala e compareciam às feiras semanais. Os hábitos e costumes das pessoas de camadas populares não eram muito diferentes entre os que moravam no campo ou na cidade; as diferenças eram muito acentuadas quando se tratavam de pessoas das classes mais abastadas. Ademais, muitos moradores das vilas e cidades eram provenientes das roças e continuavam em estreita ligação com as mesmas; suas rotinas diárias se realizavam nas idas e vindas da cidade para a roça e vice-versa. Em dias de feira, as suas convivências urbanas eram mais intensas; em dias de folgas ou de festas lá estavam eles e elas, presenças certas e interativas nas trocas culturais. Nas feiras encontravam-se os amigos, parentes de outras localidades e atualizavam-se sobre as notícias que chegavam da capital e região. Estas eram vias de mão dupla, pois vendiam os produtos e compravam outros que só eram encontrados nas cidades.

Um dado significativo é que os lavradores vendiam os frutos da sua produção diretamente nas feiras semanais. Estas, à época, desempenhavam um papel indispensável nas relações campo-cidade. Realizadas aos sábados, começavam a ser organizadas na sexta-feira à tarde, quando começavam a chegar os feirantes com os seus produtos. Transportados em bestas de cargas, carregando “bruacas” aos pares ou em carros de bois que vinham “cantando” ao longe, os produtos chegavam às feiras. Outros, em menor quantidade, eram trazidos em embalagens menores. Todo esse burburinho, imprimia à cidade uma atmosfera bem peculiar e, nestes dias, a pacata cidade experimentava um movimento mais intenso com o ir e vir das pessoas em suas diferentes demandas. Aí achava-se de tudo: os produtos mais básicos como arroz, feijão, milho, farinha etc.; frutas variadas e verduras, já que as terras eram de boa qualidade e o clima também era favorável. A carne mais consumida era a bovina, conhecida como “carne de sol” (quando salgada); carne

suína, frangos e ovos também eram encontrados com muita fartura. Nada deixava a desejar aos habitantes, desde os mais exigentes e de hábitos refinados, como se via na melhor sociedade caetiteense, até aqueles de hábitos mais simples. (NEVES, 1986:35).



Fotografia 2 – Mercado Público de Caetité-BA. Fonte: Stúdio K, [s.d]⁴⁰.

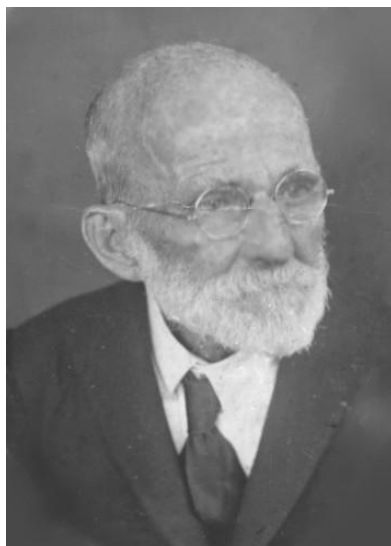
Desde o final do século XIX, viajantes que passaram por Caetité escreveram sobre a sua feira semanal, a exemplo de Teodoro Sampaio (apud Pires, 2009:18) que afirma o seguinte:

Visitando pela manhã o mercado da cidade, que parecia uma feira bastante freqüentada, notei além dos requeijões, couros e outros produtos da indústria pecuária, abundância de legumes, batatas inglesas, batatas doces, inhames, hortaliças, abóboras, melões excelentes, grandes e boas melancias, mandobis, muito milho, arroz, feijão, rapadura, assucar, excelente farinha de mandioca que, segundo me informaram, é aqui a produção mais avultada principalmente na freguesia de Umburanas, nos distritos dos Furados e de Caculé, no rio do Antônio, exportando-se dela em tão larga escala para outros municípios que com razão se considera Caetité o celeiro provido destes sertões.

⁴⁰Esse mercado, construído em 1897, foi demolido na administração do Prefeito José Neves Teixeira (1963 – 1966), num plano de “expansão da cidade, com a abertura de novas ruas e avenidas”. Diz-nos Santos (1995:265), que dessa administração tem-se “a lamentar a inútil derrubada do Mercado do Largo do Alegre”.

Quando havia seca no sertão, essa variedade ficava comprometida e todo o movimento da feira sofria abalos, porém, nos anos de boas chuvas, todos os produtos citados acima eram encontrados com fartura e por “preços baratíssimos” (SILVA, 1935:173). Essa situação econômica era garantida pela predominância do cultivo de gêneros alimentícios e criação de gado. Além disso, os grandes proprietários faziam outras culturas para exportação – como a do algodão muito alvissareira à época – e mantinham relações comerciais com a capital do Estado e com outras regiões mais distantes. E o mesmo autor (op. cit.) explica que, para regiões próximas, exportavam “gados, couros, seccos, pelles, solla, borracha, feijão, arroz, milho, toucinho, rapadura, requeijão, aguardente e muitos artigos de menor vulto”. Em contrapartida, importavam tecidos nacionais e estrangeiros, ferragens, drogas, calçados, louça, querosene, gasolina, produtos farmacêuticos etc., que supriam necessidades dos moradores da cidade e da zona rural.

1.3. João Gumes, o sertanejo intelectual



Fotografia 3 – João Gumes, em 1920. Fonte: Academia Caetiteense de Letras⁴¹.

Era esse o mundo em que vivia João Gumes (1858-1930), o autor das nossas fontes. Para conhecê-lo um pouco mais, vale dizer que era um cidadão atuante. Participou ativamente da vida cultural de sua terra natal e mesmo sem nunca ter se

⁴¹ Disponível em http://br.geocities.com/acadcaetiteenseletras/index_historia_jgumes.html, acesso em 28/09/2009.

ausentado dela, conseguiu acumular conhecimentos e escrever romances, comédias e uma vasta obra jornalística; foi ainda arquiteto, compositor e traduziu um livro de História do francês para o português. Era “um homem de poucos recursos financeiros, mas admirado e respeitado por todos”⁴².

Já aos dezesseis anos – em 1874, portanto, fez a sua primeira produção dedicada “Aos protetores da liberdade”⁴³, mostrando que a sua posição se encaminharia no sentido de defender a abolição da escravatura; depois escreveu *A Abolição*, um drama que aproveita com júbilo, a Lei Áurea, para dar vitória a um escravo, frente ao seu antigo comprador. Estes trabalhos e outras opiniões suas ao longo de outras produções, mostram a sua posição de engajamento na campanha abolicionista, mesmo numa época em que esse tipo de propaganda era comprometedor; daí devemos admitir que as suas idéias eram progressistas e avançadas nesses assuntos.

No seu romance intitulado *Vida Campestre* (1914), na primeira página da introdução, expressa-se com modéstia sobre o seu trabalho e sobre uma fase da sua vida que considerava importante na sua formação quando, ainda moço, residiu por oito anos na zona rural, exercendo a profissão de “mestre-escola”:

N'aquela vida calma que gozei na mocidade, e da qual conservo doces reminiscências: no seio de famílias abastadas e honestas que ainda guardavam religiosamente os puros costumes que herdaram dos seus antepassados, fui estimado e considerado e formei o meu caráter. Ausente das aglomerações citadinas, onde comumente reinam intrigas, enredos e competições que tudo pervertem, eu podia, na paz, estudar nesse grande livro que é a natureza em quase sua virginal pureza, reflexo da bondade pródiga de Deus. Esses dias felizes da minha juventude são inapreciáveis tesouros que guardo no meu coração e que, nas horas amargas de uma velhice desiludida, são a minha consolação.

Nesse período ele vivenciou de perto as agruras do homem do campo muito mais duras e acentuadas do que do homem que vive na cidade. Ao vir para o meio urbano, continuou observando as lutas do dia-a-dia, o ir e vir dos seus concidadãos e incorporou-as às suas atividades de escritor e jornalista e com um olhar perscrutador observava, examinava, capturava, apontando aqui e ali o que acontecia no seu entorno.

⁴² Veja Reis (2004: 18).

⁴³ O título deste trabalho é: *Uma Insurreição de Negros – Pequeno esboço da escravidão do Brasil*. Trata-se de um manuscrito inédito que integra o acervo particular da Prof^a Maria Belma Gumes Fernandes, neta do autor.

Impossível falar de João Gumes sem fazer referência a sua atuação como fundador, proprietário, redator e jornalista do Jornal *A Penna*. Ao vir morar na cidade, estabeleceu-se na casa da foto abaixo, tornando-se funcionário público assumindo a função de Secretário da Intendência Municipal; então buscou adquirir “um pequeno prelo de manivela”, por intermédio do poder municipal, mas utilizando-se dos seus recursos⁴⁴; assim, Gumes que “jamais sahira destes sertões e nunca vira um prelo, mas tendo vocação inata para os trabalhos typographicos, como para diversas Artes e para as Letras, não se embaraçou com a montagem da pequena machina, fazendo-a funcionar perfeitamente em poucos dias”⁴⁵.



Fotografia 4 – Casarão da Família Gumes. Fonte: Blog 416 destinos de Ricardo Sousa. Acesso em 04/10/2009.

Após um ano de sua fundação, não sem dificuldades, a primeira máquina foi substituída por “um prelo de pedal, de tamanho regular e garantida solidez”. Alguns reveses, como a perda do emprego público e problemas de saúde do seu proprietário, fizeram com que o jornal interrompesse a sua circulação entre 1904 e

⁴⁴ É o que nos conta Gumes (1974:95), quando diz que foi preciso “alienar um de seus imóveis” para adquirir a tal máquina.

⁴⁵ Jornal *A Penna*, 19/12/1918, p.3, “Origem da Imprensa em Caetitê – *A Penna*”, matéria assinada por Antonio Neves.

1911, período em que ficou editando e publicando o folheto “O Lápis” de menores dimensões. Restaurado em dezembro de 1911, contou com boa receptividade da população, passando a trazer explícita a sua missão de “Órgam dos interesses comerciais, agrícolas e civilisadores do Alto Sertão⁴⁶. Nessa época, Gumes expressa com clareza o programa do jornal e afirma uma intenção: debater-se nos “intérminos horisontes das idéas” e explica como pretende fazê-lo:

O meio, será o medicamento consciencioso e prudente que, sem produzir abalos e commoções ao organismo social, sem perturbar-lhe o funcionamento regular, ausentes o ódio, os rancores, a crítica mordaz e impiedosa, consiga restabelecer os bons costumes que porventura tenham perdido a sua intensidade de acção benéfica; educar o povo e encaminhal-o aos bons princípios e fomentar a prosperidade econômica, financeira, intelectual e moral, advogando os interesses do commercio, da lavoura e de todas as industrias das quaes depende o florescimento de um paiz⁴⁷.

Com uma intenção clara, o jornal se coloca como formador de opiniões, defensor dos interesses econômicos e dos valores morais e dos bons costumes. Na opinião de Silva (1932: 280), Gumes trabalhou “sem treguas, sem descanso, na sua obra de vulgarizar a imprensa com os seus artigos doutrinários”.

Outro progresso técnico do jornal veio em 1918, quando passou por uma renovação significativa, “uma radical transformação” com chegada de novo material gráfico e de uma máquina moderna que, segundo Gumes, estariam colocadas doravante a serviço da promoção do “progresso moral” daqueles sertões:

Paira sobre nós uma atmospheria de progresso e todo o sertão vibra a uma ruflando as azas para o grande vôo. Nós, que assentamos a nossa tenda n’este alcandorado ninho e procuramos investigar a situação actual, podemos asseverar que o movimento intellectual se accentua nos altos sertões como pródromo de futuro e auspicioso progresso moral.⁴⁸

Foram longos anos de presença na sociedade sertaneja e com um alcance que abrangia várias cidades no entorno de Caetité⁴⁹. A dedicação de Gumes ao trabalho nesse jornal foi tornando-o cada vez mais respeitado, conforme nos mostram várias informações de contemporâneos. Mas, ainda assim, *A Penna*

⁴⁶ Até então, o jornal trazia apenas “Órgam dos interesses do alto sertão”.

⁴⁷ Crônica intitulada “Programma” p. 1 e 2 do Jornal *A Penna*, assinada por João Gumes, em 19/12/1911.

⁴⁸ Crônica de Gumes, Jornal *A Penna*, 03/01/1918, p. 1.

⁴⁹ O Livro de Assinantes d’*A Penna*, entre 1924 e 1927, consta uma lista 442 nomes, em ordem alfabética e com indicação da cidade em que residia cada um. (REIS, 2004:54).

enfrentou contestações por divergências de opiniões, conforme matéria publicada com o título *Injusta Aggressão*⁵⁰, em que o jornal é acusado pelo Bispo Diocesano de fazer propaganda dos ideais protestantes, uma propaganda “vil, diabólica e torpe”; isto gerou um embate entre as duas partes, ao que o jornal se defendeu com veemência, respondendo com extensa exposição de argumentos a seu favor e com a queixa de seu redactor de que “nunca fomos exclusivos, portanto temos o direito a um julgamento que seja isento de exclusivismos”.

A PENNA

DIÁRIO DOS INTERESSES COMMERCEIAES, AGRICOLAS E CIVIS DO ALTO SERTÃO

REDACTOR: JOÃO GUMES PROPRIETARIOS: GUMES & FILHOS

ANNO I CAETITÉ—SIXTA-FEIRA 21 DE JUNHO DE 1912 NUMERO 13

Theatro

Prometemos no passado numero provar que a poesia, a musica e a pintura já eram cultivadas em Caetité no começo do seculo passado. E' o que vamos fazer agora em modo de digressão.

Os movimentos da Inconfidência, que tantos talentos do esol' puzeram em realce, deram lugar á emigração do mil-nro culto e do idéas nuvantadas.

Essas lovas, internando-se pelos nos-sos sertões, trouxeram-nos novas idéas e nova cultura intellectual.

Já em 1801 escrevia D. Fernando José de Portugal o seguinte em relação ao Caetité: "...advertindo do ordom mi-nha ao Rôbina Antonio São Palo e a Francisco José do Freitas Sa Conto "que se abstenham de excitar duvidas e o causar perturbações entre os mora-dores, pois do contrário mandarei pro-cedeur contra elles."

Entre os imigrantes, talvez—não podemos asseverar—em companhia da importante familia Gomes do Azevedo, nos veio um latinista de merecimento, o padre Quelroz Ozorio. Esse antigo mestre do *latinidades*, em favor do quem depois, o Senado da Camara dirigiu ao Príncipe Regente uma representação pe-dindo a sua nomeação de professor regio-nal, já contava, como se deprehendo d'esse documento, grande numero de discipulos, alguns *sacerdotes como ollo*. Foi o padre Quelroz quem mais concorreu para a evolução das letas entre nós.

A fama do bom e competente pro-fessor era tal, que chegou por todo o alto sertão atrahindo a esta, na-ção villa discipulos de longin-quas paragens como, conta a tradição, aquelle que depois foi uma gloria na-cional—João Maurício Wanderley, barão de Cotigipe.

Conhecemos pessoalmente um sa-cerdote velho—uma chronica viva—que referiu-nos o facto acima individualis-tado. Cotigipe—contava elle—possuia aqui uma parenta natural das margens do Rio do S. Francisco—D. Maria Coo-lho— e foi em sua casa que estovo a prometteira coroaça como pensalista.

O facto é tanto mais admissivel, quanto o Bargino-mór Wanderley, pai do gran-do homem, entrollinha relações com pos-sens desta zona.

Seja como for, ao padre Quelroz Oz-orio covoa o Caetité o inicio de seu pro-gresso litterario.

Erão rarissimas por esse tempo as *escolas regias*, como raras eram então n'esta zona do alto sertão as povoações. O Caetité, ponto de intercomunicação de estradas concurrenssimas que de Minas Geraes e do sul do nosso Estado, do-mandavam Minas do Rio do Contas e a Capital, tornou-se—por essa circumstancia, pela do ser um possivel promettedor e por acharem-se ahí estabelecidos muitos padres que continuavam a obra do pa-dre catholico dos jesuitas—um emporio commercial de primeira ordem, alimentado pela polycultura.

N'aquelles bons tempos o ensino da puericia era confiado a *mestre-escolas*

que, apenas, *desanaram* os seus disci-pulos dando-lhes noções muito elemen-tares das primeiras letas. O ensino do portuguez propriamente dito era dado na aula do latim com a sua metolosa e interminavel enfada de declinações. Um arremedo d'esse methodo latinista ainda se conservou nos compendios de grammatica portugueza até a segunda metade do seculo passado.

O ensino da lingua vernacula era dado, pela, com muito apuro pelo lat-inista, que desvendava a precepção do discipulo as riquezas e fulgurantes bol-lezas da lingua que

com pouca corrupção cre que é a latinas Bastava que o individuo possuísse algum talento e terna poetica, que conhi-cusso as riquezas da nossa synonymia e a *Arte versificatoria*, para que despontasse o poeta.

Depois, uma raça entusiasmada co-mo a nossa,—aquecida sob a calidez tro-pical, em meio da luxurriante belleza das selvas que, em sua virginidade e robu-za primitiva, ostentava esplendores surprehendentes, sob os costumes da antanho, que occultavam nos lubricos olha-res, no casto kyveceu, a linda mulher sertaneja, a croada de olhos ardentes, labios polposos, tez de janho, fresca e radiante,—por força devia sentir-se a atrahida pelo sublimo Erato.

O rudo camponês, o solteiro e impá-vido *vaqueiro*, o caçador aventureiro, quando pela invia selvas e andurilhas, pondo em jogo a sua vida, longo do lar, á noite, refocilava improvisando ternas melopéas, ao zanguearrenr da viola, der-pertando ás caladas da noite os ecos a-dormecidos nas angusturas e quebradar. Lançava suspiros a susseca na esposa, do filhinho, da amante, entregues á *voze-la bom longo, por traz das matas e cos-salentes*.

Polidas essas intelligencias ardentes e entusiasmadas, desloçadas do seu meio e postas em contacto com os Virgílios e os Horacios, ahí tinhamos o poeta.

Pois bem: dispunhamos dos meios de brilhar essas naturas, essas eco-nias raras, mas preciosas, e convegu-mos tanto quanto é bastante para fazer aos modernos levantar os hombros com ciumo e desprezo injusto.

Ainda nos conserva a tradição lin-dos canções, espirituosas madrigaes, crí-ticas mortizos e ato sonetos que paten-team a cultura d'aquelles tempos entre nós.

Por occasião da Independencia e dos movimentos que a precederam foram compostos hymnos patrioticos que ainda se conservam e, como typo, conserva-mos uma especie de elegia aqui produ-zida por occasião do assassinio do Dr. Zama do Paenssá, pai do nosso Inolvi-davel conterraneo Dr. Aristides Cesar Zama.

Isso quanto á poesia. Agora o que ditamos da Musica, da sublimo arte que, em seus rythmos e melodias, completa, em soborba e divina conjugação, a nobre arte dos Camões e dos Lento?

La poesia é a musica como a stella é o sol

Diromos mais: completam-se, são mutuamente indispensaveis uma á outra. A musica, como a poesia, é culti-vada entre nós desde o seculo atrozado. Não dispunhamos das modernas *serpen-tes de chaves, dos pedras* e do tantos outros instrumentos que, n'um borreito construedor (predeem-mo pelo amor do Deus!), fazem nas delicias dos modernos *avido*; mas, em compensação, o regio *violino* já corria patelhas com a subli-me flauta, harmonisando-se com o vio-loncello e a viola no começo da *ma-lha hujje plegas*.

Já em 1811 era cantado um *Tolu-landamunho* em canto gregoriano so-mente, pela a orchestra já nos vias do Minas havia muitos annos. Tenos o testemunho de um velho—o Felix Quilroz—amigo dedicado do Coronel Jo-sé Augusto Spínola Castro, peia cum appellamos. Em 1877 esse Len velho já com oitenta e muitos annos, dava nos pessoalmente preferências informações a respeito do Caetité. Contava-nos elle a seguinte anecdota:

José Joaquim S. Helena, vulgô *Mo-ralda* era celebre musico pratico o exilimo trompa da villa de Urubil. Em seu amulo em Caetité, não menos celebre, atrahiu-lho a attenção, e houve um re-putadado encontro dos dois para uma justa musical n'esta nascente villa. Tra-vou-se o duello: eram ignaer. Atual voltou-se o noster conterraneo para o seu conterrado e, risinho, disse-lhe:

— Fique certo, sr. José Joaquim, que na nossa aito ninguém nos leva vantagem.

Ja havia, portanto, instrumentistas habéis e uma luxuavel emulação.

Com os imigrantes que nos vieram do Minas no principio do seculo 19, ve-lou-nos o Mestre Innocencio Martins Brezili, optimo compositor de musica sacra que ainda existem n'esta Cidade em grande numero. O velho pufador não celebrisou-se em nosso meio como ex-ecutor pela, como nos asseveram, n'isso estava abaixo de mediocre, mas teve bom nome pelas suas bellissimas compo-sições e arranjos, que conhecemos pes-sosamente e alle-ramos em mo menino do côro. Cesario de Meilo, sr. José Pa-dre, Ilenda Carvalho e o velho Floren-cio do Cerqueira, discipulos do mestre Innocencio, foram os seus continuadores, sendo que o ultimo chegou aos noventa dias regendo uma orchestra bem regular para o meio a, na idade de 70 annos, ainda vocalisava admiravelmente. Tam-bem tivemos musicos habéis que nos vieram de Urubil, entre os quees des-tacava-se o padre Jobô, cantor primo-ro e tambem compositor e instrumen-tista. Este ultimo falleceu na Bahia como chaestre em idade muito avançada.

Nenhuma das modestas e luminosas personalidades acima citadas morreu em Caetité.

O gosto pela musica era tal entre nós que ha cerca de 70 annos vieram ter aqui um piano, um cravo e um or-gão. O ultimo ainda conservamos como reliquia, ja imprastavel ao fim a que se destinava.

Proseguiremos, ja indo bem exten-so esse nosso impericillo estado.

João Gumes

Fotografia 5- Página do Jornal *A Penna*, edição de 21/06/1912. Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

⁵⁰ Jornal *A Penna* – 31/10/1918, p. 1.

Vale aqui apontar a posição e julgamento de um jornalista da época, o Sr. Antonio Neves, a respeito do redator e proprietário deste jornal, por ocasião do incidente referido:

Como jornalista, devotando-se à causa pública, soube imprimir no seu periódico o cunho da mais severa imparcialidade, tratando os assumptos de interesse social, sem distinção de credos políticos ou religiosos, a despeito da Doutrina que professa convictamente. [...] o ato injustificável da Autoridade Diocesana, proibindo a leitura d' *A Penna* a todos os catholicos; e sendo catholica a quasi totalidade da nossa população, se a sua ordem violenta fosse cumprida, ficaria sem o pão o venerando chefe de uma digna e honrada família.⁵¹

Como se vê, esse fato teve grande repercussão por envolver duas autoridades da sociedade: de um lado a autoridade eclesiástica e de outro a mais expressiva imprensa escrita de Caetité e região⁵². Muitas pessoas da comunidade foram levar apoio ao jornal numa demonstração de reconhecimento e respeito ao trabalho jornalístico de vulto, realizado com muito esforço naquela sociedade.

Pelo depoimento acima, nota-se que Gumes, autor em questão, para prover a numerosa família, juntava aos seus proventos de funcionário público os lucros da atividade jornalística e esta, apesar dos assinantes espalhados nas cidades circunvizinhas de Caetité, não lhe facultou meios de acumular grandes bens, “a fortuna nunca bafejou nem dourou os caminhos” por onde trilhou, conforme nos diz Gumes (1974:52).

À época, o grande número de analfabetos era desestimulador das atividades gráficas; escrever e publicar romances então, era mais difícil devido ao limitado público leitor. Assim, Gumes insistia na manutenção do jornal e na sua produção jornalística por amor à cultura. Entrementes, seu jornal assumia uma função também literária desde os primeiros anos de seu funcionamento com a publicação de romances em folhetim, prática esta que supria a ausência de publicações de romances em livros.⁵³

Esses dados merecem destaque na análise das suas obras, pois, como nos diz Michel de Certeau (1994: 241),

⁵¹ Jornal *A Penna*, 19/12/1918, p. 3.

⁵² Sobre a doutrina professada com convicção por Gumes, vale dizer que o mesmo era militante da doutrina espírita e estudioso de Alan Kardec; um dado interessante é a sua referência a uma máxima de Michelet para ilustrar a vida dura que o personagem d' *Os Analfabetos* (p. 30) estava levando ao fugir de casa: “A dor é, de algum modo, o artista do mundo, que nos produz, nos talha, nos esculpe com a fina ponta de desapiedado cinzel”.

⁵³ No APMC, os exemplares do Jornal *A Penna* nos mostram que desde 1899 já circulavam romances em folhetim, a exemplo de “A mulher do xale preto”, assinado por José Marcelino das Neves; nos anos seguintes, outras séries eram publicadas.

uma credibilidade do discurso é em primeiro lugar aquilo que faz os crentes se moverem. Ela produz praticantes. Fazer crer é fazer fazer. Mas por curiosa circularidade a capacidade de fazer-se mover – de escrever e maquinar os corpos – é precisamente o que faz crer.

Claro está que Gumes tinha uma boa rede de relações sociais e um status garantido na sociedade caetiteense; sua obra jornalística no Jornal *A Penna*, com publicações quinzenais, circulava por várias cidades da região, atingindo uma grande clientela em Caetité e no seu entorno, mas, ainda assim, vale refletir: ele se “fazia crer” por quais segmentos sociais? Quem lia os seus escritos?

Se considerarmos o arcabouço intelectual norteador do jornal *A Penna* e os temas mais recorrentes nas publicações, podemos identificar dois eixos articuladores: por um lado, a atenção dada às ações e movimentações dos cidadãos das camadas mais favorecidas, noticiando suas promoções em empregos públicos, suas movimentações sociais como: casamentos, nascimentos, batizados, aniversários, visitas de cidadãos importantes à cidade, falecimentos, realizações das associações de caridade e das escolas e outros fatos corriqueiros. Por outro, a insistência em denunciar os problemas da região sempre atingida pelas secas; não foi sem propósito que escreveu em uma de suas crônicas: “a seca: esse flagelo assustador que nos visita sempre”. Denunciou inúmeras vezes esse fato, demonstrando-se incomodado com as crescentes saídas do homem sertanejo para outras paragens (principalmente São Paulo), em busca de melhores condições de sobrevivência e sempre fazia propaganda das potencialidades do sertão e da desnecessária saída do sertanejo para terras distantes⁵⁴.

Há uma predominância deste tema em suas crônicas e o mesmo é retomado no seu romance *O Sampauleiro*. Deste sabe-se, com base em estudos de especialistas, que é a obra de maior vulto de João Gumes. Foi escrito em dois volumes, 1917 e 1929 respectivamente. Descreve com riqueza de detalhes os sítios rurais do alto sertão baiano, nas imediações de Caetité, fixando residência dos seus personagens na zona rural, a uma distância de seis léguas da sede. Faz uma apologia às potencialidades da terra e da agricultura quando levadas à sério: [...] “da agricultura, assim como depende a prosperidade material de um país, resultam

⁵⁴A crônica está no Jornal *A Penna* do dia 09/01/1912. Na nota do dia 03/01/1918 do mesmo jornal, pode-se ler: “Tivemos nos dias 1º e 2 do corrente chuvas que muito humedeceram o solo e fizeram descer a esperança no coração do nosso povo. Entretanto, aqui passaram n’estes dias duas levadas de emigrantes que somavam 44 indivíduos. Si é moda!”.

hábitos e virtudes que tornam um povo nobre, digno, respeitável, unido, em resumo, civilizado”. (GUMES, 1917:96).⁵⁵

Assim, podemos dizer que o jornal *A Penna*, em grande parte do período que ora queremos evidenciar – até 1930 - traz sempre à primeira página, uma crônica jornalística assinada pelo redator João Gumes, que utilizando-se desse “gênero menor” da literatura passou a registrar as singularidades do alto sertão baiano agravadas pela falta de chuvas e pela ausência de uma educação mais efetiva de esclarecimentos e conscientização do sertanejo para valorização da sua terra.

Como jornalista, utilizava-se das crônicas para fazer a escrita do seu tempo e, no Jornal *A Penna*, publicava os assuntos que mais o inquietavam a exemplo da grande seca de 1899, em que as suas crônicas em série traziam títulos como “Alarma”, “Horror”, “Desespero”, “Êxodo”. Isso demonstrava a sua preocupação com as causas sociais e com os efeitos do flagelo da seca na vida do sertanejo; demonstrava a sua insistente luta em favor dos menos favorecidos e em defesa de políticas públicas que pudessem trazer assistência aos mais pobres e desvalidos e melhorar as suas condições de vida. Neste gênero, escreveu como quem “possui certas habilidades literárias e assume uma determinada postura diante da vida”, como quem possui “humor, capacidade analítica, concisão, leveza, compromisso com o leitor”. (DANNER, 2005: 272).⁵⁶

Em relação à política, criticava-a, mas tomando-a de forma abrangente e impessoal; o jornal trazia em destaque desde 1902 (alguns números), máximas do pensamento de Montesquieu, Clemente XIV, Franklin, Emile Zola e outros e evidenciava as conseqüências nefastas do envolvimento com a mesma; entretanto não aparece uma crítica mais direcionada para autores determinados ou para atuação de políticos próximos. Sobre as formas de administração do seu município, apresentava sempre a prestação de contas dos gastos da “prefeitura” e atirava-se em defesa da moral, dos bons costumes e da honestidade da sua gente. Assumia uma postura de denúncia em relação aos acontecimentos comprometedores da ordem e da moral, na concepção de um homem que reflete a mentalidade da sua

⁵⁵ Esta obra é largamente comentada em alguns trabalhos como: ESTRELA, Ely Sousa. Os sampauleiros: cotidiano e representações. São Paulo: Educ, 2003; REIS, Maria da Conceição. O Sampauleiro: romance de João Gumes. Tese de Doutorado - UFBA, Salvador, 2004.

⁵⁶ Silva (op. cit.:280), escreveu que Gumes “possue estilo claro, fluente e rigorosa lógica na exposição de factos ou de ideias, o que constitui excelente predicado de sua personalidade de escritor e jornalista”.

época e que, como sujeito social, soma sua “experiência” à sua cultura em suas ações⁵⁷.

Se voltarmos o olhar para a trajetória de vida de João Gumes, vamos encontrar os aportes da sua cotidianidade como cidadão, sertanejo, jornalista e escritor presos às suas vivências e conhecimentos adquiridos desde a sua juventude, no período que viveu na zona rural, onde ele mesmo diz ter formado o seu caráter e ter aprendido tudo que a natureza oferece para uma vida saudável; é interessante ressaltar a sua crença em que a vida na cidade estava sujeita às mazelas da intriga e às contingências que levariam a degenerescência dos costumes e dos bons hábitos. Nessa mesma fala, refere-se a uma velhice desiludida o que para nós, configura-se num fato lamentável diante de toda luta que se travou para a manutenção do jornal ao longo de todo o tempo da sua existência, com os reflexos dos bons serviços prestados à região.

Para Gumes, a literatura era tida como uma segunda ocupação, não sendo, portanto, o seu meio de ganhar a vida; ele mesmo explica que começou a escrever *Pelo Sertão*, o seu primeiro romance, em 1913 para começar a publicá-lo em folhetim no jornal, em julho do mesmo ano e só o retomou e o atualizou quatorze anos depois, quando, segundo ele “já nos achávamos em melhores condições”⁵⁸.

Um ponto forte do seu pensamento era a crença nos benefícios da educação. Insistia e acreditava nas potencialidades que a mesma poderia trazer para uma coletividade. Já no Jornal *A Penna*, espaço cotidiano de sua atuação, falava-se com entusiasmo de todas as iniciativas positivas no setor educacional. Afinava-se com o pensamento dos que colocam a educação como uma bandeira capaz de resolver muitos problemas sociais, pautando-se na máxima “a moral, como a política se resume nesse grande lema: educar o povo”; abraçava estes ideais e buscava difundi-los como jornalista e como escritor, fazendo propaganda a favor da instrução e do conhecimento como caminhos para diminuir a ignorância das pessoas e torná-

⁵⁷ Assim como sugere Thompson (1981: 189): “as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos... elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral”.

⁵⁸ Segundo Reis (2004: 49), deste romance foi encontrado o primeiro capítulo datado de abril de 1913 e circulou n’*A Penna* até 27/03/1914. Falando da vida deste autor, cita à página 18, que foi Escrivão da Coletoria Geral, Tesoureiro e Secretário da Intendência e Secretário da Câmara Municipal.

las mais conscientes, “enraizadas” na sua região, aptas para o trabalho e, portanto, afinadas ao ideal de progresso.

Neste sentido escreveu, em 1927, *Os Analfabetos*, publicado em 1928, com o intuito de denunciar as rudezas que acometem o sertão, colocando-se na ação para desfazer equívocos que são disseminados sobre a sua região. A trama se passa numa família sertaneja que reside na zona rural do município de Caetité; o pai, Marcolino, é grosseiro e ignorante, anti-social, avesso à leitura e tudo que possa estar relacionado a ela; acha que leitura não leva ninguém a lugar nenhum; os filhos desde pequenos são levados a trabalhar duro na roça todos os dias, em jornadas que começam muito cedo, aliás, “antes do sol sair”. O filho mais velho foi duramente castigado quando perdeu a hora de ir para o trabalho, em virtude de ter ficado acordado até tarde, tentando sozinho aprender a ler. Este fugiu de casa e em terras distantes aprendeu a ler.

O autor insiste nos prejuízos da falta de leitura, quando registra que Zezinho, o fugitivo, escrevia aos seus pais e enviava ajuda financeira, mas eles nunca a recebiam porque eram trapaceados por um vizinho que desde o início da trama foi convidado a decifrar a carta deixada pelo fugitivo. Desse dia em diante, o vizinho enganador, pegava as cartas diretamente no correio (como era comum às pessoas que residiam na zona rural), não as entregava ao seu destinatário e ainda embolsava o dinheiro.

Pode-se dizer que a atividade romanesca de Gumes foi desenvolvida mais na maturidade, em virtude de estar antes envolvido com as atribuições de funcionário público e de jornalista. Das suas obras literárias, usadas como fontes de análise, são feitos comentários ao longo de todo o trabalho; no item a seguir, quero evidenciar a visão de Gumes sobre os sertanejos baianos, suas denúncias e sugestões para a melhoria da qualidade de vida da população do sertão baiano.

1.4. Visibilidade dos sertanejos: entre os retratos literários de Gumes e os registros d’*A Penna*

Como viés para entender a época em que as idéias de Gumes estavam sendo gestadas, vale considerar as discussões em torno da questão da formação da

nacionalidade, a busca de identidade, bem como ideais de civilização e progresso que estavam na pauta das preocupações dos intelectuais brasileiros e dos governos instituídos com a proclamação da República. Nessa perspectiva, era necessário olhar a sociedade brasileira como quem deseja entendê-la, desvendar as suas peculiaridades e buscar explicações para uma realidade que se mostrava cheia de limitações face aos modelos externos de progresso, como o americano e o europeu. As teorias científicas em voga na virada do século XIX para o século XX, adotavam análises deterministas e evolucionistas que atribuíam à ação do tempo e aos fatores étnicos e climáticos a responsabilidade no desenvolvimento ou atraso dos lugares e dos povos. Era como se o progresso e a evolução fossem os únicos destinos possíveis a todos os povos e, nesse caso, o Brasil estaria desacreditado; estas teorias contribuíram para que se desenvolvesse uma idéia de atraso, um certo pessimismo e fatalismo em relação ao Brasil, como quem está fadado a não dar certo dentro do modelo estabelecido. “Fatalismo diante de algo que não poderia ser evitado e pessimismo com relação às possibilidades do Brasil diante do progresso da humanidade”. Era como se existisse o Brasil enquanto Estado, mas não enquanto nação e segundo intelectuais como Sílvio Romero e Euclides da Cunha que buscaram interpretar o Brasil da época, a nação brasileira só passaria a existir quando se desse a formação de um grupo étnico homogêneo para enfim, constituir-se a identidade do brasileiro e, portanto, da nacionalidade e da nação. (NAXARA, 1998: 41).

Essas teorias abriam debates calorosos, carregados de contradições que acabaram por desembocar em explicações dos diferentes níveis de desenvolvimento dos povos, justificando a superioridade de uns sobre o atraso dos outros, como uma dicotomia civilização – barbárie. E o Brasil, numa classificação bem geral, alinhava-se à barbárie pelos descompassos aqui vivenciados: de um lado, uma elite “civilizada”, de outro, uma pobreza alarmante, uma população miserável, “atrasada”; ou, litoral desenvolvido, versus interior atrasado; ou, população das cidades identificadas com o progresso e populações rurais identificadas com a estagnação. Assim, buscava-se explicar o que atrapalhava o desenvolvimento e o que poderia ser “possibilidade” na mudança do processo histórico rumo ao progresso. (NAXARA, 1998: 42).

Percebe-se que, nesse momento, havia entre os intelectuais um movimento pendular entre a positividade e a negatividade (otimismo-pessimismo)⁵⁹ em relação ao processo histórico brasileiro e Gumes, em alguns pontos da sua escrita, deixa aflorar estas contradições inerentes à sua época; mesmo sendo anti-escravista, não era totalmente anti-racista, pois na sua trama romanesca de *O Sampauleiro* (1917, v.1), ressaltando o comportamento de uma ex-escrava que fazia intriga entre duas famílias das propriedades rurais que freqüentava, apesar de justificar o comportamento da negra forra dizendo que este é o resultado de todo um tempo em que os escravos eram considerados mais como animais do que como gente, ele não deixa de arrematar: “Podemos adiantar desse modo prejudicial de proceder decorreram pelo menos entre nós, a degenerescência dos costumes, a baixeza dos caracteres, o servilismo e a falta de iniciativa que infelicitam o povo”. E, acreditando nos resultados positivos de investimentos na educação para o povo, admite que somente através desta, se poderá conseguir “por meio de carinho e interesses imediatos” encaminhar os negros forros e ex-escravos a um “futuro feliz e tranqüilo” (GUMES, 1917:235). Nesse sentido, comunga com as idéias de Manoel Bonfim quando este afirma que os defeitos corriqueiramente atribuídos aos negros são resultantes da sua condição de escravos “e não defeitos de ‘caráter’”. As qualidades negativas dos negros e mestiços devem-se antes, à falta de educação social. Esse autor, ao publicar, em 1905, *A América Latina-Males de Origem*, conclui que os desacertos da realidade latino-americana como um todo, são reflexos da ignorância em que vivem os povos por falta de uma “educação para o progresso”. Insiste que se a população está despreparada, a responsabilidade é antes, do sistema de governo; o povo não se faz sozinho, ele é o que se faz dele. E arremata: “Povo, consciente de sua existência, tal como o exige uma democracia, não existe aqui: é preciso fazê-lo”⁶⁰.

Nessa mesma perspectiva, Gumes resalta muito do peso da educação. Em *Vida Campestre* (1914), deixa claro o seu ponto de vista: que as crianças devam ser educadas para assumirem um dia as responsabilidades da vida adulta, portanto, devem “enveredar pelo melhor caminho que é o da virtude, da honra, da honestidade, pelo qual chegamos a nos convencer que respeito mútuo, é o de ‘não querer para outrem o que não queremos para nós’ e disso depende a felicidade,

⁵⁹ NAXARA (op. cit. p. 77).

⁶⁰ Manoel Bonfim é citado por Naxara (1998:100).

uma consciência tranqüila e um bom nome”. E no prefácio do seu romance *Os Analfabetos*, escreve que a mudança da situação de analfabetismo em que se encontram os campônios e toda a população da sua região, depende dos investimentos do governo no setor educacional. Em uma de suas crônicas ele enfatiza que “a descrença em nossos cousas, em nossos homens, são a fome e a sede de justiça, de tranqüilidade, de emancipação”(A Penna, 03/06/1915).

A contribuição da obra de Gumes, quer seja na sua produção jornalística ou no campo da literatura, se faz no sentido de esclarecer e enriquecer o estudo de vários aspectos da sociedade sertaneja.

No Brasil, a literatura assume um papel importante neste momento em que as noções de brasilidade são debatidas e divulgadas a partir de manifestações literárias, como nos afirma Antônio Cândido:

a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas dos brasileiros. Pois ela foi menos um empecilho à formação do espírito científico e técnico (sem condições para desenvolver-se) do que um paliativo a sua fraqueza. Basta refletir sobre o papel importantíssimo do romance oitocentista como exploração e revelação do Brasil aos brasileiros. (CANDIDO, 2008, p. 139-140).

Nessa perspectiva da importância da literatura e do trabalho do escritor, Benjamin (1995: 275) ressalta que o “sentido da vida” é o foco principal do escritor e o que move a sua trama; esta sempre tem um ponto final, não deixando margem para a dúvida do que vem depois. Mas o escritor também se aproveita da experiência que passa de pessoa para pessoa e sua escrita será tão mais interessante quanto mais se aproximar dos inúmeros casos de narradores anônimos. A obra do escritor deve conter o seu pensamento de forma agradável, prazerosa, como “o espetáculo oferecido por um corpo gracioso e bem treinado”.

Muito forte se fez essa contribuição literária no bojo das discussões, angústias e contradições em busca de uma identidade nacional na virada do século XIX para o século XX, momento importante no estudo do imaginário sobre a população brasileira e de busca de explicações e definições de uma identidade pautada em padrões de uma cultura ocidental e global. Nesse momento, as representações literárias de escritores clássicos brasileiros, a exemplo de Monteiro Lobato, levaram à construção de um estereótipo de “brasileiro”, marcado por qualidades negativas,

tais como “atrasado”, “caipira” ou mesmo do “indolente” e “preguiçoso” Jeca Tatu. (NAXARA, 1998:19).

Gumes, ao contrário, numa construção própria de quem escreve de “dentro” do seu espaço, como quem se identifica ou acredita nas potencialidades daquele espaço, coloca em suas tramas as particularidades da cultura sertaneja, seus hábitos, costumes e valores. Coloca-se numa postura de quem quer valorizar e enaltecer a sua região. Aos estereótipos de preguiçosos e matutos, Gumes contrapõe sertanejos aptos para o trabalho e muito honestos. Ele valorizava o homem da região em que vivia e isso fica claro na apresentação do seu romance, *Os Analfabetos* (1928:01), quando diz da sua aflição por não existirem pessoas interessadas em defender os interesses dos sertanejos:

A não ser o jurisconsulto, professor ou algum membro do clero, cada qual no domínio do seu ministério, quem se preocupa com a bela arte de escrever? Quem se dedica a uma cerrada campanha em prol dos nossos interesses agrícolas; em demonstrar as vantagens que oferece a nossa terra tão opulenta em recursos naturais; quem procura tornar conhecida a índole do nosso homem do campo, honesto, pacífico, laborioso? Quem procura combater a má idéia que fazem, nos centros cultos, do nosso pobre povo, que é tão caluniado, invetivado [sic] e mal visto lá por fora?

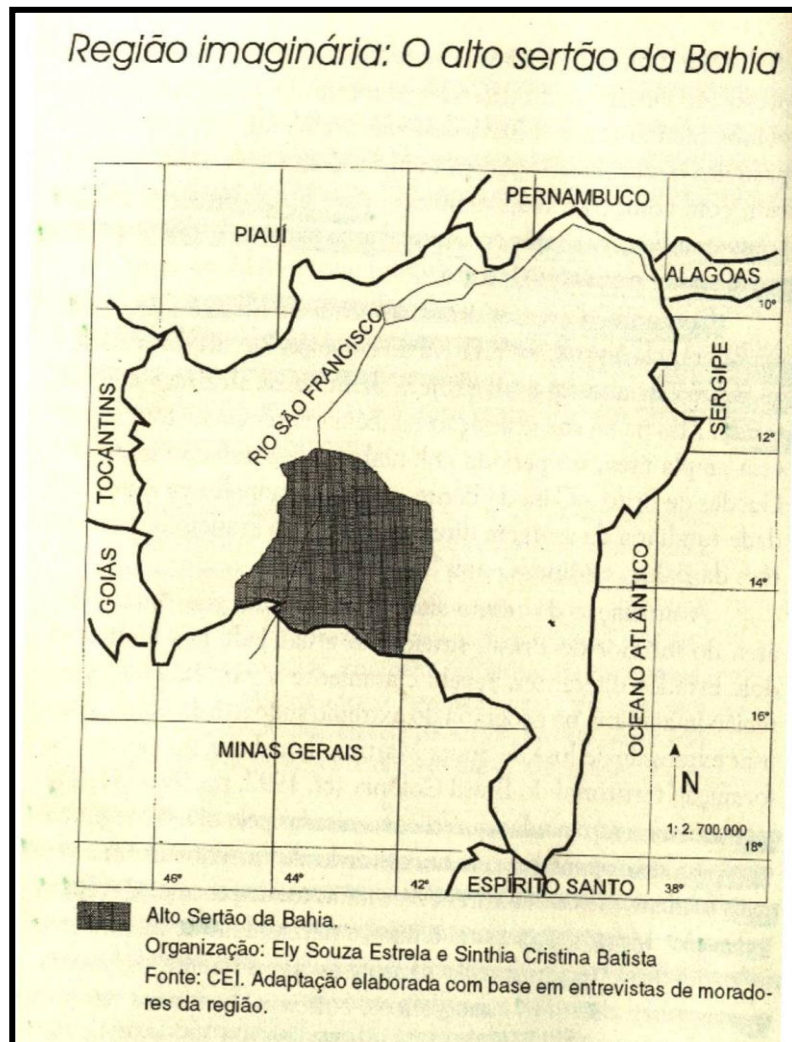
Nesse desabafo, Gumes está considerando a região sob o impacto da ausência de políticas públicas e das visões deturpadas sobre o sertanejo, não incluindo a mulher no conjunto dos que podem, junto com ele, investir na defesa do sertão. Justifica a sua posição em querer desfazer as imagens deturpadas que vigoram em outras partes do país, objetivando mostrar o alto sertão cheio de possibilidades; por isso escreve no prefácio, à primeira página:

As secas, o banditismo e a vagabundagem são os atributos que nos emprestam mesmo na Capital do nosso Estado; são, dizem por lá, as causas do nosso atraso, da nossa pobreza tão falada, do nosso imerecimento. Reduzidos a ilotas desprezíveis, considerado o alto sertão uma região inóspita onde o ádvena corre o perigo de ser assassinado nas estradas pelos selvagens sertanejos, ninguém, que para isso tenham autoridade, levanta a voz em nossa defesa. O que mais admira é que sertanejos malévolos que aqui residiram, que aqui nasceram e foram criados chegam a confirmar, senão que somos jagunços, ladrões ou vagabundos, ao menos que o nosso território é safaro(?), que passamos anos e anos sob a inclemente causticante solina sem o refrigério de uma chuva; que o nosso povo é preguiçoso, indolente e degenerado.

A forte tendência em prol do desenvolvimento do nacionalismo fez proliferar discursos que acentuaram as marcas próprias de cada região e fez com que se

disseminassem os estereótipos em relação à visão de mundo do outro. Notícias de viajantes pelo interior do Brasil, falam da ignorância das suas populações, da pobreza e da miséria em que viviam; informado de tais notícias, o nosso autor empenhava-se em corrigir distorções que viessem prejudicar a sua região.

Como João Gumes era visto entre os críticos e estudiosos da literatura baiana? Aparecem poucas referências a ele, sendo citado entre os regionalistas “menos rígidos” que valorizam mais o humano, em detrimento de outros aspectos pitorescos; ou aparece no rol dos regionalistas que ficaram limitados a uma abrangência local, por falta de incentivos e de iniciativas editoriais que dessem vulto às obras dos autores citados. (REIS, 2004:27)⁶¹.



Mapa 2 – O Alto Sertão da Bahia. Fonte: ESTRELA, 2003:38.

⁶¹Essa autora cita Miguel Ferreira, Lúcia. *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção -1870 a 1920*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973 e CALMON, Pedro. *História da Literatura Baiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949; este último usa a expressão: “o sertanejo João Gumes”. A *Enciclopédia da Literatura Brasileira* faz referência ao Gumes, como teatrólogo e romancista, citando o drama *Abolição* e as comédias *A Intriga Doméstica* e *A Sorte Grande*.

A utilização da denominação Alto Sertão Baiano, “região imaginária”⁶², marca toda a sua produção e isso nos reporta à noção de espaço, articulada à noção de discurso da seguinte forma:

Os discursos não se enunciam, a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para os legitimarem. O discurso regionalista não é emitido, a partir de uma região objetivamente exterior a si, é na sua própria locução que esta região é encenada, produzida e pressuposta. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009:34).

O nosso autor escreveu numa época em que o seu espaço circunscrevia-se a uma delimitação mais ampla conhecida como Norte, em oposição ao Sul do Brasil ou litoral em oposição ao interior. Não aparece em Gumes a idéia imagética e discursiva que começa a se formar a partir da 2ª década do século XX e que se cristaliza com o nome de Nordeste.

O discurso regionalista de Gumes inscreve-se num período posterior ao declínio do Romantismo na Literatura Brasileira. Num primeiro momento (primeiros anos do século XX), seu discurso romanesco contém a seiva da tendência naturalista então em voga. Quando esse paradigma entra em crise nos anos 20 desse mesmo século, ele não o abandonou e, assim, suas obras são escritas com essa roupagem, o que fica evidente nas descrições das peculiaridades do sertão, tanto do ponto de vista geográfico quanto cultural.

Desde os escritos da sua juventude, Gumes demonstrou-se afinado com os ideais republicanos – a exemplo de *Uma Insurreição de Negros* - mesmo no momento dos grandes embates com os conservadores monarquistas. Atacava a escravidão e acreditava no aperfeiçoamento da democracia a partir da nova forma de governo. Aderiu à corrente ufanista de defesa da nacionalidade, acreditando no fruto das condições naturais da terra como um viés para o progresso; a mãe-natureza cheia de prodígios, bem aproveitada pelo homem brasileiro, é a bandeira dos que pregam e acreditam num futuro promissor⁶³. Gumes assume esse ponto de vista em relação à sua região e, assim, produz os seus romances descrevendo com riqueza de detalhes os encantos da natureza ou as vicissitudes de um meio adverso. Acredita nas muitas possibilidades de exploração da terra e no retorno financeiro

⁶² Segundo Estrela (2003:39) “a região imaginária ocupava – e ocupa – área de aproximadamente 180 mil km², totalmente incluída no polígono das secas, apresentando alto risco de estiagens”.

⁶³ Este tema é abordado por Oliveira (1983).

garantido, a partir de um trabalho contínuo e disciplinado. É com estes argumentos que desenvolve a sua ação obstinada de combate à emigração dos sertanejos:

Ah! Se todos os moços, despindo-se dos preconceitos e receios que os afugentam dos rudes trabalhos do campo, experimentassem as doçuras dessa vida inocente, pacífica e proveitosa; se considerassem que um grão de cereal se reproduz milagrosamente em milhares e que **a terra, essa mãe dadivosa, apenas aguarda o carinhoso beijo do trabalho metódico, perseverante e honesto**, para se desatar em opulentos recursos, em riquezas compensadoras que nos trarão a felicidade e o sossego; se avaliassem que encanto perene e inefável, que alegria sã e permanente nos reservam as fainas rurais – dedicar-se-iam com afã à vida agrícola. Diziam os nossos antepassados: “Planta e cria e terás alegria”. Não há adágio que mais contenha critério e justiça. (GUMES, 1917:74, grifos meus).

O processo crescente de emigração sertaneja para outras paragens, especialmente São Paulo, era denunciado por Gumes na tentativa de esclarecer os prejuízos que isto acarretaria tanto para famílias inteiras, afetando a essência do ser humano e as bases da sociedade, como para a região que se despovoava e se ressentia da falta de mão de obra. No primeiro caso, é como se houvesse o “desenraizamento cultural” das pessoas, para utilizar a expressão citada por Ecléa Bosi (2006:17)⁶⁴; o emigrante deixa as suas raízes pra trás e vai perdendo-as cada vez mais ao distanciar-se da sua paisagem natal, dos seus costumes, forma de vestir, modos de falar, suas festas, todos os seus rituais enfim. Estas raízes são fincadas na dinâmica das suas relações sociais e em uma participação na coletividade. Ali ele é conhecido e reconhecido em sua dignidade. Encontrar uma vida plena fora da sua realidade, é um desafio para quem antes, precisa sentir-se “enraizado”, afinado com as suas origens, para assim, sentir-se feliz. E, no segundo caso, os prejuízos para a região, fazem aparecer escassez de alimentos e anos de crise para seus habitantes. A despeito de outras análises feitas posteriormente, o que nos interessa aqui, é mostrar a atuação de João Gumes enquanto intelectual comprometido com o seu tempo⁶⁵.

⁶⁴Esta autora, citando Simone Weil, diz que “o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir”; é um direito humano que muitas vezes é esquecido. (BOSI, 2006).

⁶⁵ O estudo de Estrela (2003, pp. 47-67) discute os motivos da emigração sertaneja e analisa as posições de João Gumes em relação a este problema. A autora afirma que o Alto Sertão baiano “não vivenciou transformações que possam situá-la como área de emigração decorrente de fatores de mudanças” como seja a industrialização nos moldes capitalistas. E acrescenta, citando Eunice Durham, que os deslocamentos de sertanejos não decorrem de “uma situação anormal de fome ou miséria, desencadeada por calamidades naturais”, mas representam “uma resposta a condições normais de existência”.

O nosso autor coloca em evidência n’*O Sampauleiro* (1917:267), que muitas vezes o sertanejo era aliciado por negociantes, proprietários ou vizinhos espertos que visavam tirar proveito com sua partida, utilizando meios desabonáveis conforme a citação abaixo:

Eram negociantes que vendiam a prazo aos emigrantes, ou lhes emprestavam dinheiro; no primeiro caso por preço dobrado, no segundo, a juro fixo de cento por cento; eram proprietários que adiantavam dinheiro sob penhor de terras e lavouras que valiam duas ou quatro vezes o pecúlio fornecido; eram visinhos ricos que se encarregavam de fornecer à mulher e aos filhos do emigrado o necessário a sua subsistência enquanto o chefe da família estivesse ausente, sob promessa de dobrada paga.

Portanto, ele redime o sertanejos da culpa do abandono de sua terra; ao termo “sampauleiro” como estes ficaram conhecidos na região ele aplica o seguinte conceito que está expresso no prefácio do v. 1, p. 2, deste romance:

O sampauleiro não se retira definitivamente. É o sertanejo das paragens da Bahia que vae a São Paulo attrahido pela riqueza e esplendor d’aquela florescente Estado, deixando a fazenda, muitas vezes a mulher e os filhos. Lá acumula algum pecúlio, volta, paga dívidas, solve compromissos; já perdido o hábito do trabalho, mesmo que encontra suas installações mal cuidadas, de novo procura o grande Estado. Por fim, tantas viagens emprehende de ida e retorno, que habitua a isso e nunca mais tem um domicílio certo.⁶⁶

Está na pauta das discussões de Gumes, o papel do trabalho como elemento importante na re-arrumação das tendências da mão de obra pós-abolição da escravatura. Este era o tema mais presente na sociedade uma vez que vivíamos a substituição do trabalho escravo para o trabalho livre e, notícias de rebeliões ou outras formas de resistência escrava do período anterior à abolição, traziam um clima de desconfiança em relação aos libertos; de outro lado intensificava-se a busca de imigrantes vistos como “o tipo ideal” para suprir as necessidades do trabalho, em prejuízo ao aproveitamento da população livre pobre, mestiços e ex-

⁶⁶ Estrela (op. cit.:24), neste mesmo estudo sobre os sampauleiros amplia este conceito: “Sampauleiro era todo indivíduo que deixava seu local de origem para procurar, em terras de São Paulo, especialmente condições de trabalho e de sobrevivência. Esse ser social caracterizava-se pelo constante ir-e-vir, tornando-se um elo entre o centro-sul e as comunidades sertanejas. Era o indivíduo que, embora possuísse a propriedade da terra, não dispunha de recursos para torná-la produtiva; era o expropriado; o antigo agregado; a vítima da seca inclemente ou dos desmandos do coronel; o filho rejeitado ou rebelde; o fugitivo da lei ou da rígida moral sertaneja; os endividados; a moça violentada; a mãe solteira; o aventureiro; o jagunço sem chefe. O sampauleiro era também um desbravador e, de certo modo, um modernizador das comunidades do alto sertão”.

escravos, vistos com desconfiança e temor. Ele próprio escreveu em seu primeiro trabalho *Uma insurreição de negros* (1874), sobre uma revolta encabeçada por um escravo que, ao sofrer castigos extensos e cruéis, conseguiu fugir; às escondidas, com a ajuda de seus iguais, criou uma estratégia de incêndio na fazenda em que moravam e do qual só salvou a filha do fazendeiro. Esta porque sempre se colocava em defesa dos negros e contra os maus tratos físicos aplicados a eles. A historiadora Fátima Pires (2009) discute bastante a condição dos ex-escravos, homens e mulheres livres pobres nos seus diferentes modos de inserção como mão-de-obra pós-abolicionista. Os seus estudos mostram os percalços destes trabalhadores e trabalhadoras entre formas mais amenas ou dolorosas de enfrentamento da nova realidade, suas versatilidades em aprender e assumir trabalhos variados na zona rural e urbana, ou ainda os mecanismos que lhes possibilitaram continuar como agregados de seus antigos senhores, ou tropeiros, ou diaristas, ou “artistas” enfim⁶⁷.

Nesse sentido, Gumes, como já dissemos anteriormente, concatenado com as idéias em voga no país, procurava num movimento inverso, incentivar os meios para inserção desta mão-de-obra pobre nas condições de trabalho que a sua região oferecia, na agricultura e a criação de gado⁶⁸. Era preciso acreditar no homem apto para o trabalho, um trabalho que o dignifica, que abre caminho para a cidadania e para a sua melhoria econômica e social. A pobreza e a falta de alimentos não são causados pela seca da região, mas pela falta de se trabalhar e acreditar na terra. (GUMES, 1917:78). Reiteradas vezes, em seus romances, aponta a agricultura como o caminho para a prosperidade do país, da qual advêm “hábitos e virtudes que tornam um povo nobre, digno, respeitável, unido, em resumo, civilizado”. (GUMES, 1917:96).

Na sua apologia ao trabalho, Gumes critica a febre dos aventureiros que buscavam Brejinho das Ametistas⁶⁹, contando como certo o enriquecimento fácil e rápido; para ele, apesar de no Brasil “ainda não estar constituída uma raça definida,

⁶⁷ Pires, op. cit. cap. II e III, pp. 185 – 286. Na opinião desta, não houve “um processo migratório tão intenso que justificasse um despovoamento do sertão após a década de 1890”. (p.288).

⁶⁸ Um dado importante é considerar que na região alto- sertaneja, não há registros de vinda de imigrantes em grande número; alguns poucos que se transferiram para Caetité e região era com objetivos bem específicos. Segundo Naxara, op. cit. p. 70, houve um movimento de revalorização do trabalhador nacional brasileiro depois da 1ª Guerra Mundial, principalmente em relação às populações pobres habitantes das cidades.

⁶⁹ Localidade rica em minerais e pedras preciosas que integra o território do município de Caetité, hoje é distrito, uma das suas divisões administrativas.

pois entre nós os elementos étnicos são diversos e diferentes entre si, não devemos atribuir esse modo de ver e agir a propensões inatas. O que podemos admitir, fora dos hábitos adquiridos, é a sugestão do meio”.

No romance *Pelo Sertão* (1913:2), o autor faz a descrição das paisagens rurais sertanejas nas quais se inscreve a presença do sertanejo virtuoso, espelhando a sua intenção em divulgar a boa índole dos campônios, como nos mostra esta passagem:

O tabaréu pé-de-boi é um espécimen digno de estudo em seus princípios e hábitos patriarcais, em sua franqueza e lealdade, em sua virtude, em seu gênio hospitaleiro. É o esposo exemplar, o pai carinhoso, o amigo dedicado. Felizmente ainda se encontram alguns desses homens. Vi-os, apreciei-os. Não são geralmente conhecidos porque se ocultam em uma modéstia exagerada, temendo o contacto dos novos costumes, vendo um perigo no descaramento em que anda a educação das futuras gerações, nas paixões que sobretudo imperam e não se querendo alistar como eleitores por temerem perseguições políticas e por enojados das lutas partidárias que consideram a origem de todos os males que nos afligem. Entretanto são hospitaleiros, mansos, tratáveis e criteriosos, e chegam a abandonar os hábitos obsoletos que consideram dispensáveis; pois evoluem, mas cautelosamente; são inteligentes e, até, possuem gênio inventivo e empreendedor. À residência de um destes fui ter, e apresento-o ao leitor como um ótimo modelo digno de apreciação, que deve ser tomado como paradigma de valor.

A forte tendência em prol do desenvolvimento do nacionalismo fez proliferar discursos que acentuaram as marcas próprias de cada região e fez com que se disseminassem os estereótipos em relação à visão de mundo do outro. Vale salientar que neste contexto de concepções positivistas cabia às mulheres, o papel de mães e donas - de- casa como tarefas indispensáveis ao equilíbrio da família, base da formação de uma nacionalidade. Ou, mulheres professoras - única profissão em que eram reconhecidas - “podiam ajudar” nessa missão e contribuir para tirar da ignorância a população do interior do Brasil e aumentar as chances de diminuir a pobreza e miséria em que viviam.

É certo que o nosso autor, ao contrário de outros escritores brasileiros da mesma época, não era pessimista em relação às potencialidades do sertanejo e às possibilidades econômicas do sertão e não corroborou para disseminação de tais estereótipos, no entanto, dessa última citação apresentada, depreende-se que outros valores considerava importantes para que houvesse um desenvolvimento do sertão sem haver a anulação das suas raízes; deveria ser um progresso “conservador”, mantendo os “hábitos patriarcais” e um certo receio em abraçar

costumes diferentes; sertanejos devem evoluir “cautelosamente”, fugindo das artimanhas dos hábitos não saudáveis e que tão rapidamente são adotados pelas novas gerações. Esta sua opinião de escritor traduz evidentemente a sua visão de mundo e povoa a sua expressividade em relação às questões de gênero objeto deste trabalho. Portanto, a seguir quero enfatizar como as mulheres eram vistas neste contexto, considerando alguns registros de jornal e visões a partir de outras análises.

1.5. Imagens femininas pela escrita d’*A Penna*: os rastros de uma cultura

A visibilidade feminina através do jornal *A Penna* dava-se de forma limitada a “papéis estritamente femininos”, aqueles que reforçam uma condição de diferença sexual, baseada em aspectos puramente biológicos e que remetem as mulheres a um lugar social circunscrito ao lar e ao mundo privado.

Esta característica pode ser identificada desde os primórdios da sua existência pela forma como as mulheres aparecem nas colunas do jornal, mais em situações que as depreciam, como a de entretenimento chamada “Intermezzo”, em que as piadas traziam opiniões pejorativas sobre as mulheres⁷⁰. No extremo oposto, entretanto, apresenta paralelamente uma imagem romântica de mulher através de “Poesias” que se desdobravam no enaltecimento dos atributos de esposa, mãe e dona de casa. Em ocasiões de falecimento, se fosse pessoa de camada social mais elevada, a notícia era publicada com peso nas qualidades da família, se fosse uma pessoa de posses medianas ou pobre, exagerava-se no drama dos órfãos ou do papel insubstituível da mãe e esposa, conforme este exemplo:

A pobre senhora que desde criança conhecemos como o tipo da bondade e dedicação era esposa e mãe extremosa, constituindo a felicidade e alegria do seu lar. Sete filhinhos menores privados dos carinhos que só uma mãe pode dispensar, um esposo desolado que dificilmente senão impossível, encontrará quem substitua aquela que era o anjo do lar...(A *Penna*, 07/01/1926).

⁷⁰ Em 09/02/1912, a coluna publicava a seguinte piada: - Oh! Sua sogra tem uma alma grande! – Com certeza! Se é um canhão?

Novamente a tônica recai sobre o modelo de “mulher ideal”, compatível com os objetivos de construção da nação. Noticiavam-se sempre os falecimentos de mulheres de classes abastadas como o de D. Lisarda Pereira que era viúva de um capitão e tinha três filhos capitães: “digna e virtuosa senhora, digna de todo o respeito”⁷¹.

As situações de mortes trágicas envolvendo mulheres eram publicados independentemente do status social, como a da moça que faleceu inesperadamente de uma lesão cardíaca na casa em que sua mãe trabalhava como doméstica: “A finada embora fosse uma menina de cor, era muita estimada por muitas famílias pelas suas bellas qualidades e bastante conhecida por seus dotes que sempre exhibia nas nossas solemnidades religiosas”. Outra morte desastrosa, da “donzella Jesuína”, morta por asfixia num poço muito raso⁷².

Um caso inusitado foi o noticiamento da morte de uma velha ex-escrava Julia Fagundes, “que deixou grande prole. A causa-mortis foi reumatismo agravado pelo seu estado de senilidade”⁷³.

À página 3 ou 4, vinham as notícias policiais em que não raro falavam de mulheres presas ou intimadas por “mau comportamento”, por estarem embriagadas ou brigando conforme já foi falado anteriormente. Uma notícia sobre uma mulher com problemas mentais foi veiculada com a seguinte conotação: “Louca. Vagueia pelas ruas d’esta Cidade, amedrontando as famílias e como ameaça viva e permanente de sua tranqüilidade, uma mulher louca, que segundo somos informados, é perigosíssima. Providencias. (*A Penna*, 20/03/1903, p.4). Nota-se que a loucura foi apresentada como um problema da polícia e não de saúde pública, refletindo uma mentalidade reforçada pelos discursos médico-sanitaristas em que males como este e outros eram atribuídos à pobreza das populações, tratados com preconceitos e vistos como responsáveis pela degenerescência da raça, mas a Postura Municipal de nº 69 dizia:

É prohibido andarem pelas ruas da villa e povoações, pessoas embriagadas e os loucos de toda casta, dos que assim forem encontrados, os primeiros serão acolhidos à cadeia, onde estarão oito dias, e os segundos serão remetidos ao recolhimento da casa de caridade, que mais conveniente for, à custa do cofre da câmara⁷⁴.

⁷¹ *Jornal A Penna* –12/05/1905.

⁷² *Jornal A Penna*- 29/04/1901 e 12/02/1916, respectivamente.

⁷³ *Jornal A Penna* – 15/06/1916.

⁷⁴ APMC, Fundo: Câmara Municipal. Série Registro de Postura, Cx 4, Mç 4.

Disso podemos ver que, nesse fato, o conteúdo expresso ainda não estava impregnado pelos valores difundidos nos discursos médico-sanitaristas, daí porque a sua proposta de providências é diferente daquela dada pelo jornal.

02/01/1914

A PENNA 3



BROMIL

Curadas, náuseas, vômitos, hemorragias, etc.

BROMIL CURA TOSSE

Atenção que tenho empregado o Bromil nos casos de bronchite, e outras doenças do aparelho respiratório, obtendo sempre bom resultado.

O Bromil é um xarope eficaz para curar bronchites, coqueluche, asma, touquidão e qualquer tosse. Reúne em si propriedades calmantes, antispasmodicas e expectorantes; alivia a tosse, desentope o peito e faz expellir o catarro, produzindo assim a cura imediata.

Laboratório Daudt & Lagunita. Rio de Janeiro.



A SAÚDE DA MULHER

Para curar incontinência urinária, não são mais precisos os aparelhos Daudt & Lagunita.

Remédio eficaz para as enfermidades das senhoras

Eu, abaixo assinado, Doutor em medicina pelas Faculdades do Rio de Janeiro, onde exerci a medicina durante muitos annos, declaro que ainda não encontrei medicamento tão eficaz para as molestias uterinas, principalmente para as irregularidades mens- truaes, como A Saúde da Mulher - Dr. Veteriano Ramos. - Rio, 16-1-1909.

A Saúde da Mulher, por sua acção estimulante e tónica sobre o útero, é o remédio por excellencia para as incontinências das senhoras: faz com- o suspensões, flores-brancas, hemorragias, coliccas uterinas, dores reumaticas da cabeça, cefalica, irregularidades mens- truaes. - Laboratorio Daudt & Lagunita - Rio de Janeiro.

sejam aposentados, reformados etc. Já o país paga muito e muito bem aos seus servidores, raros são os que re- tribuem em serviços o dinheiro que custam à nação e ainda por cima depois de uns 20 annos em que o Estado os serviu, o pagou, depois de 20 annos de magua, tribu- tos, continuam como aposentado a receber ordenados, indo empregar sua actividade joven e sadia em outros misteres.

Parabéns aos legisladores; continuando neste caminho talvez tenham pela primeira vez applicado ao país os dos- tumentos senhores.

Resta-nos pedir a Deus que dê o mesmo julzo aos governantes, que secudem e auxiliem a obra dos legisladores.

Um cargo de honrença, Dr. Jacob W. Boletín, de Chicago medico illustrado, acaba de ser nomeado medico e chefe de um hospital de tuberculoses em Chicago.

É mago, tem 25 annos e pelo facto conhece as infecções tuberculosas desco- berto sua extensão com tanta ou mais segurança que outro qualquer pelos Pul- moes. A doença de grande fama como especial- tina molestia do coração e dos pulmões; occupa ha mais de um anno a cathedra de molestias do coração e pulmões da Escola de Medicina de Gœter e Herling.

Toçando a pelle de um paciente dá a temperatura exacta em graus e o numero de pulsações sem auxilio de relógio.

É unico cargo de honrença que conseguiu o titulo de doutor e fez todo o curso com distincção.

E depois querera que não haja recon- nhecimento!

VALATOS

PARA AS DONAS DE CASA

Na carestia actual dos generos, vem a propósito conhecer-se o modo de preparar uma banha, muito usada na America do Norte, sob o nome de Catullina (Cottolena).

Essa banha não só é economica como sã, produz os melhores effeitos no aparelho respiratorio, como no estomago, intestinos, etc. Cura e regularisa as funcções d'estes orgãos.

A receita é: Sebo de vacca em ban- ha-maria 1 kilo, oleo de algodão bem passado no fogo 2 kilos. Depois de cozido o sebo jntar os dois, sendo o oleo bem frio, e bater ou mexer até to- mar consistencia. Dahi em diante está prompto para ser usado em todas as cosinhas.

É simples, e qualquer dona de casa pode preparar e usar na certeza de ter uma gordura digestiva e muito bu- tilada para todas as comidas e bolos etc.

Sabe-se que as gorduras são os mais indigestos de nossos alimentos donde provem quasi todos os emba- rços gastricos, o que não se dá com a CATULLINA. Cada dona de casa experimente por si propria o verã dimi- nuir as despesas da cozinha e aumen- tar a robustez e saúde da familia.

GARTA ABERTA

Ilmo. Amigo Sr. Major João Gomes.

Ao ter de me retirar desta Comarca para a de Mundo Novo, pario onde fui in- terna e pacifico removido, cumpro o grato dever de agradecer-lhe, bem como a alguma redacção d' A Penna, as multiplicas e repetidas provas de consideração e apre- ciação que sempre me distinguiram desde a minha chegada a esta boa terra, da qual levo as mais gratas recordações.

Deixo esta Comarca com a consciencia tranquilla de ter sempre envidado esforços e mesmo o feito sacrificios para bem cumprir os meus deveres, e manter intacta a ordem

RETALHOS

De quando em vez surge alguma m- lembrar a paz mundial.

É possível que isto se venha a dar em um futuro remoto. Mas perto de nós, está talvez, a federación dos Estados Euro- peus, e será certamente o mais avançado passo para a paz universal.

A communhão de interesses é a base em que se funda todo accordo internacion- al.

Essa communhão já existe, embora nem sempre visível e ás vezes não é bastante forte para evitar uma declaração de guerra.

A Europa, repleta do trabalho produ- ctivo 4 milhões de homens, os mais sãos, os mais fortes, na hnde mais viril, para os ter sob armas.

Essa poela enorme é amarrada por dez bilhoes de francos gastos annualmente para o sustento desses homens, e assim essa extorquida do resto da população. Em consequencia desses estados de cousas, a iniciativa na Europa, é soffocada pelo temor da guerra, que rebentando, para produzir um catastrophe no campo eco- nomico. Os produtores europeus são forçados a dar aos governos mais de 10% que os produtores americanos, e tra a consequencia a inferioridade em que se acham a Europa nos mercados munduaes.

A base para a Federacão seria a aboli- ção das alfandegas entre os Estados Fede- rados, a plena liberdade de commercio. O maior desenvolvimento commercial crearia sympathias entre as nações, desaparece-

Fotografia 6 – Página 3 do Jornal A Penna, edição de 02/01/1914. Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Na coluna “Para as donas de casa”, publicada durante um ano, estava o alerta para a carestia do custo de vida e conclamava as mulheres a buscarem medidas alternativas no sentido de ajudar a diminuir as despesas de casa, através da receita de uma banha caseira: “É simples e qualquer dona de casa pode preparar e usar na certeza de ter uma gordura digesta e muito barata para todas as comidas e bolos etc.”⁷⁵. Aqui, mais uma vez, o espaço da mulher é o mundo privado.

Pela propaganda dos remédios, é visível como atribuíam às mulheres enfermidades que reforçavam a diferença sexual, colocando-as numa condição de fragilidade e inferioridade; os medicamentos para o bom funcionamento do útero eram vários e ocupavam muito espaço nas páginas do jornal e numa época em que o volume de propagandas era pequeno. Esse aspecto, segundo Rago (2004:32), é herança das construções imaginárias provocadas pelos discursos médicos desde o século XIX, em que os modelos de identidade feminina deveriam ser compatíveis com a sua “vocação natural”, ou seja, com a sua “missão” de serem mães. Assim, todo o “ser feminino” estaria condicionado à saúde do seu organismo, de cujas funções dependeria o equilíbrio físico, mental e emocional da mulher, incluindo aí as propaladas variações de humor ou os indícios de outras enfermidades.

Assim, ano após ano, o mesmo remédio era anunciado mudando pouca coisa nos dizeres do chamamento e divulgação. “A Saúde da Mulher”, por exemplo, com registros entre 1913 e 1927, teve no seu rótulo inicial, a fotografia de uma mulher de vestido comprido e avental, varrendo o chão; depois, a fotografia de uma mulher escrevendo uma carta ou o rosto de uma mulher de perfil, com os olhos fechados. Os dizeres variavam um pouco conservando o enfoque. Veja este:

O melhor bem da vida... A saúde é o melhor bem da vida. Da saúde dependem todas as outras felicidades, pois quem não tem saúde não pode ser feliz, embora seja a pessoa mais rica da terra. “A Saúde da Mulher” é a portadora desta felicidade, porque reabilita a saúde de senhoras que sofrem de doenças do útero e dos ovários. “A Saúde da Mulher” é o melhor remédio para regularizar, acalmar e estimular as funções uterinas⁷⁶.

No caso do Regulador Gesteira, o apelo era mais dramático: Casamentos – o que toda moça precisa saber antes e depois do casamento:

⁷⁵ Jornal *A Penna*- 02/01/1914.

⁷⁶ Jornal *A Penna*, 05/05/2007.

Minhas Senhoras! [...] Até o gênio da mulher pode ficar alterado e ela de alegre que era passa a ser triste, aborrecida, zangando-se facilmente pelas coisas mais insignificantes!

Ou:

Minhas Senhoras! Todos sabem que certos terríveis padecimentos e as mais perigosas perturbações genitais dos sofrimentos que perseguem grande número de mulheres. Quantas vidas cheias de desgosto e pesares, quantas lágrimas, quanta tristeza e quantos desenganos produzidos por estas tão dolorosas enfermidades!⁷⁷

O que se pode depreender disso? Desse chamamento, fica fácil para as incautas acreditarem que as mulheres estão fadadas a serem infelizes pelo simples fato de serem do sexo feminino. E mais esta do Laboratório Bayer vem coroar esse discurso, apresentando a noiva como “a desmancha prazer” da festa do seu casamento, além de trazer a figura do homem como a autoridade capaz de solucionar todos os problemas:

A NOIVA – Que violentas emoções as daquele dia! Que misto de prazer e de tristeza em todos os corações! E depois a igreja iluminada e florida, a casa cheia de gente, a música, as taças de champagne que se enchiam e se esvaziavam... E sobretudo, a noiva com uma fortíssima dor de cabeça e um horrível nervoso. Que fazer, Santo Deus? Nada mais simples: “Dois comprimidos” de Cafiaspirina. Cinco minutos de repouso e ei-la aliviada. Por isso o Papai sempre que se vai realizar em casa uma festa, a primeira coisa que põe na lista é um tubo de Cafiaspirina⁷⁸.

É certo que tais anúncios e propagandas não eram feitos somente no Jornal *A Penna*, mas eram comuns em revistas e jornais em todo o país, denotando efetivamente a mentalidade de uma época como se quer mostrar.

As notícias que chegavam da Europa e da América do Norte trazendo as novidades do progresso e os seus reflexos nas mudanças sociais eram difundidas com cautela pelo jornal e acompanhadas de críticas e recomendações, no sentido de se preservar os valores da “boa sociedade”. Novidades da moda feminina a exemplo das saias curtas ou tipos de danças dentre outras coisas, apareciam sob censura como nos mostra a coluna Meu Cantinho com a matéria “Efeitos das saias curtas”, onde se lê:

Mas hoje as pernas das raparigas e das velhas andam aí a desafiar os postes de iluminação numa generalidade doentia de princípios malsãos [...] e termina dizendo que [...] as mulheres devem adotar a moda, mas sem

⁷⁷ Jornal *A Penna*, 01/05/1925 e 24/06/ 1926 respectivamente.

⁷⁸ No rótulo, a fotografia de uma noiva, é a propaganda que aparece no *A Penna*, em 05/05/1927.

expor aos olhos profanos do homem tanta forma bela que devia estar em recato⁷⁹.

Essas eram as imagens do feminino registradas nas páginas do *Jornal A Penna*; vale dizer, ainda, que a ação feminina na política administrativa da cidade não era ventilada em nenhum momento. A educação, sim, era o espaço por excelência da participação da mulher na sociedade caetiteense e na consolidação da nacionalidade, missão favorecida pela presença da Escola Normal em Caeté. Ser professora primária, educadora das novas gerações, este era o destino traçado para algumas mulheres e das quais se exigia um comportamento exemplar. Registros mostram as cerimônias e os trâmites de formação ou assunção da profissão, a chegada de novos professores, a aceitação de ofertas de emprego ou transferências para outras localidades. Em 20/06/1898, publica o discurso de posse da professora Maria Sophia de Castro Viana, após sua nomeação, onde tece muitos agradecimentos ao então Governador Joaquim Manoel Rodrigues Lima “pelos sentimentos ternos e verdadeira grandeza de alma de que é dotado este benemérito e prestimoso cidadão que em todos os tempos e em quaisquer condições tem sido arrimo e sustentáculo do sertão da Bahia”. Vê-se aqui, a concepção de emprego público como um favor dos governos constituídos que era comum nos primeiros anos da República.

A participação feminina na política é apresentada com humor e descrença na capacidade das mulheres para assuntos de política, como se depreende deste trecho:

Uma Conquista do feminismo – As mulheres do Rio Grande do Norte podem votar e ser votadas [...] Agora o Rio Grande do Norte deu à emancipação política da mulher um caráter definitivo, a nova lei eleitoral consagra um artigo que diz: Pode votar e ser votado qualquer cidadão de ambos os sexos, estando nas condições estabelecidas na presente lei. [...] O fato já mereceu os mais rasgados elogios das sociedades femininas e dos jornais de Londres e outros grandes centros da Europa. Não queremos duvidar da eficiência política do voto feminino, somos menos inclinados a conceder-l-o, de nossa parte a certas mulheres de aspectos varonis e de mentalidade desenvolvida, mas queremos acreditar que os homens feios não terão o voto feminino. O R. G. do Norte propoz a experiência, **nós iremos navegar nas suas águas se ellas não ficarem revoltas e turvas**⁸⁰.

⁷⁹É interessante esta matéria que conta, ainda, o caso do funcionário público austríaco que pediu o divórcio por causa dos vestidos curtos e saias imorais usados por sua mulher. *Jornal A Penna*, 21/04/1927.

⁸⁰ *Jornal A Penna*- 01/12/1927. (Grifo meu).

Essas expressões picantes e inoportunas beiravam o ridículo; além de colocarem em dúvida a capacidade intelectual das mulheres, faziam uma referência descabida aos seus traços físicos, arrematando com o mau gosto de considerá-las fúteis e inconsequentes quanto ao critério utilizado na escolha dos seus eleitos. Estas opiniões eivadas de preconceitos é que eram direcionadas às mulheres; a declaração que segue, embora sem identificação da autoria, é mais uma evidência da presença de estereótipos contra as mulheres e deve ser considerada no bojo de uma tendência geral da mentalidade do jornal:

O direito de voto que entre nós, até agora vinha sendo somente pelos homens, começa já a preocupar a mulher paulista, por efeito do contágio, pois *o mal* já invadiu Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. A primeira paulista que requereu a sua instrução no rol dos eleitores é a Sr^a D. Maria de Barros Prado, professora pública residente no distrito de Liberdade, em São Paulo. Não somos contrários a esta e outras pretensões [sic] do feminismo, mas **nos arreceiamos e muito, da sorte dos genros que vierem a ter sogra nas hostes oposicionistas... quando se der o direito de voto às sogras**⁸¹.

Aqui a matéria coloca em evidência a idéia pejorativa que se difunde sobre as sogras em suas relações familiares, tomando posição mais uma vez, ao lado dos que queriam desqualificar as mulheres, insistindo na sua incapacidade para determinadas funções, ao tempo em que ratificava a reclusão das mesmas ao mundo do lar.

Desta forma, podemos inferir que as mulheres que “valiam a pena” para o Jornal *A Penna*, são compatíveis com o retrato de uma realidade em que a sua visibilidade acontecia nas malhas da dominação masculina e carregada de estereótipos cristalizados por uma sociedade de longa tradição conservadora. Entretanto, interessa-nos saber, que outros modelos “valiam a pena” para além das páginas *d’A Penna* e para isso é preciso adotar o enfoque da crítica feminista no sentido de desconstruir tais estereótipos.

A opinião recorrente sobre os aspectos relacionados ao mundo feminino nos escritos do Jornal *A Penna*, não se pode dizer que era um olhar misógino, nem tampouco indiferente, apenas pensava as mulheres com a naturalidade de quem expressa uma cultura. Vale lembrar que o jornal contava com vários colaboradores,

⁸¹ Jornal *A Penna* – 03/01/1929 (Grifo meu).

portanto a visibilidade e a dizibilidade das mulheres não eram a visão exclusiva do editor e proprietário.

Feito esse retrato do espaço-tempo foco deste trabalho, explicitando as suas características gerais, remetemo-nos então, para outros aspectos elucidativos das relações de gênero e dos lugares ocupados pelas mulheres, considerando a visão romanesca de Gumes e outras visões no embate entre a consonância ou o desalinho com o universo então descrito.

CAPÍTULO II

RELAÇÕES DE GÊNERO NA CULTURA DO ALTO SERTÃO

BAIANO: ENTRE OS REGISTROS LITERÁRIOS DE GUMES

E OUTROS ESCRITOS

[...] o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão da parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público. (Antonio Candido).

Uma cultura, num contexto histórico específico, é dada a ler na expressividade das obras de João Gumes que, ao tecer as tramas de seus romances, apresenta a sua visão de mundo, sua relação com a realidade vivida e, portanto, as suas experiências e as suas representações.

A intenção do nosso autor ao discorrer sobre o seu espaço-tempo, o alto sertão baiano na virada do século XIX até a 3ª década do século XX, está revelada por ele próprio no prefácio do romance *Os Analphabetos*, quando diz que o seu “propósito era de tornar conhecida esta região em tudo quanto concerne ao seu interesse e aproveitamento dos seus opulentos recursos” e considerou “que o melhor meio era escrever narrativas de factos verossímeis acompanhados de descrição do território e costumes do povo sertanejo”.

Analisar a posição da mulher numa sociedade, a partir das páginas da história do homem e escrita por um homem, exige, como diz Duarte (1990:77), “um olhar sensível e ao mesmo tempo penetrante para percebê-la; exige [...]um olhar agudo e arguto, que seja dialético, permitindo ver o que está dentro do texto e ao mesmo tempo o que o circunda”. Na relação do autor com o seu contexto, esta análise deve perscrutar a recorrência à exaltação de uns valores femininos em detrimento de outros ou mesmo as ausências de referências a outros tantos papéis atribuídos às mulheres na sua cotidianidade.

A obra *Pelo Sertão* (1913), escrita já na maturidade, apresenta o personagem principal, proprietário de um sítio rural, como modelo exemplar de homem, enquanto que a figura feminina aparece circunscrita ao espaço privado, responsável pela realização de todas as atividades domésticas. A sua esposa veio a falecer em consequência de moléstias que lhe sobrevieram ao parto e durante a viuvez, contou com o apoio da irmã “que o zelava com carinho e tomava conta do serviço doméstico”; depois, casou-se pela segunda vez “com uma moça experta, ativa,

laboriosa e econômica, que muito concorreu e concorre” para que reine a felicidade, tranqüilidade de espírito e ordem no seu lar.

2.1. As mulheres nas tramas romanescas de Gumes: “Abramos os olhos de nossas filhas diante dos perigos e escabrosidades que as aguardam quando emancipadas do lar”

2.1.1. As teias da convivência entre mulheres e homens nas narrativas de Gumes

Fica evidente ao longo dos romances de Gumes, que não é seu objetivo desprender esforços para abolir estereótipos sexuais, sócio-culturais ou denunciar os preconceitos existentes sobre o feminino nas relações sociais; está comprometido sim, em denunciar erros e ações que, num dado juízo de valor prende-se à mentalidade do seu tempo e se traduz como “normais”, naquele seu universo e não necessariamente voltada para as relações de gênero. No entanto, deixa escapar nas entrelinhas, aquilo que forçosamente denuncia uma participação feminina efetiva na vida familiar, pois, quem seria esta “moça experta, laboriosa e econômica” (citada acima) senão a mulher na sua faina diária, exercendo paralelamente atividades para manutenção da família?

Vale considerar que tomamos aqui como parâmetro o conceito de gênero com o qual trabalha Joan Scott, ou seja, “uma forma primária de relações significantes de poder” e assim, ao contrário do que a mesma sugere, Gumes, em seus romances, centra-se na casa e na família como bases da organização social, restringindo a estes espaços os papéis femininos e não inclui a participação da mulher no mercado de trabalho e em outros aspectos da vida social.

Gumes fez alusão ao “tabaréu pé-de-boi”, citado no capítulo anterior, atribuindo-lhe “princípios e hábitos patriarcais”, e daí se depreende que tais princípios estão incorporados a sua escrita na caracterização desta família patriarcal; aqui, vamos tomar como parâmetro, este conceito na acepção apresentada por Samara (1983:8), que apresenta a família brasileira na segunda metade do século XIX, com uma dinâmica mais complexa do que a admitida nos períodos anteriores; esta acepção mostra que nessa época, muitas mulheres já

assumiam as chefias de sua família, ou por viuvez ou por uma imposição necessária ao desenvolvimento de meios para prover a sua prole. Este conceito incorpora uma distinção entre famílias de ricos e pobres, identificando entre os últimos, situações de concubinato e outras “ligações transitórias que serviam para enfraquecer a autoridade paterna”.

Gumes escreve sobre a família do grande proprietário, porém escreve mais da do pequeno proprietário, que com trabalho sério e honradez conseguiu comprar o seu quinhão de terra. Estabelece um contraponto entre os dois tipos e, via de regra, ridiculariza o primeiro, por utilizar desse poder patriarcal e colocar-se como explorador de mão de obra dos que só tem a sua força de trabalho como meio de sobrevivência; ridiculariza-o quando, preso a uma tradição de fidalguia, não educa os filhos na disciplina para o trabalho, contribuindo para que os filhos “homens” – diga-se de passagem – formem hábitos de depreciação, desrespeito e mesmo preconceito contra os menos favorecidos e os que trabalham.

Essa situação está expressa no romance *Vida Campestre* (1914:14), a trama envolve, de um lado, um major e sua família em decadência financeira e, de outro, uma família de negros trabalhadores que iam progredindo às custas de muito trabalho. Assim descreve o Major Alexandrino: “pelo traje e apurada *toillete* que se lhe notava, via-se logo que se tratava de um cavalheiro arrolado pelas convenções sociais na classe aristocrática do país”. [...] “do seu casal, teve dous filhos varões, galantes rapazes que, educados à sombra desses fofos preconceitos, jovens e inexperientes, consideravam-se ricos e tinham como vis os trabalhos agrícolas”.

Aliás, o ócio havia se cristalizado na sociedade brasileira como condição das classes mais abastadas devido aos longos anos de permanência da escravidão, enquanto que para outros setores da sociedade, o trabalho era recomendado como condição *sine qua non* para a sobrevivência com dignidade e como forma de ascensão econômica e social. “Para os subalternos o ócio era visto como vadiagem, como preguiça, como defeito”, nos diz Naxara (1998:51). Gumes usa os seus enredos para desfazer esta assertiva e, portanto, ridiculariza o grande proprietário e seus filhos educados para a abstinência dos trabalhos agrícolas, enquanto coloca como vencedores aqueles que persistem no trabalho.

E sobre a esposa do Major à chegada de uma visita:

[...] achava-se na sala de jantar, assentada em um largo estrado, trajando um dos seus melhores vestidos, com um fino lenço de cambraia cingindo-lhe a cabeça e tendo ao seu lado, em pé, uma mucama que a servia. Levantou-se lânguida e vagarosamente para cumprimentar o capitão e, como verdadeiro contraste do marido, parecia muda ou, antes, **uma figura de ornamento**. (GUMES, 1914:17).

É uma forma de Gumes expressar a sua decepção com as injustiças sociais, apresentando as oposições: de um lado, ricos proprietários e esposas como maus administradores e exploradores do trabalho escravo, de outro, homens e mulheres pobres livres que progridem e vivem dignamente amealhando os frutos do seu trabalho árduo e incansável; no caso da citação acima, a sua intenção foi mostrar a mulher rica de sua trama como uma pessoa quase invisível nas relações de sociabilidade, ou só visível à sombra do marido, quando acompanhada do mesmo. Aqui, além de querer desprestigiar a família rica pouco afeita ao trabalho, quis diminuir mais ainda, a mulher de classe abastada. Entretanto, essa não era uma regra geral para as mulheres da sociedade alto sertaneja pois, o próprio Gumes apresenta-as em situações diferentes desta e também os diversos documentos pesquisados. Este enfoque será trabalhado na última parte dessa dissertação.

Nota-se que a trama quis mostrar os filhos varões que, sem compromissos e sem nenhuma responsabilidade, acabam por distorcer os valores de justiça e de respeito e enveredam pelo caminho da irreverência e abusos com as pessoas que consideram viver em posição inferior. É nessa postura de superioridade que um dos filhos do Major abusou sexualmente da filha do campônio Pedro, pequeno proprietário do sítio do Maracujá. E toda a trama se desenrola em torno deste fato, uma vez que a culpa do acontecido recai sobre outra pessoa, um trabalhador inocente.

Nessa mesma trama, a família pobre, de negros, é formada pelo Sr. Pedro do Maracujá e sua esposa Catarina “que andava numa dobadoira para trazer tudo bem arrumado e limpo no interior da habitação”. Às suas duas filhas, “reluzentes no seu negrume”, Pedro procurava resguardar e orientar para que se tornassem boas esposas; entretanto a sua mulher, sendo mais cordata e menos eivada de preconceitos, acreditava no provérbio: “o casamento e a mortalha nos céus se talha”. O argumento do pai era:

Abramos os olhos das nossas filhas diante dos perigos e escabrosidades que as aguardam quando emancipadas do lar;

mostremos-lhes quanto é apreciável a virtude e que bons resultados são colhidos de sua prática escrupulosa; [...] façamos-lhes ver que o pudor e a modéstia são os mais preciosos ornatos da mulher e assim conseguiremos formar boas esposas, **que conquistando dia a dia pelo amor o coração daqueles que serão seus companheiros perpétuos**, longe de serem escravas, conseguirão predominar sobre eles e influir para a sua regeneração, se porventura trouxerem para a comunhão hábitos que necessitem de correção. (GUMES, 1914:8, grifos meus).

O emancipar-se do lar a que o autor se refere, significa o ato de sair da casa dos pais após o casamento e assim, emancipar-se da autoridade paterna para subjugar-se à vontade do marido. Para ele, o casamento é um vínculo indissolúvel e uma vez realizado, os contraentes tornam-se companheiros por toda a vida. O autor é bem enfático na crença de que as mulheres podem ter muito poder na esfera doméstica se usarem de astúcia, inteligência e sabedoria resignadamente, para assim poderem eventualmente, interferir nos rumos dos negócios do marido e da família; só admite que isto seja feito de forma disfarçada, sem afronta à autoridade do marido e num espaço estritamente privado. Esta posição aparece na citação seguinte, quando, através do personagem Pedro, coloca os argumentos das suas convicções para convencer a esposa do tipo de orientação que devem dar às filhas:

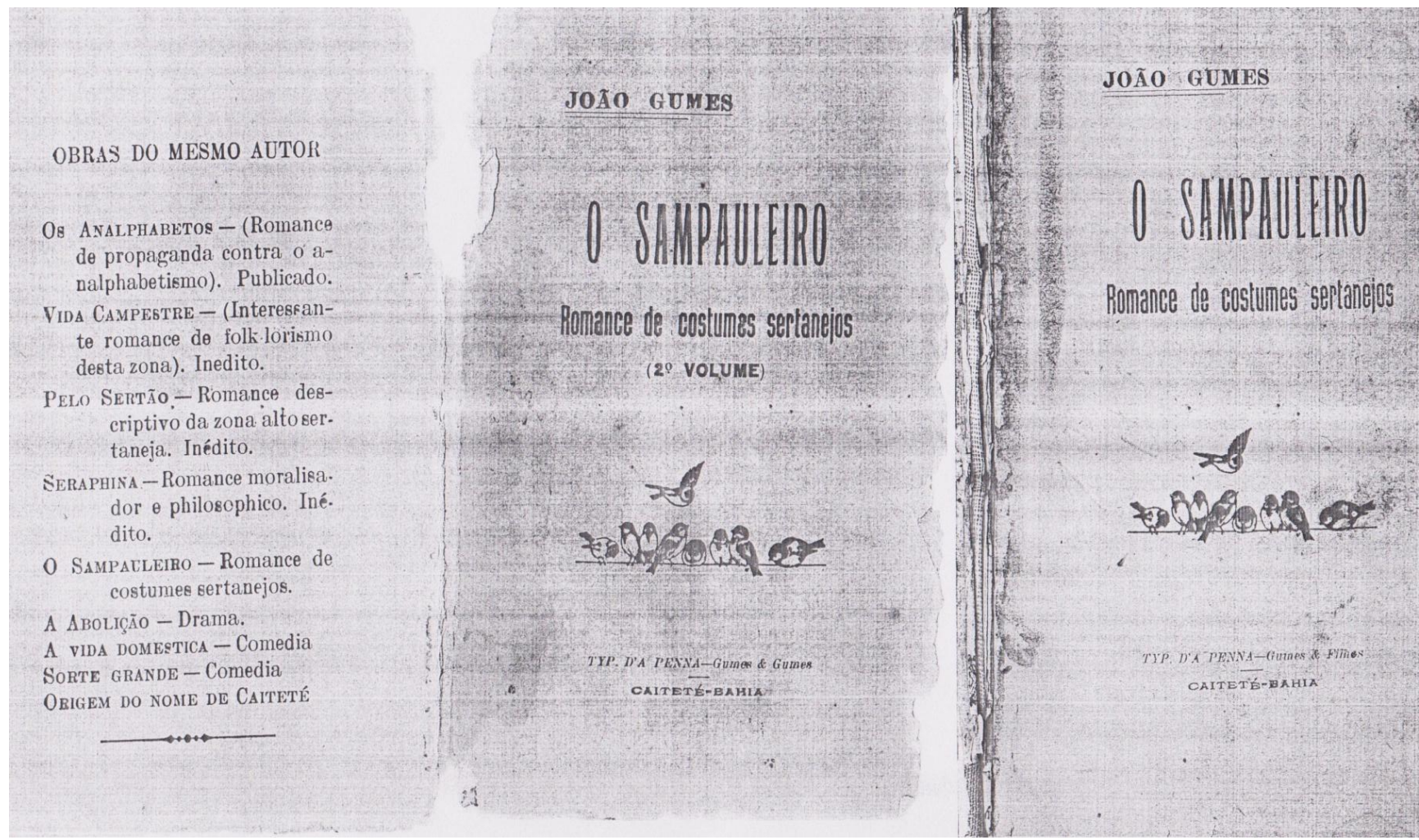
Somos pela emancipação da mulher, não tal como apregoam e aspiram alguns **espíritos inovadores com idéias tendenciosas**. Que a mulher seja livre, mas sempre parte integrante do homem, isto é, tenha a sua missão peculiar, de acordo com a sua natureza sensível, recatada, toda dedicação ao lar, aos cuidados internos do ménage. [...] à mulher a direção econômica do interior, a primeira educação da prole, **o sugerir ao seu companheiro as medidas indispensáveis para que nada falte àquilo que se acha sob sua direção e que é da sua competência e atribuição exclusivas**. (Gumes, 1914:8).

Essa era a missão de educadora e consolidadora da construção da pátria conforme a idéia dominante. Na conjuntura em que Gumes viveu e a partir de suas escritas em outras circunstâncias, é possível dizer quais seriam estes “espíritos inovadores com idéias tendenciosas”. Ele era contrário às mudanças muito rápidas que viessem colocar em perigo “os bons costumes” e demonstrava preferência pela vida calma do campo ao dizer que a vida nas cidades está sujeita a “intrigas, enredos e competições” que acabavam por perverter a ordem; “espíritos inovadores” à época, eram aqueles que trouxessem discussões sobre conquista do voto feminino, inclusão das mulheres na política, ou ainda, defesa de maior liberdade

feminina em relação ao casamento, do que resultaria mulheres em novas cenas e em outros lugares sociais.

Do romance *O Sampauleiro* (v.1 e 2) depreende-se uma característica já observada em seus enredos: novamente a oposição entre dois rapazes, um rico e outro pobre, contrastando o que possui riqueza, acesso à educação, esperteza, maldade, versus o que tem simplicidade, falta de estudos, ingenuidade e bondade respectivamente. O primeiro se consome em artimanhas para conquistar uma jovem de muitos predicados, Maria da Conceição, filha única do Sr. Oliveira. Este na sua viuvez e às escondidas, entregou-se a uma união ilícita com Virgínia, trazendo-a para dentro de casa como governanta; quando começa a sentir o peso da sua conduta “reprovável”, entra em depressão e não consegue “despachar a intrusa, afastando-a do seu domicílio” (1917:113). Pensava em retirar a filha desse ambiente por meio de “um casamento condigno e continuar carregando sobre os ombros por tempo indefinido a túnica de Nessus que pesava sobre a sua fraqueza moral”.

A intriga corre solta, sempre em oposições do tipo: a mãe do moço pobre que é bondosa e virtuosa, é trapaceada e iludida pela mãe do moço rico que é maldosa e quer a todo custo que Maria aceite casar-se com o seu filho. D. Úrsula, a mãe de Abílio era uma mulher má e sempre apoiou o filho nas coisas erradas; foi ela quem simulou a existência de uma carta que Maria teria escrito a Abílio, fazendo-a chegar às mãos da futura sogra de Maria; foi quem envenenou e matou a sogra de Maria; ela era detestada por todos; morreu de desgosto quando Abílio se insurgiu contra ela, por cansar-se das suas artimanhas; mas a velha ainda teve tempo de exigir a comunhão e uma última missa e assim, morreu como uma inocente (1929:213). Nessa última parte, o autor expressa uma crítica aos preceitos da igreja católica, onde seus adeptos, com freqüência, agem desta forma, ou seja, no ato de comungar ou de extrema unção, acreditam estar a absolvição de todas as culpas, por piores que sejam.



OBRAS DO MESMO AUTOR

OS ANALFABETOS — (Romance de propaganda contra o analfabetismo). Publicado.

VIDA CAMPESTRE — (Interessante romance de folk-lórismo desta zona). Inédito.

PELO SERTÃO — Romance descriptivo da zona alto sertaneja. Inédito.

SERAPHINA — Romance moralizador e philosophico. Inédito.

O SAMPAULEIRO — Romance de costumes sertanejos.

A ABOLIÇÃO — Drama.

A VIDA DOMESTICA — Comedia

SORTE GRANDE — Comedia

ORIGEM DO NOME DE CAITETÉ

JOÃO GUMES

O SAMPAULEIRO

Romance de costumes sertanejos

(2º VOLUME)



TYP. D'A PENNA—Gumes & Gumes

CAITETÉ-BAHIA

JOÃO GUMES

O SAMPAULEIRO

Romance de costumes sertanejos



TYP. D'A PENNA—Gumes & Filmes

CAITETÉ-BAHIA

Fotografia 7 – Capas dos volumes 1 e 2 do romance *O Sampauleiro* e contra-capa do v.2. Fotomontagem feita pela pesquisadora em 26/11/2008.

Ao terminar o primeiro volume d' *O Sampauleiro* (1917), Gumes insistiu nos reflexos desoladores provocados no sertão pelo movimento emigratório, especialmente na desestruturação da sua organização social e familiar; lamenta principalmente os malefícios desse abandono da família, asseverando verdadeiros desastres para os largados que estariam fadados a passarem fome, ou a perderem-se em prostíbulos ou outros inconvenientes para a manutenção dos valores morais de sua origem.

[...] Era triste e amarga a nossa situação; a zona do alto sertão despovoava-se do melhor elemento operário, as nossas culturas eram abandonadas. [...] As casas de campo arruinavam-se; **as famílias em abandono, deixavam o lar onde até então viviam felizes em sua humilde e modestas aspirações para se perderem no enxurro dos prostíbulos, esmolarem o pão ou furtá-lo;** e hábitos até então considerados maus e não admissíveis nos nossos costumes, tomaram feição lícita; o direito, a justiça, a garantia, a paz e a tranqüilidade fugiram do nosso meio. (Gumes, 1917:267, grifos meus).

Desse enfoque já referido em outra parte deste trabalho, vale acrescentar o que Gumes afirma sobre os que iam pra outras terras: muitos formavam novas famílias lá, outros, retornavam e encontravam muitas mudanças na família e nos bens materiais deixados; outros ainda sentiam-se enganados pelos próprios amigos aos quais haviam recomendado os cuidados da sua família. Em seus romances, um personagem conseguiu retornar com recursos suficientes pra resolver os problemas financeiros deixados, reencontrou uma esposa fiel e restabeleceu a normalidade da sua família. Outro personagem fugitivo em fase juvenil, cresceu, conseguiu prosperar e mesmo sem retornar à terra natal, ajudava os pais com o envio de dinheiro. Interessa notar que estes enredos apresentam verossimilhanças com as situações registradas nos processos-crime do APMC que serão utilizados adiante como contraponto para a análise da realidade sertaneja que se quer elucidar.

Para apresentar as relações de gênero presentes no enredo d' *Os Analphabetos*, é preciso dizer que, em oposição à ignorância de Marcolino, chefe da família pobre do sertão, havia a sua mulher que aparece com alguns poderes sobre o marido, porém restritos ao limite do lar. É assim que Gumes a descreve:

A Torquata, sua cara metade, uma mulherça robusta e fecunda como uma *cacôca*, era a única pessoa que algumas vezes ousava contrariar certos hábitos do marido, quando ambos a sós, mas em tom de conselheira e com bondade, especialmente pela rudeza por ele posta em prática na educação dos filhos. O nosso homem curvava a cabeça, nada respondia parecendo

atender, porque, no meio de tudo, adorava aquela que Deus lhe deu por companheira: mas continuava cabeçudo e grosseirão. [...] Marcolino, entretanto, já dentro da época moderna que se abriu com a proclamação da República, em geral e, entre nós com a abolição do cativo e a fome de 1890 – seu terrível conseqüente – que deu lugar à emigração; continuava teimoso conservador e, podemos afirmar, mais empedernido no seu misoneísmo [sic]. (GUMES, 1928:9).

Assim, podemos visualizar a Torquata, personagem feminina sertaneja criada pelo nosso escritor. Era menos rude que seu companheiro por ter recebido uma educação mais suave de seus pais também roceiros; foi uma moça bonita, mas, como de costume, seu casamento foi arranjado pelos pais dos noivos.

Um primeiro desentendimento entre o casal ocorreu quando esta enfrentou o marido para livrar o filho Zezinho de uma surra de corrião⁸². O motivo foi ter perdido a hora de acordar para ir ao trabalho, por ter ficado estudando às escondidas, até tarde da noite. Vale conhecer com todas as letras, este momento de enfrentamento na relação conjugal da família sertaneja que até então, era só harmonia:

Quem já viu a fêmea do tigre, assanhada e disposta a vender caro a vida na defesa dos seus cachorrinhos, poderá fazer idéia da sanha de Torquata diante do procedimento do marido. Vendo o rubro estigma que listrava o rosto do filho, a mulher esqueceu-se de si, da partilha que lhe tocou na rude sevícia, para sentir somente por aquele que foi gerado nas suas entranhas. A vergasta tinha ferido mais profundamente o seu amor materno, e tão dolorosamente, que a pobre mulher quase não sentiu a flagelação que caiu sobre o seu físico até então virgem de maus tratos. Num repelão, resoluto, desganhada, valente como uma leoa, arrebatando o látigo da mão de Marcolino, atirou-o fora no terreiro e procurou vingar-se da afronta avançando contra o brutal agressor que, surpreso, como que caindo em si, recuou e afastou-se. Zezinho, aproveitando a confusão, esgueirou-se (1928: 19).

Gumes (1929:21) apresenta com requintes a forma de pensar do personagem sem instrução sobre o casamento. Para ele, com poucas variantes, a mulher casada era uma espécie de propriedade inalienável do marido, a quem competia zelá-la, guardá-la e mantê-la como é cuidado um animal ou um escravo de estimação. Obediente, não devia a metade frágil do casal fazer objeção alguma às determinações da outra a quem se entregou, incondicionalmente. Nesse fato, Marcolino como que teve um deslumbramento diante da insólita revolta de sua esposa, para depois cair em muitas conjecturas sobre o ocorrido. Ficou preocupado em manter sua autoridade de chefe de família e pensava, e se Torquata voltasse a

⁸² Expressão utilizada em Minas Gerais e Bahia para se referir a um cinto largo de couro com fivela.

enfrentá-lo novamente? Esta, por sua vez, depois da sua reação, ficou cercado o marido de mimos, tentando desfazer o mal entendido e imprimir normalidade à relação. De certa forma, sentia-se feliz com sua atitude e chegou à conclusão: que o “diabo não era tão feio como se pintava” e não mais se arreceou do marido como d’antes (GUMES, 1928:33).

Há a presença de uma professora na trama, Alice, residindo e prestando serviços na fazenda em que o personagem fugitivo foi residir. O coronel dono da fazenda investiu num projeto amplo, visando estender a possibilidade de instrução pra mais pessoas, no que foi bem sucedido; com o aumento do número de beneficiados, solicitou-se dos poderes públicos uma outra professora para ajudar a anterior, no que foram atendidos.

Nesse ponto, vale lembrar que Gumes foi educado por seu pai que era mestre-escola e, ele próprio, em sua trajetória pessoal, aos 18 anos, também atuou na mesma profissão na zona rural, por um período de 8 anos (entre 1876 e 1884) e portanto era bastante conhecedor daquela realidade. Mais de trinta anos depois, quando escreve *Os Analfabetos* (1928), a sociedade sertaneja já havia incorporado algumas mudanças no âmbito da educação, sendo Caetité privilegiada neste sentido. O movimento educacional chamado “normalismo”, com a criação das Escolas Normais direcionadas para as mulheres, chegara naquela cidade desde 1896 com a primeira escola⁸³ e depois sediou a segunda, que chegou para ficar em 1926.

Nesse contexto, já era comum a presença de mulheres exercendo atividades educativas por todos os lados; era uma profissão que conferia grande respeito as que se dedicassem ao ofício, porém, o nosso autor utiliza a imagem romantizada da mulher, apresentando-a com características físicas que encarnam o ideal de “sexo frágil”. Assim, descreve o seu perfil de professora na personagem Alice:

Alice não era uma linda criatura na lidima expressão deste vocábulo; mas a sua graça e donaire encantavam e atraíam. Franzina, de cabelos alourados, olhos vivos e expressivos, boca bem traçada, era de estatura abaixo do comum: mas um certo quê da sua expressão, o timbre da sua voz, os seus modos, o sorriso leve que se desenhava no seu semblante denunciando qualidades afetivas e bondade, tornavam-na querida de quantos com ela confabulassem (*Os Analfabetos*, 1928:118).

⁸³ A 1ª Escola Normal foi extinta em 1903, por motivos políticos.

A Alice do romance era tímida e encarnava as virtudes da mulher ideal na sociedade conservadora. Não tinha atitudes de rebeldia ou de enfrentamento da autoridade masculina; quando Zezinho adoeceu, já seu noivo, esmerou-se na dedicação e cuidados ao seu futuro marido.

Quanto à figura da esposa do Coronel aparece nessa trama como uma pessoa boa, toda devotada ao lar e com ótima formação para ser mãe, esposa e dona de casa; assim, pelo menos o autor não a coloca na posição diminuída da esposa do coronel do romance *Vida Campestre*. Quanto a sua filha, são atribuídos novamente as características de fragilidade, somadas a preocupações sobre o seu estado mental, uma vez que a menina é dada a visões do sobrenatural.

Assim, essa professora Alice e outras já presentes naquela realidade, estavam longe de assumir o que Beatriz Sarlo chama de “estratégia feminina”. Para Sarlo (2005:173), as mulheres começaram a atuar timidamente como educadoras, inicialmente atreladas às propostas do pensamento positivista que viam na família bem estruturada a base para a formação da nação. Num primeiro momento, as mulheres adotaram uma estratégia de, num movimento duplo, conquistar espaços e ao mesmo tempo evitar o enfrentamento aos privilégios e à autoridade masculina. Consideravam que mudando sutilmente a estrutura da família trariam benefícios para elas próprias, para sua prole, enfim, para a sociedade como um todo. E os discursos feministas, quando atingiam visibilidade, demandavam direitos educacionais para as mulheres e para as crianças com vistas ao bem comum.

No romance *Seraphina*⁸⁴, que o próprio Gumes classificou de “filosófico e moralizador”, a trama se passa numa cidadezinha aonde chega uma moça trazendo um filho e um escravo fiel, indo morar na “rua de baixo”; os moradores ficam em polvorosa fazendo especulações sobre a sorte da mesma. Depreende-se das poucas páginas, que seria um enredo bem elaborado, envolvendo uma moça de posses, bonita, sem marido, com um filho, portanto, um prato cheio para as fofocas próprias de cidadezinhas, onde os desocupados ficam de olho na vida alheia, espreitando os mínimos acontecimentos.

O autor consegue deixar um suspense que alimenta um forte interesse no leitor pelo desfecho da trama. Esta envolve a *Seraphina*, personagem principal, com um perfil invejável de beleza e lisura, porém enigmática, como quem esconde algum

⁸⁴ Ver no apêndice mais informações sobre este romance.

segredo; descreve-a longamente e com muitos predicados do corpo e da alma: 21 anos, alta, esbelta, expedita: “[..] os mais apreciáveis dotes inatos do espírito; alma bondosa, meiga e enérgica, dessa energia adorável que encanta, atrai e ao mesmo tempo nos conserva respeitosos e faz-nos considerar que se trata de um ente privilegiado e intangível” (p.17).

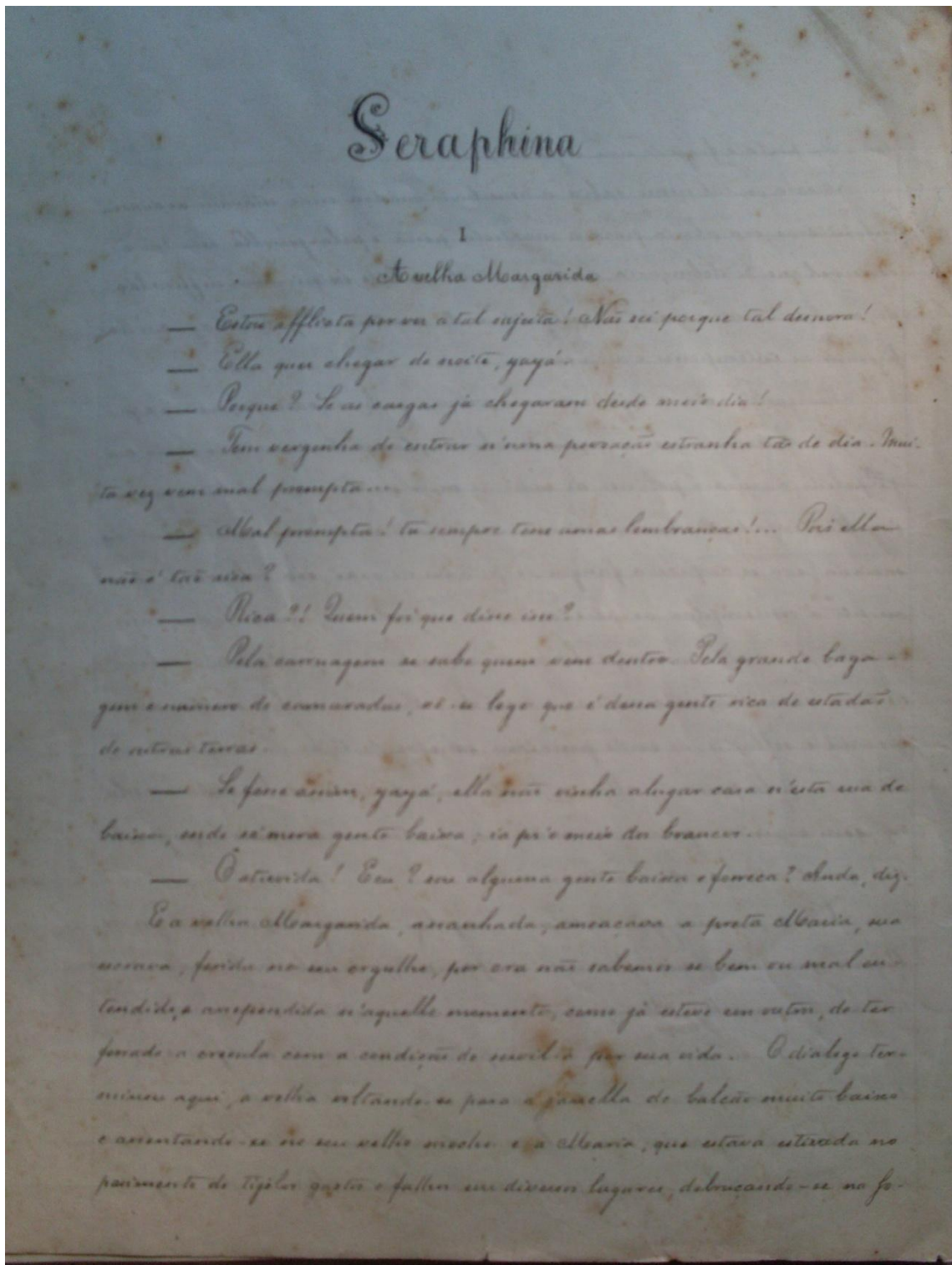
As outras duas mulheres da trama, a velha Margarida e sua escrava forra, são assim descritas:

Margarida, via-se logo, era uma velha orgulhosa, odienta, curiosa e faladeira. [...] arranhada, ameaçava a preta Maria, sua escrava, ferida no seu orgulho, por ora não sabemos se bem ou mal entendido, e arrependida n’aquele momento, como já esteve em outrem, de ter forrado a creoula com a condição de servi-la por sua vida. [...] Maria nos seus gestos indolentes, no falar descançado (sic), na gordura reluzente que dava a sua epiderme a aparência de jaboticaba madura, contrastava com a velha Margarida na sua irrequietude e impaciência, a rodar sobre si, magra, erecta, de rosto pelancudo e cor de marfim e sepas brancas que escapavam do lenço atado à guisa de toucado” (p. 1 e 1/v).

Mais uma vez, Gumes recorreu à educação para justificar alguns dos seus argumentos ao escrever sobre seus personagens; a velha Margarida, se tivesse tido boa educação, poderia ter domado “a sua má índole e tornar-se uma mulher afável, carinhosa e sociável”; falou do defeito da educação antiga que ao castigar, parecia mais impor uma vingança do que um fazer justiça. A personagem é “vítima da má educação” o que fez com que o seu espírito medrasse ao léu, deixando-a “ríspida, orgulhosa, intratável e faladeira, não havendo quem pudesse vencê-la ou convencê-la” (p. 6), seus vizinhos consideravam-na nas fronteiras da loucura e por isso ninguém a freqüentava.

Essa trama ficou sem continuidade e sem um final, porém depreende-se da mesma, características voltadas para preceitos religiosos e indícios sutis de quem pretendia criticar a religião predominante. Pode-se ver também a preocupação com os olhares e opiniões alheias em relação à reputação da moça recém-chegada, as especulações sobre a vida dessa personagem, e que Soihet (2002: 287) sinaliza como dúvidas equivalentes a uma “violência simbólica”, que pode “impedir o pleno crescimento dos sujeitos sociais, mulheres de todas as classes e cores”.

O zelo exagerado com a honra da família, ocasionando enorme peso sobre as mulheres, era um forte aspecto do mundo masculinizado do Alto Sertão da Bahia.



Fotografia 8 – Primeira página do romance *Seraphina*. Fonte: Acervo da Família Gumes. APMC. Foto feita pela pesquisadora em julho/2009.

2.1.2. Mulheres negras nas narrativas de Gumes

Como já foi dito anteriormente, a posição do nosso autor é de abolicionista. As mulheres negras, em sua obra, aparecem em situações que caminham para os elogios do tipo lealdade, dedicação ao trabalho, boas prendas no trabalho doméstico, companheirismo etc., eventualmente dotadas de predicados negativos devido a falta de educação. Entretanto, sempre atribui as falhas de caráter ou defeitos, a causas que independem delas próprias; são antes vítimas do sistema de escravidão extremamente injusto nas relações de trabalho e de subserviência. Às vezes lamenta os maus hábitos das negras forras, mas atribui a isso, à falta de instrução que lhes foi negada na sua condição de escrava. Denuncia os longos anos de escravidão como responsáveis pela ignorância das negras e negros, aliados ao descaso dos seus exploradores e à falta de iniciativa dos poderes instituídos no oferecimento de oportunidades educativas, que se lhe afigurava a única possibilidade para corrigir a situação. (GUMES, 1917:235).

No enredo da “comédia drama” *A abolição* – que retrata dois momentos: 1876 e 1888, a mulher negra aparece casada com um branco; nesse convívio ela aparece atuando com inteligência e demonstrando astúcia e sagacidade na busca de estratégias para vencer os impostores escravistas⁸⁵.

Gumes, bem informado e atualizado sobre as questões então vividas pela sociedade brasileira, retrata no contexto desta trama, as novas situações que afloram com a campanha abolicionista. Nota-se certa flexibilidade das relações sociais diante do convívio próximo entre negros e pessoas de classes sociais mais abastadas e a situação improvável do casamento entre um negro ex-escravo e uma moça da elite, prova de sua parte, certa resistência ao preconceito racial. Apresenta a mulher negra em convívio próximo com os brancos, onde porta-se de forma inteligente, demonstrando astúcia e sagacidade na busca de estratégias para provar as peripécias do impostor, desmascarando-o e derrotando-o em seus planos. Reforça a sua crença na educação como um caminho certo para a ascensão social na história de Francisco, escravo inteligente que consegue se tornar doutor.

Nessa perspectiva das “redes de convívio e de sobrevivência” dos ex-escravos no pós-abolição, o estudo de Fátima Pires sobre o pós abolição em Caetité

⁸⁵ Nos apêndices desse trabalho pode-se ler um resumo mais esclarecedor sobre essa comédia *A abolição*.

é muito elucidativo, esclarecendo a continuidade das relações estabelecidas entre senhores, ex-escravos e pobres livres; afirma que muitos ajustes e negociações possibilitaram o aproveitamento da mão-de-obra agora em sua nova condição, com arranjos que levavam à concessões de faixas de terras, acordos de trabalho para diaristas, meeiros e agregados, utilização comum de aguadas entre outros, e que permitiram a permanência destes sujeitos em espaços muito próximos. As relações entre ex-escravos e pobres livres não foram muito diferentes:

Nos arredores das cidades e arraiais, ex-escravos eram encontrados ao lado de trabalhadores pobres, partilhando rotinas de trabalhos e encontros festivos no dinâmico processo de adaptação da vida sob “nova” condição. Os processos criminais indicam mais indiretamente que, apesar dos desentendimentos por água, pastos terrenos e “vinténs”, a solidariedade perpassou o convívio social desse segmento. (PIRES, 2009: 285).

Como as mulheres negras aparecem nos romances de Gumes? Se citadas como forras, via de regra aparecem na condição de pobres e presas à situações de subserviência e de exploração, respaldadas numa forte relação de amor, respeito, quase devoção aos seus antigos donos. Na maioria das vezes, seus atributos são docilidade, obediência, respeito, dedicação ao trabalho bem feito e asseado.

Duas em especial ocuparam posições de destaque na trama d’O *Sampauleiro*: Pulcheria, risonha, comunicativa e que mesmo alforriada servia com lealdade a sua sinhazinha; Umbelina, ex-escrava, “bisbilhoteira”, “enredadeira”, residia com sua filha em casa de uma família pobre e passando-se por serviçal, visitava várias famílias em outros sítios, imiscuindo-se nos seus assuntos, bisbilhotando, para depois levar as informações (que viravam fofoca) aos quatro ventos. Esta última, mesmo forra, não possuía autonomia por viver de favor em dependências cedidas por pessoas generosas. Vivia em apuros pelos seus maus costumes, até ser descoberta no roubo da carta falsa que D. Úrsula escreveu para incriminar Maria como suposta interessada em seu filho Abílio. A ex-escrava, descoberta por Abílio, foi tão torturada que acabou pagando com a vida.

Em *Vida Campestre* (1914), os negros pobres, homens e mulheres trabalhavam em sua própria terra; as mulheres, além do serviço doméstico, trabalhavam ao lado dos homens, ajudando em outras lidas como a fabricação de farinha de mandioca e tapioca; eram elas que limpavam as raízes, raspando a fina camada que as envolvia e depois espremiavam e coavam a massa que, após a

retirada da tapioca, era encaminhada para outros aproveitamentos. Essa família de ex-escravos sofriam discriminação racial por parte dos seus vizinhos ricos. A tia Pelonha criada do fazendeiro rico era explorada para fazer as mil e uma tarefas de uma casa.

Em *Seraphina*, havia o escravo Simeão, de setenta e tantos anos, exemplo de fidelidade à sua senhora, responsabilizava-se por todo o serviço doméstico e colocava-se como seu protetor, visto que ela não tinha marido. A velha Margarida, outra personagem desse romance, possuía uma escrava a quem dera a alforria desde pequena. A velha arrastava a sua negra forra de “gestos indolentes e epiderme com aparência de jabuticaba madura” e nos seus ataques de mau humor, arrependia-se de tê-la alforriado.

Mulheres negras aparecem ainda, como vítimas de abusos sexuais dos ricos proprietários e dos maus tratos das esposas ciumentas conforme citação abaixo:

Os ricos senhores, não tendo em conta o sentimento das pobres criaturas que caíram sob o jugo da escravidão, dominavam também a honra das infelizes escravas e impunham-lhes sem receio, sem a menor compaixão, as suas mais torpes pretensões. Ai da infeliz que procurasse fugir à conspurcação da sua inocência e pureza virginal! Depois o injusto ciúme das senhoras que, na impotência de vindicar nos verdadeiros delinqüentes os seus direitos conjugais postergados, descarregavam a sua cólera sobre a inocente vítima. (GUMES, 1914: 44).

Não havia escapatórias para as mulheres negras escravas diante da concupiscência dos seus senhores. Na sua condição de “propriedade” não podiam se furtar a tais sevícias, pois seriam castigadas por eles e, se aceitassem e fossem descobertas, passariam de vítimas a culpadas e receberiam os castigos das suas “sinhas”.

De todos os perfis femininos apresentados aqui, fica-nos um retrato dos lugares do masculino e do feminino inscritos na sociedade sertaneja objeto deste estudo, conforme as formas de pensar e de ver o mundo de um literato regionalista que buscou focalizá-los de acordo com as suas convicções e inspirado num dado olhar sobre a realidade em que vivia. São perfis que vão de um extremo a outro, sempre passando por uma visão romântica do feminino e pelas imagens construídas por uma prolongada tradição conservadora: ou aparecem como donzelas bonitas, esbeltas, inteligentes, delicadas, simbolizando “pureza virginal”, ou são simples “figuras de ornamento”, incapazes de atuar com competência na esfera política; são

honradas e honestas ou incautas, “impuras barregãs”; poço de virtudes ou desabonáveis enredadeiras; são escravas leais ou forras atabalhoadas nas suas lutas diárias ou ainda, negras inteligentes, integradas ao convívio social. Na sequência, vamos perseguir os difíceis caminhos da sociabilidades femininas presas aos padrões da honra e da moral, tomando como base, além da visão do nosso autor, vários outros documentos da época como processos judiciais, livros de atas e livros de memórias, dentre outros.

2.2. Em nome da honra familiar: caminhos tortos e suplícios femininos

No espaço-tempo do nosso enfoque já apareciam no Alto Sertão da Bahia situações de confronto entre as formas de pensar presas aos valores tradicionais e novos valores, costumes e comportamentos que iam chegando com o intercâmbio de notícias e de pessoas vindas de lugares distantes ou da imposição de circunstâncias familiares que obrigavam as mulheres a sobreviverem às próprias custas.

É importante considerar que o aparato mental neste momento, estava atrelados à noção de patriotismo e à necessidade de se investir na formação da nacionalidade brasileira. Foi um período de grandes debates com vistas à viabilização da nação e à necessidade de colocar o Brasil a caminho do desenvolvimento e do progresso. As mudanças iam chegando devido ao nascente processo de industrialização e já eram visíveis, dentre as quais, a crescente presença das mulheres nos locais de trabalho. Os costumes sexuais trazidos pela escravidão e prolongados pela suposta modernidade e pela imigração, a prostituição, a prole ilegítima, os abortos ilegais e o alcoolismo, fizeram com que as atenções se voltassem para medidas ligadas à “purificação” e a eugeniação da nação brasileira. A solução seria sanear, moralizar e “eugenzar” a família. A Sociedade Eugênica de São Paulo difundia a idéia que “saneamento-eugenia é ordem e progresso” (STEPAN, 2005:52). Nessas circunstâncias, o controle de tais condições e implementação de tais medidas era rígido.

Para os conservadores, a família tradicional brasileira do sertão estava ameaçada. Havia os lares abandonadas pelos maridos que iam pra São Paulo e havia a ameaça das informações que chegavam através das pessoas ou por outros

meios de comunicação. O receio era que as novidades dos processos em curso no país viessem alterar os comportamentos; disso se depreende as preocupações do nosso escritor em defender o modelo de família que considerava compatível com os seus valores.

Não podemos perder de vista que ele escreveu nas décadas iniciais do século XX, período que se arrastava sob o forte peso da tradição e dessa forma, sabemos da notória resistência e lentidão em que ocorrem as mudanças culturais e mentais, “difíceis e custosas” como nos diz Margareth Rago (2004:32), principalmente em relação ao ideal de mulher inteiramente afinado com o modelo burguês, machista e cristão. O estudo de Lúcia Helena de Oliveira Viana Carvalho, falando sobre os perfis de mulher na ficção brasileira dos anos 80, constatou a persistência desse mesmo modelo⁸⁶.

As questões ligadas à honra familiar são mais acirradas em espaços que primam pelas permanências e entre estes estão os espaços rurais da época em estudo por serem menos suscetíveis aos intercâmbios e às mudanças; é na zona rural preferencialmente que se passam as tramas romanescas de Gumes e, portanto, estas trazem registros voltados para tais questões. Em *Vida Campestre* (1914), temos a sedução da moça pobre pelo rapaz rico. Outro aspecto da intriga envolvendo a presença de um rapaz pobre, trabalhador que morava com a família de Pedro e era apaixonado pela moça seduzida. São três para defender a honra da donzela: o pai, o irmão e o pretendente apaixonado (Felipe). A ocorrência está assim descrita: “A noite fria ao relento contrastava com o ardor da vítima cega pela confiança em falácias que a acenavam como traidor chamariz e pela leviandade de donzela inexperiente” (1914:43). No enredo, a culpa recai sobre a pessoa errada, a personagem Felipe que sofre para provar a sua inocência e retidão de caráter. À “donzela inexperiente”, o autor não poupa de toda culpa pela sua ação irrefletida e à família “ultrajada”, fica a tarefa de resolver a situação da filha através do casamento, pois caso contrário, “seria para sempre uma mulher perdida”. Em situações como esta, era necessário “lavar a honra da família” através da realização do ato legal, o casamento.

⁸⁶O estudo de Carvalho (1990:96) afirma que “há um perfil de mulher obsessivamente acorrentada à imagem recorrente de uma culpa cristã e quase atávica que a conduz à obediência e cumprimento de um destino prévio, traçado à sua revelia”.

Na realidade social brasileira da época, era comum a realização de casamentos sob ordem judicial. Ferreira Filho (2001, p.68 e 85), analisando a sociedade baiana, aponta -nos as medidas destinadas “a disciplinar as moças do povo numa ética que afirmasse valores como a virgindade e fidelidade à família”; aponta situações de mulheres que sofriam pressões sociais com acusações de “ultraje público ao pudor”, notadamente aquelas das camadas menos favorecidas e esclarece que situações idênticas em famílias ricas, eram resolvidos com discrição, buscando-se “casamentos apressados, maridos arranjados ou reclusão em conventos”, evitando com isso, uma exposição pública e a desmoralização daquelas famílias “ultrajadas”⁸⁷.

O nosso autor apresenta com freqüência, situações de homens viúvos se casando em segundas núpcias, o que era visto com naturalidade. No entanto, é severo ao tratar de uniões amorosas ilícitas como a do Sr. Oliveira em *O Sampauleiro* (1917), viúvo, com uma relação amorosa fora do casamento e mantida em segredo, passou por muitos constrangimentos e dramas interiores; decidindo ir pra São Paulo, fez o embarque da sua amante um dia antes, pela madrugada, às ocultas, em companhia de um camarada de confiança, que foi aguardá-lo num determinado ponto do caminho. Ficou desolado entre o sentimento puro que o unia a sua filha e a decisão de afastar-se dela com a ida para São Paulo; consumia-se em sentimentos de culpa por ter-se deixado seduzir por uma mulher “cheia de defeitos” com a qual não pretendia se casar e por não ter encontrado outro meio de resolver a situação optando por levá-la consigo, mas às escondidas.

As personagens envolvidas nesse romance, na opinião do autor, aparecem em situações bastante desconfortáveis: o homem se considera numa atitude reprovável e sofre por medo das pressões e maledicências sociais; a mulher, por saber-se rejeitada e discriminada, aceitava ficar à sombra, esperando o momento certo para redimir o “seu erro”, tirar vantagens materiais ou chegar ao prêmio maior que seria o ato de casar-se. Em suma, era uma relação cheia de subterfúgios para tentar fugir aos julgamentos da sociedade. A mulher nestes casos, sofre o duro preconceito de ser considerada a “impura barregã”⁸⁸, ou “o ente desprezível”.

⁸⁷ Este autor baseia-se no Código Penal Brasileiro de 1890 e tece comentários sobre os seus impactos na vida real.

⁸⁸ A palavra barregã aparece com freqüência nas Ordenações Filipinas que vigoraram no Brasil até o século XIX, conforme artigo “As tendências do Direito Civil Brasileiro na pós-modernidade”, de Renata

Aparece ainda, a forte oposição entre a extrema pureza da filha versus a imperfeição da amante. Este modo de pensar está posto com ênfase ao final do romance, quando Gumes faz o desfecho da relação amorosa, dizendo que “a prostituta intrigante e vil” acabou desprezando o Sr. Oliveira em São Paulo, “fugindo com um sujeito da sua estofa”.(GUMES, 1929:316).

O autor tratava esses assuntos com muito rigor porque a sua intenção era a de moralizar os costumes e portanto, não levava em conta os muitos casos fora da norma comuns em todos os lugares

Outro registro enfático sobre a honra e a intriga se dá nessa mesma trama, quando o moço rico, inconformado nos seus planos amorosos, trama contra o marido de Maria, lá na fazenda paulista em que trabalha e onde é estimado por revelar uma postura exemplar de arrojado trabalhador honesto; o seu inimigo paga um impostor para espalhar a calúnia de que João namora às escondidas uma moça, filha de imigrantes, que por sua vez já tem compromisso com outro rapaz. Descoberta a mentira, João consegue provar a sua inocência, saindo ileso da situação. O que me chamou a atenção neste fato, foi o imigrante italiano afirmar que “a honra, é um precioso tesouro que devemos guardar com desvelo a sete chaves para que se não polua ao contacto de gente ignorante e mal educada, que não compreende o seu valor” (1928:358). Percebe-se daí, que os imigrantes italianos, os recém - chegados do velho mundo, traziam a mesma mentalidade conservadora e na percepção de Gumes eles são colocados no rol dos defensores da longa tradição sobre os costumes e sobre a família.

A tônica do marido ausente era uma realidade comum na sociedade sertaneja que, vivendo as agruras da seca, provocava a saída dos homens da sua terra natal rumo a São Paulo, buscando melhor forma de subsistência, conforme já foi dito mais de uma vez neste trabalho; via de regra, o marido recomendava a família aos cuidados e proteção de algum amigo. A sociedade da época era regida por leis que enquadravam rigorosamente as injúrias, calúnias, difamação, adultérios, honra familiar, dentre outros, numa lógica reforçada pelos discursos imagéticos sócio-religiosos; a literatura de Gumes explora bem este extrato mental, colocando em evidência a condição de comunidades muito provincianas que passam a utilizar a maledicência, a intriga, calúnias e injúrias na ausência dos maridos.

Lima Rodrigues. Daí porque esse vocábulo aparece na obra de Gumes. Significa mulher amancebada, concubina; como sinônimo, o autor usa também a palavra camborça.

Para enfatizar ainda este aspecto, vale analisar esta passagem:

Atraídos, como falena, pelo brilho da civilização paulista, por tantas magnificências que lá encontram e aqui nunca viram, deixam-se mais levar pelo esplendor contínuo que presenciam e que para eles é uma festa permanente, e desperdiçam levemente o que em S. Paulo conseguiram ganhar. [...] envergonham-se de serem baianos e chegam a constituir n'aquelas terras longínquas novas famílias, ilícita se ainda lhes resta algum escrúpulo, aparentemente legal por meio de um consórcio anulável, quando são desabusados e audazes.. A pobre esposa e os filhos, abandonados por cá, passam pelas mais cruéis e angustiosas dificuldades. Esperando indefinidamente o **chefe do casal**, rodeados de inocentes criancinhas, é dolorosa a sua situação. Se é honesta e criteriosa, a esposa vale-se do trabalho incessante, indefesso[sic], para salvar a prole. Quantas d'estas pobres mártires, se compreendem as responsabilidades que lhes cabem como esposas, velando pelo seu bom nome, guardando a sua virtude como uma vestal, **exaurem-se no labor, sacrificam a sua saúde ou a sua vida, ocultas, ignoradas do mundo, no humilde gineceu que lhes coube por uma sorte mofina, e conseguem, depois de anos de uma luta estiolante, formar o caráter de um filho que vem a substituir no lar o seu desalmado progenitor! Quantas ingênuas, incapazes de lutar até o fim, sem nítida compreensão dos seus deveres sagrados, arriscam-se a procurar um protetor estranho, - muitas vezes um hipócrita e filaiucioso [sic] compadre que favoreceu a emigração do marido, que até forneceu-lhe dinheiro para a viagem, com o infame propósito de afastá-lo como impeco [sic] que era aos seus desejos reprováveis! N'este caso a incauta vem a cair no abismo da perdição.** E assim desorganiza-se a família no meio pobre do proletariado baiano-sertanejo, porque **heroínas como as que acima descrevemos são raras.** D'estas mesmas, se a **prole é feminil**, ou si exaustas pelo trabalho, morrem ou, pela enfermidade, tornam-se impossibilitadas de continuar a sua faina debilitante, algumas conservando-se puras, não conseguem salvar os filhos que, sem uma segura direção honesta, perdem-se no enxurro dos vícios, dos prostíbulo, das vilezas (1929: 42)⁸⁹.

Quando Gumes refere-se ao chefe do casal, está se pautando no Código Civil Brasileiro de 1916 que conferia esta prerrogativa de “pátrio poder” ao homem, além de tantas outras que colocavam a mulher, por lei, inteiramente submissa à vontade do marido, como que desprovida da capacidade de responder por si enquanto pessoa ou também como chefe de uma família; porém na prática, o que se vê pela própria citação do autor, é a busca de saídas pelas mulheres que se viam abandonadas pelo marido. Entretanto, Gumes coloca apenas duas opções para elas em tais situações: ou “adoecem” pelo excesso de trabalho que abraçam, se arrastando para dar conta da nova função que lhes foram impostas pela vida, ou caem no extremo oposto, entregando-se ingenuamente às promessas de algum

⁸⁹ Os grifos são meus e servem para elucidar os comentários que vêm na sequência. Vale dizer que o código em que se baseia o autor, vinha sendo discutido e preparado desde o século XIX, para ser promulgado em 1916; sendo assim, este já em seu nascedouro, apresentava descompassos diante das complexas situações então presentes na realidade brasileira.

enganador que as farão entrar para o “abismo da perdição”. Talvez no intuito de defender o “belo sexo” na visão romântica que prevalece em sua época, o autor escreve que adoeciam com o trabalho duro. É interessante ele dizer que as mulheres que resistem, “as heroínas” são raras, diferentemente dos exemplos encontrados nos livros de memorialistas e em outras fontes.

Ainda nessa situação de mulheres abandonadas pelos maridos, duas idéias instigantes: a existência do filho homem e da “prole feminil”. No primeiro caso, a sorte seria melhor, sendo os filhos varões educados para substituírem o pai ausente e ajudarem na subsistência da família; no segundo, estas mesmas mulheres podem ser vencidas pelo peso do trabalho, sem ter quem as ajudem na busca do pão de cada dia, tornarem-se incapazes de dar uma direção segura às suas filhas que acabam por se perderem, entregando-se aos vícios. Nota-se que o nosso autor está se referindo às famílias comuns, remediadas, porém vale dizer que ele não considerou uma terceira via, a de que as mulheres são tão aptas ao trabalho como os homens, conseguindo sobreviver de inúmeras outras formas e até acumular patrimônios consideráveis. Há exemplos, segundo Fátima Pires (2009:167) de mulheres abastadas do alto sertão, cujos inventários de bens foram avaliados em altas somas; embora admitindo que muitas destas fossem ricas por herança, há que se admitir o mérito de administrações bem sucedidas na preservação de tais patrimônios ou de outras que, sem herança, conseguiram situações confortáveis com os lucros de seus negócios e agências.

Para além do olhar do autor, vale ressaltar que, como seres humanos, eram dotadas de inteligência e criatividade para, em tais situações ou outras tantas, buscarem a sobrevivência com sucesso. Aliás, nesse mesmo enredo de que estamos tratando, a personagem principal – Maria da Conceição - tantas vezes descritas como um anjo de candura, imagem perfeita dos perfis idealizados para o sexo feminino, é apresentada como “inteligente, metódica e arrumadeira” ; além de desempenhar bem as tarefas de casa, deixando tudo muito aseado, ainda foi capaz de aceitar com (resignação e coragem a ida do marido para São Paulo: “varonil como uma espartana, antepunha ao seu amor a salvação do crédito e da honra do seu estremecido marido” Mas não desiste de insistir em sua opinião moralizante: por mais que a mulher seja forte e capaz, necessita de alguém que a ampare e proteja contra a “maledicência e os maus juízos, quando isolada no seu lar, alheia ao que possam pensar os murmuradores a seu respeito”. (1929:63 e 64).

No arquivo Arquivo Público Municipal de Caetité, são encontrados processos sumários de culpa por queixa particular, crime de injúria e processos de calúnia e difamação que são o espelho dos citados enredos literários. Em um desses relatos, o queixoso expõe a seguinte situação:

Há mais ou menos vinte dias o queixado não se sabe com que plano, começou a espalhar escandalosamente que ele tinha surpreendido em flagrante adultério com o suplicante, a mulher com a qual ele, suplicado é casado religiosamente há uns onze anos. E soube ele contar essa história tão bem contada, com tanto cunho de verdade que ela já se espalhou por toda vizinhança e muita gente já vê no suplicante a figura desprezível de um sátiro. Além de tudo isso o suplicado tem a audácia de falar nesse pseudo adultério até perante o juiz de Paz deste distrito, onde ele foi chamado a fim de conciliar com a sua referida mulher. Ora, e como esse ato ao queixado sobremodo injurioso atenta contra a honrabilidade do queixoso, perturba a paz de sua família e o expõe ao desprezo do público honesto, sobre esta sob a censura do art. 317, letra b do Código Penal, combinado com o art. 319§ 2 ao referido colégio, apresenta contra ela a presente queixa que espera ser recebida e julgada para ser afinal o queixado contemplado no máximo das penas do referido art.⁹⁰

Nos autos, fica claro que o queixado, tendo viajado pra São Paulo, pediu ao queixoso para cuidar da sua família em sua ausência e, ao retornar, encontrou sua mulher grávida. Entretanto, o queixoso não foi considerado culpado, vindo à tona sua ilibada reputação. No julgamento desse processo, após o depoimento de quatro testemunhas, todas favoráveis ao queixoso, há uma discussão por escrito, em torno da classificação do crime. O procurador explica porque o crime deve ser enquadrado na letra b do art. 317 do Código Penal, considerado como injúria, ou seja, “imputação ou fatos ofensivos da reputação do decoro e da honra”; para ser classificado como crime de calúnia, seria necessário que o queixado fosse casado civilmente, mas como não o é, não existe crime de adultério, nem de calúnia e sim de injúria.

Os episódios já retratados nos mostram que no Alto Sertão Baiano, a honra feminina confundia-se com a honra da família e os códigos morais estavam em todos os lugares; segundo Rago (2007:161), as mulheres vinham ampliando sua autoridade no mundo privado do lar desde o século XIX, mas isso não significava a eliminação do preconceito de inferioridade que as perseguiam em relação aos homens. Os discursos médicos investiam na idéia de civilizar a mulher, utilizando para isso mais os códigos morais do que as explicações científicas. As formas de

⁹⁰ Processo sumário de culpa por queixa particular em 22/02/1922. APMC, Série: Autos crimes – Calúnia/ difamação. Fundo: Cartório de Feitos cíveis e criminais. Cx 22 – 1912 – 1992.

controle impostas não foram aceitas sem resistência, principalmente entre as mulheres pobres, daí porque elas passaram a aparecer mais nos registros policiais dos jornais. Estas mulheres pobres eram mais visadas devido às explicações de especialistas, indicando que a prostituição era uma conseqüência da pobreza e da má situação econômica; o parâmetro de moralidade, (aliás, tanto pra homens como para mulheres), não estava isento das influências do estatuto social, bem como das singularidades de tempo e espaço; assim, havia registros de comportamentos diferenciados de acordo com o estatuto social, situação evidente no maior número de concubinatos entre as classes mais baixas, onde o casamento legal parecia inalcançável para muitas moças pobres. Há que se considerar que, para estas moças, além das condições sócio culturais, somavam-se o peso dos trâmites legais do casamento civil, cujas despesas de cartório eram desanimadoras para as de baixo poder aquisitivo⁹¹.

Às mulheres seriam cobrados os atributos da virgindade, se solteiras e da fidelidade, se casadas, como símbolos da honra familiar, numa persistência e continuidade que vêm atravessando longos anos de luta e, como nos diz Soihet (2009: 386), esse conceito de honra familiar tornou-se “sexualmente localizado” desdobrando-se em “violência fonte de múltiplas outras violências”. As mulheres deveriam manter-se recatadas e reprimir todos os seus desejos e impulsos neste particular, enquanto que em relação aos homens, exercia-se a prática contrária, ou seja, incentivar o sexo livre visto como prova de virilidade, atributo indispensável à natureza masculina. Mulher solteira que caísse “no erro” ficaria desmoralizada, marginalizada e, no caso de ter filhos ilegítimos, os pais não se sentiam responsáveis pela manutenção dos mesmos; na maioria dos casos, as mães solteiras criavam seus filhos sozinhas, provendo, com seu trabalho, a família de todas as suas necessidades.

Vale ressaltar que as mulheres não saíam da mira dos instrumentos sociais reguladores do comportamento sexual e eram cobradas duplamente, tanto pela idéia de honra feminina, como pela da honra masculina. Estes conceitos, no entanto, não se prendem a padrões homogêneos de definição, ao contrário, estão carregados das especificidades de construções e apropriações correspondentes a um dado contexto

⁹¹Para mais informações leia-se Oliveira, Neivalda Freitas de. Representações e práticas de gênero em distratos de casamento: Salvador -1890-1920. Dissertação de mestrado sob orientação Profa Maria Odila Leite da Silva Dias no Programa Inter institucional de Mestrado entre o Programa de Pós Graduação em Historia da PUC-SP , Universidade Estadual da Bahia e UCSAL -Salvador, 1998.

histórico e geográfico e, portanto, presos a diversidades culturais e sociais (ENGEL, 2000:167).

A noção de honra presente na mentalidade dos sertanejos poderia ser manifestada de muitas formas, como essa que aparece no romance *Os Analphabetos*: uma tentativa de estupro é praticado pelo vizinho impostor (André) quando percebeu que estava sendo descoberto em suas falcatuas. Querendo vingar-se de Marcolino (o “amigo” enganado) e, não tendo coragem de atingi-lo fisicamente, formulou um plano de atingir a sua honra de pai de família, atacando Mariquinhas, sua filha de 16 anos. “A donzela tomada de medo e nojo, sacudiu André e, de repelão, atirou-o ao acaso. Este dando de encontro ao barranco, rolou inerte no chão como se estivesse morto. A mocinha ainda olhou-o, depois atirou-lhe a alcofa⁹² à cara horripilante e fugiu rapidamente” (GUMES, 1928:157). Os exemplos de defesa da honra são recorrentes nos romances de Gumes.

Na sociedade caetiteense do início do século, há registros de casos que resultavam em morte quando havia algum atentado à honra da família, como este noticiado pelo Jornal *A Penna* em 05/03/1922:

Fato lamentável na zona rural – Jesuíno Carvalho, lavrador pacífico e honesto, achava-se ocupado nos fundos da casa concertando uma cerca, quando um Fuão, cujo nome ainda ignoramos, alli apareceu e, poucos passos adiante de Jesuíno, dirigiu-se à esposa deste, a quem desrespeitando o marido, dirigiu palavras irreverentes com o fim de seduzil-a; esta revolta-se, apella para o marido, que nesse momento trabalhava com um machado e prestes acudiu e reclamou os seus direitos em termos enérgicos. O sedutor longe de se envergonhar, desembanhou um punhal e agrediu o esposo offendido em sua dignidade. Este que só tinha a sua disposição o machado, com elle defendeu-se, resultando disso ser prostrado morto o audaz libertino. Jesuino acha-se preso na cadeia desta cidade.

Vê-se que a ocorrência refere-se a um casal de pessoas simples, gente da zona rural, mas que não hesitou em reagir, desferindo golpe certo no agressor; afinal, preservar os valores e a dignidade da família era uma questão de hombridade.

Há um caso singular de uma mulher viúva, que move um processo por calúnia e difamação contra um sapateiro que “prorrompeu em injúrias contra o seu filho [...], deu-lhe o epíteto de ‘moleque’, ‘cachorro’, ‘sem vergonha’ e outros mais que a

⁹²Alcofa significa cesto de vime.

decência manda calar”⁹³. Neste fato, percebe-se que é uma mulher de estatuto social alto, porque faz a procuração do próprio punho e nomeia um outro filho seu como procurador no processo contra Paulino sapateiro que “injuriou verbalmente” o seu filho Alcides, menor de 18 anos de idade. Pelos autos, sabe-se que o sapateiro Paulino estava à procura de suas filhas solteiras, encontrando-as num baile que o jovem Alcides desabonou, dizendo que era um “baile siphilitico”. Com isso, irritado e querendo defender a reputação de suas filhas, insultou-o verbalmente.

No desfecho desse processo, é possível perceber que a condição da “queixosa” pesou no julgamento porque, depois de ouvidas quatro testemunhas, o sapateiro foi julgado culpado; além do mandato de prisão, o culpado teve que pagar fiança de 500\$000 (quinhentos mil réis). Aí fica-nos a pergunta: falar que as filhas do sapateiro estavam em ambiente impróprio, não era uma acusação grave contra as moças? Também não estava ferindo a sua honra? À época, não constituía difamação? As fontes pesquisadas não mostraram processos em defesa da honra de mulheres, mas sempre ao contrário, incidiram sobre sujeitos masculinos. Constata-se assim, o silêncio e a ausência dos registros sobre mulheres nessa situação apontada. Não existiam ataques públicos à honra de mulheres? Em caso contrário, fica-nos a pergunta: porque as mulheres não registravam as suas queixas?

2.3. Adultérios e separações conjugais

O estereótipo de “mulher submissa e do marido dominador” que continuou predominante mesmo com as transformações ocorridas e com a complexificação das relações sociais, não imobilizou as ações femininas; as mulheres de diferentes grupos sociais apresentavam padrões de comportamento diferenciados e traziam “situações de conflito” para o casamento, as quais denunciavam de inúmeras formas; os casamentos arranjados não garantiam necessariamente uma longa duração para os mesmos e a incompatibilidade de gênios era motivo para desfazê-los. Os estudos de Sâmara (1983:62) sobre a realidade de São Paulo, mostram que

⁹³Processo crime por queixa particular em 22/02/1917. APMC, Série: Autos crimes – Calúnia/difamação. Fundo: Cartório de Feitos cíveis e criminais. Cx 22 – 1912 – 1992.

na segunda metade do séc. XIX, era grande a porcentagem de mulheres como chefes de família o que documenta um aumento de influência das mulheres. Esta era em si, uma tradição da sociedade colonial. Também documentou mulheres casadas que tiveram filhos quando solteiras, indício da quebra do ideal de pureza e castidade.

Justamente em função de tantos casos fora da “norma”, é que o Código Civil de 1916 introduziu leis civilizadoras dos costumes, impondo na República Velha uma nova ética no sentido de normalizar as uniões informais ou de concubinato, fortalecendo a idéia da família conjugal legalizada pelo casamento civil. Resguardar a honra da família e a fidelidade da mulher era requisito para civilizar os costumes republicanos. O adultério era considerado uma falta grave e as punições eram bastante severas – um resquício das Ordenações Filipinas. Situações de uniões ilegítimas, filhos naturais, atuação de mulheres em trabalhos de administração e outros tantos que garantissem a subsistência, eram comuns principalmente nos sujeitos das classes pobres e trazem a idéia de que nem sempre o comportamento das mulheres se adequava aos padrões cobrados pela boa moral. Outro dado relevante é que a maioria dos pedidos de separação era encaminhada por mulheres; os motivos apontados em tais pedidos eram: adultério, sevícias ou injúrias graves, abandono voluntário do lar ou o mútuo consentimento dos envolvidos. Assim “nota-se uma natural evolução nos costumes com as novas gerações, embora as estruturas tradicionais, reguladoras dos papéis femininos e masculinos, ainda garantissem, salvo raras exceções, a primazia do homem”. (SAMARA, 1983:76).

Na avaliação da realidade baiana dos primeiros anos do século XX, Ferreira Filho (2001:68 e 69) afirma que processos envolvendo mulheres de classe alta e média apareciam em número reduzido. Os limites ao que as mulheres podiam ou não fazer extrapolavam o estatuto jurídico e eram regulados pela opinião pública fortemente impregnada pelo conservadorismo. Nessa conjuntura, até mesmo em famílias consideradas de “modelo conjugal incompleto”, aquelas formadas por mães solteiras, relações de concubinato ou outros, mesmo quando as mulheres arcavam com o sustento das suas famílias, diante da sintomática ausência de parceiros, a figura do pai nunca deixou de ser uma referência forte para um grande número de lares matrifocais baianos. Percebe-se desta maneira que, muitas mulheres administravam o seu espaço com competência, mas ainda assim viam-se pressionadas com cobranças de valores, comportamentos e atitudes que

colocassem em primeiro plano a autoridade masculina, conforme a visão de mundo daquela sociedade fortemente conservadora.

O contexto baiano da mesma época, analisado por Elisabeth Rago (2007: 233), traz resultado coincidente com a opinião de Samara (op. cit.:76), ao dizer que “eram sempre as mulheres que tomavam a iniciativa de pedir o divórcio”, a não ser quando o desfecho era encaminhado por “mútuo consentimento”. Eram iniciativas ousadas visto que contestar a autoridade do homem no casamento era um aspecto de pouca tolerância na tradicional família baiana. No processo de adequação das leis à nova forma de governo instituída com a proclamação da República, foram longas as discussões e poucos os avanços nas questões relacionadas ao casamento civil e às separações conjugais.⁹⁴

Em Caetité, o jornal *A Penna* publicou a matéria “O divórcio”, dizendo entre outras coisas, que felizmente havia caído a proposta no seio da comissão do Código Civil, podendo “a família brasileira, por ora respirar tranqüilizada”. No entanto, admite que, “um dia, talvez não muito remoto, a idéia será desgraçadamente abraçada pela maioria, porque a dissolução dos costumes cresce e a onda avoluma-se e avança”⁹⁵. Este jornal, meio de comunicação mais significativo naquela sociedade, colocava-se contrário à separação conjugal e, como divulgador de idéias naquela sociedade, é possível inferir o peso que exercia na aceitação ou reprovação de idéias. Aliado a isso, some-se a força dos princípios cristãos inculcados sob a forte religiosidade do povo sertanejo.⁹⁶

Assim, as mulheres descontentes com a impossibilidade de constituírem vínculos legais em novas uniões, faziam denúncias tímidas através da imprensa; o tema divórcio não era central nas reivindicações feministas naquele momento e, de certa forma, contentaram-se com a solução do desquite. No Brasil, o movimento feminista à época, assinalava algumas vitórias, se considerarmos que existia o Partido Republicano Feminino⁹⁷, através do qual defendia-se o direito de voto, maior

⁹⁴ O casamento civil passou a ser uma exigência legal após a separação da Igreja e do Estado, mantendo-se o termo divórcio (que já era usado pela Igreja desde o século XVI) para as separações conjugais. As discussões sobre o assunto se prolongaram até entrar em vigor o Código Civil de 1916, quando passou-se a usar a palavra desquite, porém mantendo a mesma tônica: era possível separar os bens, desfazer a sociedade conjugal, mas sem a possibilidade de contrair novo vínculo legal, ou formar uma família legítima.

⁹⁵ Jornal *A Penna*, 14/12/1901, p. 01.

⁹⁶ A Freguesia Santana de Caetité passou a existir em 1754, quando desmembrada de Minas do Rio de Contas e desde então, sempre tutelada por padres e bispos (estes a partir de 1915), e exerceu influência em todo o Alto Sertão Baiano. (SANTOS, 1995: 318 e 340).

⁹⁷ Fundado em 1909 pela Prof. Leolina Daltro e pela poetisa Gilka Machado.

independência para as mulheres no exercício da cidadania, no trabalho e indo além, pregava-se o fim da exploração sexual. Em 1917, essa organização conseguiu realizar uma marcha no Rio de Janeiro, com a participação de 90 mulheres, fato bastante significativo por representar uma contestação à ordem estabelecida. (PINTO, 2003:19).

Em relação à Bahia, segundo Rago, (2007: 225), até o final da segunda década do século XX, não houve um movimento maior em defesa do divórcio, a não ser registros isolados como o da médica Francisca Prager Fróes que defendeu publicamente o divórcio em 1917.

A partir de 1920, o debate sobre essas questões foi se intensificando e agregando vozes de mulheres de todo o Brasil, e as conquistas foram acontecendo, embora a discussão sobre o divórcio só tenha surtido efeito no terceiro quartel do século, quando então foi aprovado.

A tradição cristã com seus rígidos preceitos de moralidade manipulou a sociedade o quanto pode em nome da preservação dos bons costumes burgueses⁹⁸ e por conta disso, muitas mulheres e homens sustentaram o peso de relações conjugais mal resolvidas e mantidas em obediência às normas religiosas. Entretanto, apesar das fortes pressões, as separações continuavam acontecendo, independentemente da aprovação legal e outras uniões eram constituídas na prática através de concubinatos.

Diante dessas considerações, torna-se importante tratar da forma como adultério, uma das principais causas em separações conjugais, foi tratado nas obras de Gumes. Aliás, vale dizer que este tema só encontrou eco em suas produções, quando no combate a todo tipo de transgressão, discorre longamente sobre as mulheres que ficam à espera dos maridos migrantes em suas ausências prolongadas do lar; discorre como deve ser a conduta feminina, que postura adotar, sugerindo que se entreguem ao trabalho honesto, evitando qualquer tipo de ajuda vinda de compadres, amigos ou terceiros que possam redundar em segundas intenções.

Para ilustrar esta conduta reprovável, o autor cita o extremo oposto dos que se deixam levar pelos instintos, como a fala da personagem de um moço rico

⁹⁸São muitos os trabalhos que enfatizam esta questão: Gazolla (1990), volumes 2 e 3;

(Abílio), que tendo estudado algum tempo na capital, manteve contato por três anos com o grande “filósofo paulista”, Júlio Ribeiro, de cujo mestre aprendera lições tidas como verdades incontestáveis sobre as mulheres:

A mulher não passa de um animal de estimação que se afeiçoa a quem melhor lhe satisfaz os apetites. Falhe esse alimento, como também o afago às suas vaidades pueris, o afeto estiola-se, resseca como a planta descurada e não umedecida, para renascer vivaz quando outro desvelado cultor vem em seu auxílio. E, se muitos por ela se desvelam com igual carinho, sabe a hipócrita a todos compensar o cuidado que lhe prestam. [...] o sentimento da mulher é como o ondular das águas ao sabor dos ventos. (1929, v. 2, p. 187).

Através do comportamento do personagem Abílio, Gumes apresentou o pensamento daqueles que adotam valores duvidosos e que estão mais voltados para a satisfação imediata e inseqüente dos seus desejos⁹⁹.

Insiste na situação embaraçosa de mulheres que ficam sem os maridos, pintando com cores fortes o quadro daquelas que optam pela busca de um apoio masculino externo e que, sem conseguir evitar uma relação amorosa, caem na “perdição”; esta, vindo à tona do conhecimento público, lança mau juízo sobre as envolvidas que ficam desvalorizadas e desprezadas aos olhos da sociedade. . Mulher que se preza, sabe resistir ao assédio dos poderosos “D. Juans” como fez Maria, que na ausência do marido, soube respeitá-lo, soube defender a sua própria honra, repelindo o seu agressor (o mesmo personagem) com veemência e autoridade (é certo que com a ajuda dos empregados, aos quais deixou de sobreaviso, já prevendo o ataque). Mulher que se preza não age “ao sabor dos ventos”.

Na sociedade alto sertaneja da Bahia no período focalizado neste trabalho, as mulheres casadas tinham posição e respeito garantidos desde que aparecessem sob o resguardo do marido; essa era a forma mais confortável para aparecerem em público ou para colocarem em prática todas as virtudes inerentes a uma dona de casa, todas as características de feminilidade consideradas naturais ao “belo sexo”. O peso desta condição fazia com que outras formas femininas de viver ficassem depreciadas nas figuras das solteironas e prostitutas.

⁹⁹ Para mais informações, leia-se Silva, Silvane Aparecida da. **Racismo e sexualidade nas representações literárias naturalistas – 1890-1910**. Dissertação de Mestrado em História, sob a orientação da Prof. Maria Odila Leite da Silva Dias. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP, 2008.

Os estudos de Elisabeth Rago (2007:226) mostram-nos que no momento da escrita de Gumes sobre o sertão, lá na capital baiana uma médica de ações aguerridas escrevia artigos jornalísticos em defesa dos direitos das mulheres e denunciava a dominação masculina. Lutava pelos direitos das mulheres e por uma condição de mais igualdade nas relações de gênero no casamento, apontando a necessidade de acabar com a supremacia do homem nas relações conjugais. Defendia que as mulheres trabalhassem em profissões liberais sem prejuízo para a sua responsabilidade de dona de casa e argumentava que quanto mais instruídas as mulheres, melhores decisões saberiam tomar em relação à educação dos filhos. No julgamento desta médica feminista, as mulheres, pela sua elevada formação moral, eram incapazes de praticar o adultério, enquanto que em relação aos homens, era aceitável o “sexo livre” o que os levavam a praticar adultérios com frequência, ferindo a honra de suas esposas. Desta forma, mesmo sendo feminista, a médica Francisca Prager Fróes dizia que as mulheres possuem uma “sexualidade mais moral e mais humana” e que, portanto, cabe ao homem a responsabilidade em preservar o casamento monogâmico, o melhor para moralizar as relações conjugais. Diante do peso da tradição, o movimento feminista da época enfrentava embates até mesmo em suas fileiras, debatendo-se entre o negar ou aceitar uma diferença sexual dita “natural”, dilema este que foi se dissipando com as mudanças dos processos históricos.

Há casos de adultério noticiado n’ *A Penna* que se desdobram em violência e morte como o do “Marido monstro” noticiado n’ *A Penna*: um homem casado que, apaixonando-se por outra mulher, tramou friamente livrar-se da sua esposa e quando esta voltava da roça “com alguns fructos da lavoura”, consegue estrangulá-la com uma corda¹⁰⁰.

Se perseguirmos a cotidianidade sertaneja, vamos encontrar a violência contra as mulheres como desdobramento das traições conjugais e também por outros motivos conforme veremos no item seguinte.

¹⁰⁰ Jornal *A Penna*, 18/05/1917.

2.4. Violências contra mulheres nas evidências do dia-a-dia

Não há como fugir da abordagem sobre violência física contra as mulheres, uma vez que ela está presente nas produções romanescas de maior vulto de João Gumes. Nessas, os registros de violência apareceram ligados às questões de honra familiar ou como resultado das intrigas dos enredos.

Para mostrar resumidamente esse conjunto, lembramos que há dois casos de tentativas de estupro e outro que realmente se efetivou, isto sem contar as alusões que o escritor faz aos abusos sexuais dos patrões e proprietários de terras contra escravas e ex-escravas, que também se configuram como formas de violência. Em todas as situações, os responsáveis foram criticados com veemência e o discurso do autor foi pujante na defesa da “boa moral”¹⁰¹.

Sem ligação com questões amorosas ou de sedução, há dois casos de maus tratos e espancamento na obra do autor: um contra uma escrava forra por fazer intriga contra patrões e quando descoberta foi muito espancada, demorando a se recuperar fisicamente, o que foi concomitante à perda do juízo, seguida de morte; o outro, foi o do filho mau caráter que, se cansando das armações da mãe, voltou-se contra ela de modo grosseiro, deu-lhe um empurrão que resultou em uma queda também seguida de morte; nesse segundo caso, mãe já velha morreu com o agravamento dos ferimentos físicos, aliados à decepção com o seu único filho. Há também o acontecimento (1928) da esposa que recebeu a chicotada desferida pelo marido contra o filho.

A violência contra a mulher é um mal muito comum nas sociedades machistas e trabalhar com este conceito, implica admitir a existência de pontos de vista que vão desde os que a consideram na forma de agressão física (lesões corporais, estupros, etc), até os que a vêem na forma de violência simbólica - esse algo sutil e engenhoso - todas redundando, porém, num reforço às desigualdades entre homens e mulheres. (SOIHET, 2002:270). Na opinião de Grossi (1998:296), esse segundo enfoque ainda carece de uma classificação legal e mais estudos no Brasil que

¹⁰¹Em *Vida Campestre* (1914), o estupro é o eixo de toda a história: a moça pobre e negra foi seviciada por um jovem de camada social alta que não foi punido; o caso transcorreu com muito sigilo, com poucas pessoas envolvidas e afinal, a honra da família ultrajada foi “lavada” por um moço pobre, honesto e trabalhador que mesmo sabendo do fato, se casou por amor com a vitimada. N’ *O Sampauleiro* (1929), houve a investida fracassada do moço rico sobre a esposa só e n’ *Os Analfabetos*, para atingir a honra do pai, o trapaceiro fracassou no ataque à filha do campônio pobre.

cheguem a critérios confiáveis para se lidar com tal problema. Há ainda uma diferença entre agressão (quando, pela possibilidade de revide, não há distinção entre sujeito e vítima) e violência (quando o agredido fica paralisado e impedido de reagir).

Nessa sutileza atribuída ao conceito, poderíamos classificar como “agressão” os dois casos de mulheres vítimas que reagiram aos seus agressores. Entretanto, nos limites deste trabalho, o termo será usado de forma mais ampla, sem se deter necessariamente na complexidade que lhe é própria, mas valorizando a historicidade do conceito e as circunstâncias históricas do período em foco.

Nesse sentido, Soihet (op. cit.: 271), ao analisar a questão, encontrou opiniões divergentes quanto aos lugares da violência; num primeiro exemplo, vem o argumento que os homens de camadas pobres, pelo fato de não exercerem a função de mantenedores própria da cultura dominante, agem impulsionados pelos padrões vigentes, agredindo as mulheres com quem convivem, quando estas deixam de corresponder ao modelo desejado; ou pela necessidade de afirmar a sua autoridade no âmbito privado, quando se sentem desprestigiados no mundo do trabalho ou da política. Um outro ponto de vista, afirma que nas classes médias há maior incidência de agressões físicas que, no entanto, ficam menos perceptíveis diante das muitas outras das classes pobres registradas como casos de polícia.¹⁰² Assim, afirma Soihet (2002: 278) que a violência física é encontrada em todas as classes sociais, o que também se explica no fato de todos os homens (pobres, ricos ou remediados), em geral de cultura machista, considerarem “o corpo da mulher como objeto de sua propriedade”.

Nesse sentido, um ingrediente promotor de ações agressivas dos homens em relação às mulheres é o ciúme motivado por infidelidade, por suspeita de infidelidade ou por enfrentamento entre rivais. Chalhoub (apud Soihet, 2002:270), em seus estudos¹⁰³ sobre o cotidiano dos trabalhadores pobres da população urbana do Rio de Janeiro, afirma que “a violência do homem por questões de amor se exerce com muito mais freqüência contra outros homens do que contra as

¹⁰² A autora está se referindo aos trabalhos de CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986; ENGEL, M. G. *Paixão, crime e relações de gênero. Rio de Janeiro, (1890-1930)*. Topoi: Revista de História (UFRJ), Rio de Janeiro, 7 Letras, v. 01, 2000. STARK, R. e MCEVOY III, J. *Mulheres Espancadas: fenômeno invisível*. São Paulo: Hucitec, 1980.

¹⁰³ CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, Apud SOIHET, Rachel. *O corpo feminino como lugar de violência*. In: Revista Projeto História, São Paulo (25), Dez 2002, p. 270.

mulheres”. Esta modalidade é evidenciada na região no Alto Sertão Baiano como mostram os processos criminais do Arquivo Público Municipal de Caetité:

Processo sumário de culpa -23/06/1912 –Antonio Pereira da Silva fere com faca Virgílio, por causa de mulher de vida livre.

Processo sumário de culpa -27/11/1912- Antonio Caxias da Silva mata com arma de fogo Manoel José Gonçalves.

Processo sumário de culpa - 07/05/1918 - José Correia de Moraes agrediu Antonio Raul dos Santos com cacete por não querer que este entrasse em casa da meretriz Ana Lúcia¹⁰⁴.

Há situações desse mesmo tipo de agressão noticiados no Jornal *A Penna* e muitos deles não passaram pelo crivo da justiça comum, o que ficou evidente pelo volume de processos arquivados.

Conforme já foi dito noutra parte deste trabalho, muitos casos de agressões contra mulheres não eram denunciados ou registrados e, portanto, ficavam circunscritos ao espaço privado; isto se dava pelo temor e vergonha das vítimas em se exporem de forma humilhante aos olhos da sociedade, principalmente nas situações envolvendo mulheres de camadas ricas. Entretanto, é significativo observar que casos de agressões físicas de homens contra mulheres, mulheres contra homens ou até mesmo de mulheres contra mulheres, têm mais visibilidade quando os sujeitos envolvidos são das camadas populares. Há exemplos ilustrando bem esta realidade, como este de um processo sumário de culpa, datado de 20/06/1920, em que Maria dos Anjos, ré, mulher de vida livre, agrediu inesperadamente Paulina Rosa de Jesus, quando esta se encontrava na casa comercial de L. Bias Bastos; e outro de 1921, em que duas mulheres trabalhadoras rurais, se envolveram numa briga porque uma prendeu os bois que eram propriedade da outra e por isso, uma das mulheres de faca em punho, agrediu a filha da outra¹⁰⁵.

Há outros casos em que a vítima buscava providências e não encontrava autoridades disponíveis e dispostas a exercerem a justiça, principalmente em locais da zona rural do Alto Sertão Baiano, ou outros distantes das sedes das autoridades

¹⁰⁴ Acervo do APMC. Processos-crime, Caixa 77.

¹⁰⁵ Em ambos os casos, foi feito o exame de corpo delito e as acusadas foram enquadradas no Art. 303 do Código Penal vigente. Processos-crimes do APMC, Cx 77.

constituídas; é o que se depreende de um anúncio do Jornal A Penna, dizendo que em Caculé¹⁰⁶,

foi seviciada Jesuina Angelica de Jesus com instrumento aviltante que produziu-lhe ferimentos diversos e muitas contusões. Dizem-nos que o autor d'essas é avezado [sic]. A vítima, tendo debalde procurado justiça, lastima não ter sido tomada providencia alguma. É o que nos informam e levamos ao conhecimento do digno sr. Commissario de Policia do Termo¹⁰⁷.

Dois casos de estupro foram noticiados no mesmo dia, 21/03/1902, neste jornal: “Apresentou-se Carolina Maria de Jesus, seviciada por Donario de tal em Umburanas, sendo feito corpo de delicto e rigoroso inquérito”. – “Apresentou-se a menor de 14 anos Adelina Lopes, victima da luxuria de José de Souza, sendo feito corpo de delicto e seguindo-se as demais diligencias”.

Registros de agressões físicas de homens contra mulheres motivadas por questões amorosas, foram encontrados entre os processos cíveis e criminais como o de Firmino José dos Santos acusado de atentar contra sua esposa, sua sogra e uma criança de 3 anos; antes dele ir para São Paulo, “desonrou” a moça e ao voltar, encontrou-a grávida; casou-se com ela no religioso e depois que a criança nasceu, começou a maltratá-la, espancava-a barbaramente, cortando seus cabelos a facão, ferindo o seu corpo com a ponta da faca, queimando-a por diversas vezes com o tição de fogo. Maltratava também a sogra, a criança e era acusado de seduzir várias outras mulheres¹⁰⁸.

Outro caso visto nos processos analisados foi o de Hermelino João de Oliveira, que era casado religiosamente com Maria da Conceição e violentou a própria irmã Marcelina Francisca de Jesus que residia em sua casa; esta ficou grávida e nascendo a criança já morta, ele ocultou o cadáver; a vítima, junto com a avó, escondiam o fato devido às ameaças dele e, de fato, este passou a persegui-las com faca e espingarda depois que o ocorrido veio à tona¹⁰⁹.

¹⁰⁶À época, este lugar era um Distrito de Paz integrado ao município de Caetité, situação mudada em 1919, quando tornou-se município autônomo.

¹⁰⁷Publicado no Jornal *A Penna* de 29/04/1901.

¹⁰⁸Processo sumário de culpa. De 24/08/1911. APMC, Série: Processos –crime, Cx 77.

¹⁰⁹Processo sumário de culpa de 11/02/1926. APMC, Série: Autos-crimes, sub-série: Apelação e crime, Cx 15.

Mais um episódio, este menos violento que os anteriores, o de Antonio da Silva Guedes que foi levado a processo por agressão física à sua mulher e foi condenado de acordo com a lei.¹¹⁰

Ao se considerar a extensão do período analisado, nota-se que foram poucas as denúncias registradas e levadas a julgamento judicial embora todas tenham sido confirmadas pelo exame de corpo delito. A tônica de tais violências contra as mulheres sertanejas prende-se à ilusão machista da mulher objeto ou mulher propriedade; em muitos exemplos, fica evidente a intenção do agressor entendida no estigma da “dominação masculina” que ainda era forte na sociedade sertaneja. Seguem-se dois exemplos:

-José Fogaça de Souza Sobrinho agarrou pelo braço e espancou barbaramente a chicote Claudina Maria de Jesus que estava lavando roupa e “alcançou o seu intento de aviltá-la publicamente”, fazendo-lhe lesões que foram descritas no auto de corpo de delito.

-Antonio de tal, vulgo Antonio de Clara que se dirigiu à residência de Filiciana Rodrigues da Silva para reclamar o pagamento de insignificante quantia e a agrediu com palavras insultuosas; foi em casa pegou o facão e sem mais palavras golpeou-a no rosto, na clavícula esquerda e no antebraço direito¹¹¹.

Atitudes assim, só podem ser entendidas na perspectiva de uma exorbitante dominação por parte dos homens, se não, que outra explicação dar para mais esta notícia de que um homem insultou e deu um “bofetão numa pobre viúva” em Caetité? Mesmo a fonte mostrando da prisão do agressor, percebe-se que isto significa uma gota d’água neste oceano de impropérios que, nessa parte do trabalho, vimos mergulhadas as mulheres e também por saber da falta de justiça para um sem número de vítimas femininas¹¹².

Todos os exemplos colocados aqui, se constituem numa amostra pequena se considerarmos o recorte temporal deste trabalho, no entanto, deixam clara a posição das mulheres enquanto sujeitos históricos, num espaço em que na prática não existia a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Transcorrido mais de um século, a despeito de muita violência e da manutenção dos estereótipos de outrora,

¹¹⁰ Foi enquadrado no art. 38, parágrafo 9 e no art. 303 do Código Penal vigente. Processo sumário de culpa do APMC, Série Processos-crime, Cx 77.

¹¹¹ Estes são Processos sumários de culpa do APMC, Série processos-crime, Cx 77, datados de 03/10/1911 e 04/10/1918 respectivamente; o primeiro foi enquadrado no Art.305 do Código Penal e o segundo, no Art. 304.

¹¹² A cidade a que se refere a notícia a sede do Jornal *A Penna*, em 03/01/1902.

as mulheres estão conseguindo derrubar obstáculos, conquistar e defender os seus direitos. Existe formalmente a Lei Maria da Penha e é desejável a lenta mudança de comportamentos, gestos, atitudes, crenças, etc., que somadas, venham modificar as mentalidades num mundo que se quer justo e inclusivo nas diferenças.

“Violência” e “sexo”, como nos diz Judith Butler (1998:38) não podem cair numa condição de banalização, mas , ao contrário, devem se inscrever como lugares de luta incessante no jogo das relações de dominação para se chegar a uma redefinição de posturas nos embates homem-mulher¹¹³.

¹¹³ Há que se admitir que onde há dominação existe a perspectiva de reação e, remetendo-nos ao que diz Foucault (1979:241): “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”. Nesse sentido, as mulheres se constituem como bons exemplos de resistências contra as ações escusas praticadas por homens.

CAPÍTULO III
MULHERES EM MUITAS VERSÕES:
SUAS ARTES E SEUS OFÍCIOS

Me parece entonces que el lugar de la mujer en la vida social humana no es producto, em sentido directo, de las cosas que hace, sino del significado que adquieren sus actividades a través de la interacción (Michelle Rosaldo).

Depois de considerarmos a riqueza de detalhes do cotidiano sertanejo na literatura de Gumes que, sem dúvida, acrescenta grandes contribuições ao conhecimento do universo em foco, não podemos esquecer que se trata de um homem registrando as singularidades da sua época. Partindo dessa premissa, vale aguçar o olhar em outras direções e trazer visões contemporâneas do feminino paralelas às que aparecem na obra do nosso autor. Vale considerar o cotidiano feminino daquele tempo-espaço, apresentando-o não como “o terreno das rotinas obscuras”, mas como o caminho revelador da “improvisação de papéis informais, novos e de potencialidades de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e luta”. (DIAS, 1995: 14).

Nesse sentido, merece destaque a afirmação de Lúcia Helena de O. Carvalho (1990: 36) para quem “a literatura masculina tem representado o emparedamento da mulher no silêncio; silenciada, ela tenta se fazer ouvir por meio de outras linguagens” e por suas inúmeras ações. Esta é justamente a intenção deste capítulo.

As mulheres supostamente em posição de desvantagem frente ao imaginário instituído pela ordem patriarcal de longa tradição, resistiram a esta ordem vigente e, trilhando caminhos diversos, romperam as cortinas que as cobriam de sombras, inscrevendo-se como sujeitos responsáveis pela sua própria história, aparecendo nas lidas e tensões dos seus grupos de convivência. Tratava-se de árdua e difícil tarefa dado o peso de valores introjetados pela cultura dominante. A história social das mulheres sertanejas documenta verdadeiras batalhas para quebrar a crença de uma ilusória afirmação de sua inferioridade.

Para uma visualização do contexto espaço-temporal que nos interessa, vejamos os discursos analisados por Rago (2009:225), no período entre 1890 a 1930; estes mostram que os positivistas, reportando-se à teoria comtiana, difundiam a idéia de que as mulheres não poderiam lidar com o dinheiro, pois este era objeto público, impuro e portanto, inconveniente nas mãos femininas. Interessava-lhes inculcar o modelo de esposa e mãe compatível com os seus ideais. De outro lado, os discursos médicos asseveravam as fragilidades femininas em relação aos

homens, insistindo na sua inferioridade física, mental e moral. Nos maiores centros, onde as mulheres já engrossavam as fileiras do operariado, as normas de conduta e as formas de vigilância eram severas sobre as mulheres das camadas pobres por serem consideradas mais suscetíveis à corrupção dos costumes e culpadas pela desagregação da família. Entretanto não era motivo para que fossem rechaçadas como mão de obra.

As elites, herdeiras de preconceitos gerados pela escravidão viam com prevenção as mulheres que realizassem qualquer trabalho braçal; nesse caso, estariam sujeitas à perdição moral e eram vistas com reservas. O movimento feminista do início do século, através das suas revistas, defendiam a participação das mulheres no mercado de trabalho. Eram de opinião que o trabalho não traria prejuízos para suas famílias, ao contrário, possibilitaria às mesmas, instrumental para uma ação mais eficiente enquanto esposas, mães e educadoras de seus filhos.

O estudo de Elisabeth Rago (2007:213) sobre a sociedade baiana entre 1836 a 1931, afirma que provavelmente esta forma de pensar, dificultou a aceitação do trabalho das mulheres fora de casa, principalmente para as casadas; era “considerado feio e só aceitável em casos de extrema necessidade”. Na prática, as mulheres sempre trabalhavam, porém algumas camuflavam sua importância como provedoras de suas famílias para não desmerecerem a imagem do marido, formalmente tido pelo Código Civil de 1916 como responsável pela manutenção da família.

Foram árduas as lutas femininas para conquistas de espaços fora do lar, principalmente para conquistarem o exercício de determinadas profissões. O exemplo dos problemas enfrentados pela médica Francisca Prager Fróes, formada em Salvador-Bahia em 1893, desde o seu ingresso na faculdade de Medicina; já existia no Brasil em 1879, a lei de liberação para mulheres freqüentarem o ensino superior, mas ainda assim foi necessário que o seu irmão a acompanhasse durante todo o curso para “protegê-la num meio por vezes extremamente hostil à presença feminina”; e o seu irmão que pretendia estudar engenharia, tornou-se médico junto com a irmã, por imposição do pai. (RAGO, 2007:122).

Conquistar um espaço além do doméstico foi abordado por Marina Maluf (1995: 214) com o argumento de que: “Sob o silêncio das fontes não há ausências, mas uma série de atividades ou trabalhos que, dada a circunstância histórica, exigem intercambialidade dos papéis ditos masculinos e femininos”. Discorrendo

sobre o mito da separação entre o mundo privado, o da casa, “o de dentro” e o mundo público ou “o de fora”, essa historiadora mostra que é irreal a separação entre estes dois mundos, de modo que diante da complexa rede de tessituras do cotidiano em cada família, em cada grupo, em cada contexto era usual a fuga aos modelos prescritos. Toda a carga cultural que lhe foi imposta, não constituiu obstáculo para que as mulheres enfrentassem as necessidades básicas e outras igualmente importantes nas redes de sociabilidade. Este torvelinho de situações e necessidades, exigiu por parte das mulheres e um desempenho tal que as forçou a ocupar posições e cargos antes negados pelas convenções sociais. As mulheres que estariam supostamente confinadas ao isolamento do lar, se vêem atuantes da “porta para fora” ou por contingências ou por serem mesmo indispensáveis e solicitadas a tanto.

3.1. Mulheres “de posses”

Para iniciar esta abordagem, vale citar o importante trabalho de Marina Maluf sobre a trajetória de mulheres abastadas na economia cafeeira, nos primeiros anos do século XX, o qual nos mostra como a imagem cultural do feminino se opunha às formas de ação e de expressão das mulheres fazendeiras de café. Na sociedade paulista, o doméstico era visto como uma “ordem inferior da organização cultural e social”. Nas memórias de Floriza, uma das mulheres do estudo citado, aparecem as relações de trabalho que mantinha com as esposas dos colonos da sua fazenda. Quando essas lhe prestavam serviços domésticos esporádicos, as recompensas eram feitas em gêneros alimentícios, “uma perna de porco, um pedaço de lingüiça”, etc. Para Floriza, o trabalho dessa forma, é visto como “auxílio”, numa conotação diferente do outro praticado pelos homens na lavoura. Explica que, sabendo ser a força de trabalho do colono a somatória do conjunto familiar, preferia assumir muitas tarefas como trabalhar na cozinha, cozinhando para várias pessoas, do que desviar a mão de obra das esposas “ajudantes” nas empreitadas dos seus maridos na lavoura. Assim ela separa as esferas do trabalho como se o da lavoura fosse uma atividade produtiva e o doméstico, uma atividade inferior. Em relação a ela própria, tinha dificuldade em reconhecer que o seu trabalho na fazenda, realizado junto com o marido, era importante no conjunto das produções e lucros da fazenda; Floriza “quase nunca afirma que fazia, mas ajudava a fazer”. (MALUF, 1995:207).

Quanto à realidade do Alto Sertão da Bahia, uma distinção pode ser feita se considerarmos os espaço de vivências e as condições sócio econômicas das mulheres. No mundo urbano, as mulheres de estatuto social dominante podiam se afastar das atividades domésticas por contar com os serviços de outras mulheres na lida da casa; com as pequenas proprietárias do meio rural, nem sempre acontecia da mesma forma e às vezes, eram proprietárias, dona-de-casa e exerciam uma variedade de tarefas que iam desde os cuidados com a família até a supervisão de criação de animais domésticos como porcos, galinhas, etc. Outras vezes supervisionavam atividades da cozinha, costura, bordados, produção de doces, geléias, compotas, pães, biscoitos, sabão, velas. E ainda estavam presentes nas formas de administração financeira dos negócios da família, assumindo mesmo certas tarefas ou exercendo mediações, favorecendo contatos ou apresentando sugestões conforme as circunstâncias. “Afim, aquela não era apenas a sua família. Aquele era também o negócio, a propriedade da qual era sócia”¹¹⁴.

Ainda na realidade alto sertaneja, estudos mostram contornos específicos, dada a circunstâncias outras, principalmente aos tênues limites existentes entre o rural e o urbano. Há registros de mulheres proprietárias que, residindo na cidade, passavam períodos na fazenda, a exemplo do estudo de Marcos Profeta (2009: 123) que afirma: “sem incorrer em exageros, o ir e vir de Celsina Teixeira entre a cidade e a fazenda, amplamente registrado nas correspondências, pode também ser estendido para outras senhoras proprietárias de terras e pertencentes à elite local”. Estas, exercitavam no espaço doméstico inicialmente, as estratégias de negociação e depois iam expandindo-as para outras esferas produtivas das suas propriedades. Quanto ao trabalho doméstico, o mesmo estudo mostra Celsina Teixeira, que como as fazendeiras de café, ela também usufruía da comodidade de ter muitas empregadas, uma para cada tarefa específica; à pagina 38, na tabela de despesas de 1916, constam serviços de lavadeiras, gomadeiras, aguadeiras, jardineiras e cozinheiras, registros de substituição de empregadas, pagamento de seus salários e ainda detalhes de negociação de alguns adiantamentos. Este dado, além de mostrar as peculiaridades da região, informa sobre a presença das mulheres pobres sertanejas no serviço doméstico.

¹¹⁴ Maluf (1995:231).

Gumes, em seus romances, ressalta as responsabilidades mulher proprietária de posses medianas nos labores da fazenda e na direção dos negócios durante as ausências dos maridos; os exemplos de mulheres de condição mais abastada, são apresentadas como símbolo de inoperância na sua deliberada intenção de criticar os favorecidos pela riqueza. Em relação à população pobre da zona rural, as mulheres aparecem trabalhando lado a lado com os homens nos trabalhos da lavoura, além de todas as outras tarefas que realizavam em casa. Veja o exemplo da personagem Catarina que tudo fazia com ajuda das filhas, além de “auxiliarem” também em atividades como o fabrico da farinha e outras. (GUMES, 1914). Ainda sobre o trabalho doméstico, tanto no caso das famílias mais abastadas como nas remediadas, era em geral uma ex-escrava que se ocupava das tarefas caseiras, o que era visto e apresentado pelo nosso autor, com absoluta naturalidade, como se ela, ex-escrava, já estivesse predestinada para as mesmas. Seu enfoque recai sobre o mérito de estarem as ex-escravas sempre disponíveis a fazerem tudo com capricho e asseio. Interessante notar que não aparece nenhuma situação de rebeldia neste tipo de trabalho por parte de empregadas pobres, escravas ou ex-escravas nas tramas de Gumes.

É discutível a passividade e resignação destas trabalhadoras nas relações com os seus patrões; Profeta (2009: 40) levanta a questão dos mecanismos utilizados para que acompanhassem os patrões nas incursões campo-cidade e se readaptassem às tarefas específicas em cada espaço; ressalta que tais mecanismos estariam presos à formas de regulação e de comando, inferindo-se daí, a existência de reações e tensões entre os envolvidos. O historiador mostra justamente o contrário da situação das personagens de Gumes que, em serviços semelhantes, se mostravam mais submissas, pacíficas, disponíveis, dedicadas e cordatas¹¹⁵.

Mulheres que viviam na cidade, sendo pobres ou de posses medianas, improvisavam estratégias para solucionar os problemas que as inquietavam. No Livro de Atas da Fundação da Villa do Príncipe e Sant'Ana de Caetité, verifica-se intervenções femininas junto à administração pública, com solicitações de terrenos

¹¹⁵ À exceção *d'Uma Insurreição de negros*, escrita por João Gumes em 1874, cujo enfoque era uma revolta contra os maus tratos aplicados aos escravos.

para compra ou cessão no caso das chamadas terras devolutas¹¹⁶, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Ações Femininas registradas no Livro de Atas e Petições da Intendência Municipal de Caetité (1898 a 1924)

Data	Requerentes	Tipo de Solicitação	Resultado
11/01/1898	Uma mulher e seus dependentes	100 m ² de terreno para edificar moradia	Concedido
17/05/1898	Uma mulher	50 m ² para edificar moradia	Concedido
11/05/1900	Uma mulher	450 m de terreno devoluto para edificação	Concedido mediante pagamento de 9\$000 réis
13/02/1912	Uma mulher	Terra devoluta para edificar uma casa	Deferido em local diferente da solicitação
04/07/1914	Uma mulher	Terra devoluta para construção de casa	Deferido
06/03/1915	Uma mulher declaradamente pobre	Regularização do terreno (25m ²) de sua casa, ameaçada de demolição	Concessão mediante pagamento
01/07/1911	Uma mulher	Terreno devoluto para edificar uma casa (30m ²)	Concedido
03/02/1915	Uma mulher	25m ² de terreno para uma casa e 50 m para um quintal	Concedido
23/02/1920	Uma viúva em "extrema pobreza"	80m ² para edificar uma casa	Concessão em local diferente do pedido
06/08/1924	Uma mulher	Compra de uma posse- 5m de frente e 30m de lado	Concedido

Fonte: Livro da fundação da Villa do Príncipe e Sant'Anna de Caetité do APMC, Fundo: Intendência Municipal, Série: Atas.

¹¹⁶A partir da Lei de Terras de 1850, mudaram-se as regras para a aquisição de terras no Brasil; este assunto demandaria uma longa análise sobre o contexto dessas mudanças, o que foge ao objeto deste trabalho. Para esclarecer, o Art. 3º desta lei define 4 casos de terras devolutas, sendo o parágrafo 4º o que se aplica aos casos acima citados: "§ 4º - As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal forem legitimadas por esta lei". Em novembro de 1987, um decreto-lei buscou atualizar a questão das terras devolutas. Informações do site: www.soleis.adv.br, em 05/10/2010. Para informações sobre o tema leia-se: Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. Edusp, São Paulo, 1992. Carvalho, José Murilo. *Teatro de Sombras. A Política Imperial*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1980.

Três destas petições de 1898 fazem solicitações de terreno “no alto que segue para o Cemitério Municipal” ou nas suas imediações, ou seja, uma área da periferia da cidade, do que se depreende que eram mulheres de baixa renda. Algumas já declaram no seu pedido, a intenção de pagar o que for de direito, como este datado de 11/05/1900:

Diz Candida Maria de Jesus que, existindo entre sua morada e a de Antonio Ladislau dos Santos na rua 15 de novembro um terreno devoluto, como queira n'elle edificar, vem requerer-vos licença para isso, sendo medidos os metros quadrados, dado o preciso alinhamento e feito tudo que determina a lei, sujeitando-se a supplicante aos direitos e emulmentos. (Assinado por Candida Maria de Jesus, João Antonio de Cerqueira).

Depois de passar por várias instâncias, vem o despacho do Coronel Intendente José Antonio Rodrigues Lima, dizendo que o terreno é mesmo devoluto; a concessão é feita pelo Procurador Fiscal nas seguintes condições:

[...] concede o terreno pedido para ser feita a edificação pretendida, continuando a municipalidade a ser proprietária do solo para todos os efeitos, por fazer parte do seu patrimônio que é inalienável, podendo cobrar dom quando isso por ella seja estabelecido. A presente concessão só produzirá efeito depois de pago o que prescrever o orçamento em vigor e feito isso seja esta apresentada ao alinhador para que este dê o alinhamento. Si no prazo de um ano, a contar d'esta data não estiver feita a edificação, fica caduca a presente concessão, em que haja direito de receber dos cofres municipais o que houver pago¹¹⁷.

Por esses dados, podemos ver como eram complicadas as transações burocráticas envolvendo tais pedidos. E estes não eram poucos, considerando que o Brasil inteiro estava às voltas com a regulamentação da posse de terras depois da Lei de 1850. As regras eram rígidas; a requerente neste último caso, pagou 9\$000 por 450 metros de terreno, para uma posse que não era definitiva e estava sujeita a novas cobranças, se assim fosse determinado pela “legítima proprietária”. A requerente – analfabeta - tinha prazo para efetivar a construção, e não sendo cumprida essa exigência, arriscava-se a perder a concessão.

¹¹⁷ Ambas as citações são do mesmo processo: Petição e despachos pertencentes a Candida Maria de Jesus. Fonte do APMC, Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria da Intendência. Série: Atas. Livro nº 1, Fl. 39.

Muitas mulheres pobres tendo construído suas casas em terreno do município, nas tais terras devolutas, ficavam ameaçadas de perdê-las, se não buscassem a regulamentação junto aos órgãos competentes. Este é o caso de Percília Maria de Jesus que solicita 25m² e propõe pagar o que for justo para não perder a sua casa, conforme a petição abaixo:

[...]o Procurador do Município ameaça a supplicante de fazer a demolição da referida casinha, só então vindo ao conhecimento della supplicante que era indispensável requerer e obter a concessão. E, como a supplicante seja (?) pobre e com grande dificuldade pode conseguir as madeiras e o município (?) da edificação, sendo portanto, para ella uma calamidade ver-se privada do seu rancho e, ainda mais em grande prejuízo¹¹⁸.

Percebe-se que havia uma fiscalização sobre as concessões de terrenos e um controle severo para ver se as contempladas cumpriram os prazos e as determinações estabelecidas. Em virtude disso, algumas petições já incluíam pedidos de prazos maiores do que um ano, para evitar um desfecho indesejado.

As solicitações eram feitas às autoridades municipais, porém um caso em especial, foi dirigido ao bispo da diocese, porque pretendia terra próxima ao antigo cemitério de São Benedito¹¹⁹. Este pedido foi feito por Maria da Conceição Carvalho, viúva de Antônio Borges de Carvalho, com o seguinte teor:

[...] tenho necessidade de construir uma casinha onde se abrigue com seus filhinhos e achando-se em extrema pobreza, vem com o devido respeito requerer de Vossa Reverendíssima ou digne conceder uma posse que se circunscreva em quadro 80 m.(...) fazendo esquina junto ao antigo cemitério de São Benedito (...) pede bastante prazo para começar e terminar a construção, attendendo ao seu estado de indigência e que por isso mesmo seja dispensado o sello estadual desta para o despacho, como permite a lei¹²⁰.

Interessante notar, nesse exemplo, é que a terra pretendida não era devoluta e sim de propriedade da diocese; esta concedeu outro terreno em área próxima que foi aceita pela solicitante. Observa-se que a maioria dos pedidos refere-se a terrenos

¹¹⁸ Idem ao anterior, fls 64v a 65v. Data: 06/03/1915

¹¹⁹ Como reflexo da Proclamação da República, os cemitérios foram secularizados, e foi encontrado no Livro de Registro de Posturas da Câmara Municipal de Caetité, o Regulamento provisório do Cemitério Municipal de Caetité, datado de 01/10/1890. APMC. Fundo: Câmara Municipal. Série: Registro de Posturas, Cx 04, Mç 04.

¹²⁰ APMC. Livro nº 01, Fundo: Intendência Municipal; Grupo: Secretaria da Intendência; Série: Atas, registro nº 77, fl. 72. Data: 23/02/1920.

da zona urbana, sendo um apenas para “edificar de uma casinha no lugar denominado Cocho”, na zona rural.

Voltando em direção às obras de Gumes, encontramos *n’O Sampauleiro* (v. 2, 1929) questões envolvendo posse de terra recebida por herança e ocupação indevida por falso amigo. A referência aqui recai sobre uma das personagens centrais, Maria da Conceição, ludibriada na ausência do marido. Nos outros romances, este assunto não vem à tona.

Todo o quadro apresentado sobre posse de terras e as ações femininas, mostram um lado importante do cotidiano dessas mulheres e exemplos concretos dos caminhos que trilharam e das soluções que buscaram diante das circunstâncias do seu existir.

3.2. Mulheres em suas estratégias de sobrevivência

Casadas, unidas a um homem de forma legal ou não, viúvas ou mesmo solteiras, as mulheres das camadas menos favorecidas participavam da renda familiar, mostrando-se prontas para uma infinidade de tarefas e ofícios. Aponta-nos Maria Odila Dias (1995:58), que estas “Mulheres bravas, tinham de exercer a arte de inventar e de ‘ajeitar as cousas do dia-a dia’. Era uma relação vital de mágica de improvisação de papéis informais, sem os quais não teriam como subsistir”. Inventivas e criativas buscavam freqüentar locais propícios à oferta do seu trabalho, locais, onde pudessem tratar pequenos serviços de lavadeiras, arrumadeiras ou outros esporádicos em ocasiões festivas ou ocasiões especiais¹²¹.

Para entender o que pensavam os preconceituosos das elites, vale ouvir a afirmação de Rago (2009: 226):

Não há dúvida de que no imaginário das elites, o trabalho braçal feminino foi sempre assimilado à corrupção moral. Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a empregada doméstica, a doceira, até a florista e a

¹²¹ Em Caetité, era uma opção também lavar e passar roupas para muitos estudantes que vinham residir na cidade enquanto realizavam os seus estudos. Nos pensionatos, que não eram poucos, trabalhavam como cozinheiras e arrumadeiras. A Dissertação de Joseni Reis, defendida na FAE/UFMG em 2010, sobre as *Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928)*, informa à página 44 sobre registros de alunos da Escola de Primeiras Letras do pai de João Gumes, entre 1853 e 1868, que “funcionava em forma de internato e externato.[...] Os alunos filhos da elite econômica da região, residiam nas fazendas e nas vilas e deveriam ficar internos na escola”.

artista, as várias profissões femininas foram sempre estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição.

A despeito desta forma de pensar e sem levar em conta tais preconceitos, a realidade concreta colocou os agentes históricos femininos na ciranda da sobrevivência, advindo daí a criatividade para estarem no mundo.

O serviço doméstico que ainda hoje é uma das principais categorias de emprego para as brasileiras pobres, principalmente nas regiões interioranas, era à época, uma solução de subsistência. Do exemplo apontado acima sobre a tabela de despesas de Celsina Teixeira, são interessantes as notas sobre adiantamentos de salários para suas empregadas, uma prova de que este universo feminino vivia no limite das suas possibilidades de sobrevivência. Este é um dado significativo por trazer concretamente o trabalho destas mulheres, via de regra desvalorizado e mal remunerado; não há como não reconhecer a importância deste trabalho; ele está diretamente ligado às formas de emancipação de mulheres de outros extratos sociais, que ao conquistarem novos espaços fora do lar, nem de longe poderiam contar com a ajuda masculina nas atividades domésticas. Se observarmos as condições deste mesmo tipo de trabalho hoje, vemos que a despeito das mudanças ocorridas a uma distância de mais de cem anos e da existência de uma legislação reguladora de tais condições, ainda vamos encontrar passagens de empregadores e empregadoras que não as respeitam e continuam explorando esta mão de obra.

As mulheres se faziam aguerridas quotidianamente, compatibilizando mais de uma atividade em suas lidas. Nas cidades, nos diz Dias (1995: 234):

As lavadeiras, além de passar e engomar, alternavam seu ofício com o de costureiras, pois muitas também consertavam roupas, que devolviam perfumadas com jasmim, esponja ou outras ervas naturais. 'Vive de suas costuras e vendas' ou 'vive de lavar e costurar' eram ofícios que se alternavam com freqüência.

Os novos estudos historiográficos sobre o alto sertão baiano tem corroborado nessa perspectiva de trazer à luz processos históricos povoados por novos sujeitos, por agentes históricos que ficaram obscurecidos por longo período, a exemplo do silêncio e das ausências a que ficaram relegadas as mulheres. Estudos de gênero vêm elucidar os novos significados do feminino e do masculino naquela região.

Essas contribuições caminham no sentido de desconstruir estereótipos correntes sobre o Nordeste, sobre o sertão, sobre as mulheres e outros.

Trabalhos de memorialistas, registros em jornais e outros documentos complementam o esforço de pesquisadores que perseguem objetivos claros na busca de novas vozes e novos sujeitos.

Para ir na contramão desta ausência das mulheres nos registros dos processos históricos, vamos perseguindo, como na afirmação de Dias (1995:26) “todo um caleidoscópio de pequenas referências esparsas, pingando em profusão das mais disparatadas fontes” para buscarmos perceber a presença destes agentes históricos na sociedade da época. E assim, eis que nos vem às claras de forma contundente, a força de trabalho de uma e mais mulheres como as que aparecem nesta notícia de jornal:

No dia 20 do corrente um ladrão audacíssimo penetrou à noite a casa de D. Maria Julia, **honesto viuva que occupa-se em lavar, engommar e trabalhar em costuras em companhia de mais irmãs e mais familia** e la furtou toda a roupa que (?) pertecente a diversas famílias d'esta Cidade¹²².

Aqui aparece a verdadeira arte da improvisação: lavar, engomar, costurar, tão comum às lidas das que buscam superar e vencer os embates pela sobrevivência. Percebe-se que os serviços destas costureiras tinham grande valor na comunidade, uma vez que atendiam as necessidades de muitas famílias.

Nos trabalhos de memorialistas, reservadas as especificidades do tratamento dado a tais fontes, e reconhecendo que às vezes estão imbuídos dos “sentimentos e angústias” dos seus autores, é possível vislumbrar aspectos significativos do cotidiano das mulheres no contexto em foco. Assim, diz-nos Áurea Silva¹²³ sobre sua tutora que, mesmo solteira, foi capaz de criar vários filhos adotados com o seu ofício de costureira, trabalho este que se intensificava por ocasião de festejos (religiosos ou não), deslocando-se até para outra localidade em época de festas para aumentar as suas rendas:

A madrinha Maria Júlia era exímia costureira, tirando do seu trabalho o necessário à manutenção da pequena família. Já criara duas moças: uma

¹²² Jornal *A Penna*, 30/05/1902.

¹²³ Áurea Costa Silva nasceu em 1904, viveu toda a sua juventude em Caetité e publicou *Luz entre os roseirais* em 1992; está dito na apresentação do livro que “trata-se de história real nos seus menores detalhes”(p.7).

delas, Fausta, casara-se e logo enviuvara. Criara o Alberto, a minha mãe e Otaviano e a Ilidiana, que tinha tanto jeito para enfermeira que sempre era solicitada para auxiliar nos socorros médicos, meiga alegre e prendada. A própria Maria Júlia não se casara, mas vivia contente com sua vida entre a religião, a caridade e o trabalho. [...] Éramos uma família unida e feliz. (SILVA, 1992:34).

Essa citação nos informa sobre a existência de uma mulher enfermeira, além de nos mostrar a versatilidade de Maria Júlia, que se fazia realizada enquanto pessoa pela sua participação em atividades caritativas e religiosas. Assim diz-nos Silva (op. cit.:51), sobre as viagens que faziam a Brejinho das Ametistas em época de festas, buscando aumentar suas rendas: “Sempre íamos um mês antes da festa, porque ela, como costureira, ganhava sempre um bom dinheiro e a vila era muito animada naquelas ocasiões”.

Há outros exemplos de costureiras ou modistas trazidas por Santos (1995:160), como o de D. Nazinha, “modista enquanto os muitos filhos permitiram, mulher de valor e de coragem, que governava toda a família” e que, além disso, foi atuante por longos anos nos serviços de caridade.

Fora das épocas de festas, depreende-se que não faltava trabalho para as costureiras, uma vez que também confeccionavam as roupas simples de brim para “o diário” dos homens, conforme registro de Neves (1986: 46). As roupas masculinas de domingo e de festas eram de casemira, paletós de alpaca, feitos por alfaiates que disputavam este mercado de trabalho com as mulheres.

Nos meios mais abastados, era de praxe que as mulheres soubessem costurar e bordar - já fazia parte da sua educação – porém, quando realizavam tais atividades, só o faziam para atender à demanda da própria família. O Jornal *A Penna* trazia anúncios de lojas da cidade sede (Caetité) que vendiam as últimas novidades em tecidos e enfeites para esta arte, como se pode ver neste anúncio de 17/03/1921: “Figurinos deste mez, franceses e nacionais para modistas acompanhados ou não de riquíssimos moldes, vestidos última moda feitos sob encomenda, camisas bordadas finas para senhoras, acaba de receber do Rio de Janeiro”. Informes assim, além de outros intercâmbios feitos com comerciantes, aguçavam o desejo de consumo das mais vaidosas. Marcos Profeta (2009:35) comenta sobre uma carta de 1906, trocada entre duas senhoras de posses, com encomenda de compras de “setim branco, veludo preto e bico de boa qualidade”,

que deveria ir de Caetité para Monte Alto, visto que, nessa cidade, tais produtos não eram encontrados, ou não agradavam ou tinham os preços mais elevados.

Os reflexos da divulgação da moda em jornais e revistas femininas foi analisado por Bonadio no estudo feito sobre as mulheres das elites e das classes médias paulistanas entre 1913 e 1929. Segundo esta autora (2002:247), os convites para visitas às vitrines e aos salões de chá e de beleza para conhecerem as novidades da moda, trouxeram novos espaços de sociabilidade feminina. Assim, estas publicidades contribuíram para ampliar a relação da mulher com o espaço público e ainda trazer-lhes as facilidades de roupas mais práticas, mais confortáveis que faziam diferença na mobilidade do corpo.

O ampliar sociabilidades e conquistar espaços públicos acarretavam maiores cuidados com a aparência no mundo feminino. A roupa funcionava como uma “carteira de identidade” diante dos olhares atentos, nestes espaços onde a forma como as pessoas se apresentavam servia para integrá-las e diferenciá-las em grupos distintos.

Entrementes, vale considerar que o vestuário, segundo Bonadio (2002:250) “é uma fabricação, um produto que carrega consigo significações”, o que pode ser visto nos detalhes que caracterizam a moda em cada estação; neste sentido, a imagem feminina é o espelho de uma representação construída por um discurso daquele momento. As mulheres podem aderir ou não a este discurso e neste particular entra o papel da costureira que com a sua arte, deverá assimilar, quebrar, enfim, fazer adaptações às novas tendências. As costureiras, segundo uma nota de Bonadio (op. cit: 257), eram detentoras de poder sobre o corpo de suas clientes, uma vez que buscavam mecanismos para realçar ou esconder algumas partes, conforme as singularidades de cada corpo.

Mulheres de camadas sociais mais abastadas, ao saírem às ruas para compras ou visitas, eram “vistas e ouvidas” o que lhes davam um reconhecimento imediato nos espaços públicos. Desta forma, “moda, publicidade e consumo (aqui entendidas como indissociáveis) teriam sido, portanto, no período considerado, importantes linhas a costurar a mulher no espaço público”¹²⁴.

Registros de memorialistas a exemplo de Gumes (1974:78), deixam entrever que as mulheres abastadas se esmeravam nas vestimentas e se “apresentavam na

¹²⁴ Bonadio, comentando Hannah Arendt sobre esta exposição pública da mulher que traz à tona sentimentos e identidades antes escondidas no espaço privado do lar (2002: 251).

sua melhor forma; as damas ricas, ostentando as suas jóias caras e antigas que ressaltavam dos colos empoados ou dos vestidos de seda pura, ricamente confeccionados”. E continuando a sua descrição, informa sobre a sua tia Dulcininha que “era bela, moça, dinâmica, organizada e econômica, boa administradora, prática e excelente dona de casa. Tinha um bom gosto em se vestir que chamava a atenção. Era distinta e charmosa. Gostava de freqüentar a alta sociedade, onde se fazia, sempre, muito estimada” (op. cit.: 80).

Já no final do século XIX, as mulheres caetiteenses se faziam presentes nas apresentações teatrais, nas suas melhores indumentárias que incluíam o uso de chapéus grandes e enfeitados; estes chegavam a atrapalhar a visão dos espectadores e eram motivo de reclamações dos responsáveis pelos espetáculos¹²⁵. Interessante notar que quando as mulheres começaram a fazer parte dos elencos teatrais, vestiam-se com tanto esmero, usando jóias e outros acessórios independentemente de representarem personagens da elite, ricas ou escravas e pobres, como na citação de Neves (1986:28): “Não se caracterizavam, contudo de acordo com o papel que representavam. Em resguardo da responsabilidade apresentavam-se luxuosamente trajadas, com jóias, fossem uma condessa ou uma doméstica”¹²⁶.

Na região alto-sertaneja, nas cidades e povoados, vê-se que havia um cuidado especial com a forma de se vestir e a população se comportava entre adotar o que estivesse na moda, mas evitando exageros que pudessem escandalizar a sociedade. Na coluna “Meu cantinho” do Jornal *A Penna* eram publicadas matérias com o título: “As modas indecorosas”, fazendo severas críticas contra “certas modas”; a igreja cerrou fileiras em crescente campanha contra os excessos da moda e publicou as determinações feitas pela Igreja Católica na arquidiocese em Fortaleza:

Não serão ministrados mais alli, efetivamente, quaisquer dos sacramentos
– às pessoas do sexo feminino que se apresentarem com os vestidos

¹²⁵ O Jornal *A Penna* de 05/07/1987, traz na Coluna Intermezzo uma piada sobre o uso dos chapéus no teatro, que é citada por Reis (2010:56).

¹²⁶ Conta-nos ainda Neves (op. cit.:27, que antes das mulheres poderem atuar no teatro em Caetité, “as moças eram resguardadas com severos cuidados. Não podiam, portanto, serem expostas a críticas irreverentes. Assim não podiam subir ao palco; não havia, pois, atrizes, somente atores. E como fazer com os papéis femininos? Eram cumpridos por rapazinhos, em trajes adequados. Entretanto não usavam vestidos que pudessem ser reconhecidos como pertencentes a qualquer moça da sociedade; seria falta de respeito. A dificuldade era controlada, com freqüência, tomando-se por empréstimo, vestidos de prostitutas, cujos nomes nada tinham a perder”.

demasiadamente curtos, collados ao corpo, transparentes e mangas curtas acima do cotovelo e decotados em excesso. Nesses trajes, não poderão também servir de madrinhas de batismo, nem chrisma, nem tomar parte das reuniões das associações pias e irmandades, quer façam essas reuniões nas igrejas, quer em salões externos destinados a esse fim. Ou a cearense moraliza as suas modas ou, então, não casa e se casar só no civil, o filho lhe morre pagão¹²⁷.

Disso pode-se inferir que em Caetité não era diferente diante da força e prestígio que os preceitos religiosos tinham sobre a cidade, mais notadamente a Igreja Católica, que por intermédio dos bispos e padres tinha influência sobre uma vasta região. Já até falamos noutra item sobre os efeitos das saias curtas. Sabe-se entretanto, que mesmo nos dias atuais existem restrições da igreja para determinados tipos de roupas em suas dependências.

Entretanto, na opinião de Silva (1932:231), a moda acabava se impondo “nos cortes de cabelo, nas saias e mangas curtas, na demasia dos decotes, em uma palavra, nessa nudez mal velada que não a recomenda o decoro, mas aceita pela uso generalisou-se conquistando as sympathias da elite. Disso podemos inferir que, sendo este universo preferencialmente feminino, havia versões para diferentes gostos.

Nos romances de Gumes, percebe-se que ele não colocou muita ênfase na forma de vestir os seus personagens, ele preferiu descrever com minúcias as características do caráter e do “ser” dos seus personagens. Em *Vida Campestre* (1914:12 e 17), há uma alusão ao Major Alexandrino que “pelo traje e apurada toilette que se lhe notava, via-se logo que se tratava de um cavalheiro arrolado pelas convenções sociais na classe aristocrática do país” e uma sobre a esposa deste que ao receber uma visita estava “trajando um dos seus melhores vestidos, com um fino lenço de cambraia cingindo-lhe a cabeça”. As filhas do proprietário pobre do Sítio do Maracujá, portavam-se como “duas vênus nubianas, reluzentes no seu negrume, de garofina encarapinhada, ensebada e tratada aos domingos, e resguardada durante o trabalho por um largo lenço de ramagens e florões berrantes para que o penteado não se desfizesse”.

O uso do lenço na cabeça era “moda” na zona rural (local desta trama) tanto para as pobres quanto para as ricas, porém a diferença estava no tipo do lenço e na forma de uso, sendo que as primeiras usavam-no para proteger o penteado e os

¹²⁷ Jornal *A Penna*, 12/03/1925.

cabelos durante o trabalho. Silva (1932:230) registrou que “as mulheres simples no viver, usam no pittoresco dos seus vestidos de cores berrantes, deselegantes e escorridos, o chale (sic) atirado com negligencia aos ombros, attenuando assim a monotomia das vestes quase redusidas ás saias e camisas”.

Falando ainda sobre a evolução da moda feminina nos primeiros anos do século XX, Bonadio (2002: 257) nos traz a informação de que nos anos 20 deste século, ocorreu uma mudança notável no estilo das vestimentas: “os vestidos de corte reto com saias que variavam entre as canelas e os joelhos e cintura baixa pouco marcada”, traziam novas silhuetas para as mulheres, naquele momento em que se lançavam na conquista de outros espaços.

As mulheres sertanejas eram firmes trabalhadoras na “pequena indústria local e privativa” como a do fabrico de farinha de mandioca já mencionado. O tear e o fuso de herança colonial, eram encontrados nas regiões sertanejas; “eram toscos teares de madeira” onde se faziam “tecidos de algodão branco, riscados para calças, cobertores, baixeiros” e tinham toda utilidade nas roupas e costumes da região, numa época em que os hábitos de consumo eram moderados e não havia muitas facilidades no intercâmbio de produtos similares. Com a roca e o fuso encontrados por todo o município, fabricava-se o fio utilizado na fabricação de redes e tecidos. Rendas de almofadas e bordados compunham o conjunto desses trabalhos, produtos que levados ao mercado não encontravam preços favoráveis ao incentivo e valorização da mão de obra utilizada. Essa era “toda uma indústria caseira, primitiva, entregue às mulheres, sendo para lamentar que, a título de animação, não encontrem tais produtos melhor aceitação”. (SILVA, 1932:171).

Fazer queijos e requeijões, fazer sabão, confeccionar vassouras artesanais, utensílios de barro e tantas outras pequenas manufaturas, eram realizadas pela mão de obra feminina.

Se a mulher pode viver de “suas costuras e suas vendas”, cabe-nos a pergunta: que mulheres tinham as vendas como meio de “ganhar a vida” na região em foco? É necessário perseguir um “caleidoscópico de pequenas referências esparsas, pingando em profusão das mais disparatadas fontes”, para encontrar a presença feminina na sociedade da época, mas sabendo-se não ser possível captá-la em toda a inteireza das suas formas participação (DIAS, 1995:26).

Em estudo recente na área de educação, Reis (2010:47) encontrou esta informação sobre uma escola da segunda metade do século XIX: “as compras feitas

no armazém de D. Maria Theodora, lugar em que se adquiriam os mais diversificados gêneros de consumo, como açúcar, arroz, rapadura, dicionário, código criminal, sapatos envernizados e outros”. Vê-se que esta vendedora era bastante eclética e ousada, reunindo em seu estabelecimento gêneros variados; não só vendia produtos da região como outros que chegavam de lugares distantes, os livros por exemplo.

Havia lojas e armazéns na cidade e pode-se dizer que a mão de obra feminina era aproveitada nestes espaços; uma oferta de emprego para mulher foi publicada duas vezes no mês de fevereiro e uma no mês seguinte e o chamamento se fez nestes termos:

“EMPREGADA PARA LOJA – Precisa-se de uma que saiba lêr para praticar um mez somente e entrar como empregada, tomando conta da secção de armarinhos. Quem pretender (homem não serve) queira dirigir-se a Loja Caprichosa” (*A Penna*, 14/02/1918). Não se sabe se a vaga foi preenchida porém, pela repetição do anúncio, pode-se dizer que demorou algum tempo pra que alguém se habilitasse à mesma; disso vale dizer que as pessoas dos meios sociais que mais precisam de empregos são as que menos têm acesso à leitura de jornais e às notícias veiculadas.

Notícias muito esparsas foram reunidas do jornal *A Penna*, para se conseguir visualizar as mulheres em alguns trabalhos da zona urbana. É interessante a que faz propaganda de uma pensão intitulada “Pensão Moderna” e os argumentos utilizados para convencer as pessoas a se hospedarem lá, não eram as condições e o conforto dos aposentos, mas sim a reputação da dona: “uma senhora muito distinta, de muito respeito, muita consideração pelas pessoas da alta sociedade” (*A Penna*, 20/06/1898).

Em 1917, quando da passagem de um circo pela cidade, o jornal noticiava o trabalho de suas artistas:

Em todos os espectáculos a senhorita Xiquinha Spinelli, quer em trabalhos sobre o tapete, quer em trapézio simples; quer no trapézio duplo, trabalhou correctamente com sua irmãzinha mostrando grande robustez e agilidade e que, como discípula, acompanha perfeitamente os passos de seu mestre e progenitor. Uma artista incipiente, a Sra. Josepha, so trabalhou no terceiro espectáculo, exhibindo exercícios de escamotagens (*A Penna*, 18/05/1917).

No trapézio ou na arte de fazer mágicas, as mulheres eram a atração do circo e encantavam pela agilidade, beleza e disciplina.

Mulheres que queriam anunciar e fazer propaganda de seus ofícios utilizavam o jornal para repetidas mensagens, divulgando venda de livros e almanaques, encadernação de livros e pinturas de santos, como estas da mesma pessoa:

- (Anuncio)-Francisca P. Montenegro Encaderna livros de qualquer espécie (*A Penna*, 26/09/1918).
- (Anuncio) Francisca Pinto Montenegro – Tem sempre a venda excellentes livros, Almanaks, etc. Por modicos preços. Vendas somente a dinheiro. (*A Penna*, 29/01/1920)
- (Anúncio) Francisca Pinto Montenegro, residente nesta cidade à rua Aquidaban, communica ás pessoas interessadas que encarna imagens, e pinta bandeiras com santos (17/05/1923).

Numa época em que as regras de consumo eram diferentes das de hoje, os livros deveriam ser bem conservados e, se estragassem, havia a profissão de encadernadora para recuperá-los e aumentar a durabilidade.

Para trazer mais dados desta presença feminina nos espaços em estudo, buscou-se escarafunchar os relatos de memorialistas, fazendo emergir as situações em que as ações destes sujeitos históricos estão postas. E assim as mulheres são encontradas nas seguintes situações:

- Ajudando nos ensaios “demorados e fastidiosos” dos dramas e outras apresentações para os festejos do Dois de Julho, importante festa cívica de Caetité (GUMES, 1974:77).
- Nos bailes, “moças bem prendadas”, sustentando a música para as danças na execução de bandolins, com acompanhamentos masculinos ao violão. (NEVES, 1986:25).
- Na organização de bailados pastoris ou ternos de reis à época do Natal; era a D. Zeferina de “talento invulgar” e sua filha Brasília, “musicista, exímia tocadora de bandolim e uma bela voz de contralto” (Silva, 1992: 47).

O objetivo aqui é mostrar, a partir das narrativas do cotidiano dos grupos sociais, as vozes destes agentes históricos para além das corriqueiras práticas que lhes eram atribuídas.

Reinventando os espaços sociais que lhes foram prescritos, as mulheres colocavam seu tempo e suas energias nas várias atividades que enfrentavam e

realizavam, desafiando de forma sutil ou não, as tais normas sociais e assim iam escrevendo muitas histórias e ampliando os seus espaços de ação.

3.3. Mulheres na educação

Acreditar na educação como um caminho possível para se corrigir as mazelas da vida social, foi uma premissa que permeou o pensamento de muitos intelectuais desde a virada do século XIX e primeiros anos do século XX; este corpo de idéias, não se configurou como um movimento isoladamente brasileiro, mas ao contrário, manifestava-se desde o Velho ao Novo Mundo e em estreitas ligações com projetos mais amplos relacionados às noções de progresso.

João Gumes, o nosso autor, foi contemporâneo dos debates da intelectualidade brasileira nos anos 20 do século passado¹²⁸; tais debates giravam em torno de críticas das condições sociais, políticas e econômicas do país, surgindo daí contestações e propostas ousadas com vistas à modernização do país; no bojo dessas discussões, entra em evidência a dimensão pedagógica de tais problemas, onde estavam inscritos os dilemas da instrução pública e a necessidade de ampliação do ensino como requisitos básicos para o desenvolvimento da nação, para se atingir o “ideal de civilização” (LAHUERTA, 1997:107).

Para Gumes, a educação... Ah! A educação! Esta sim era uma grande convicção, um caminho viável para a melhoria das condições de vida das populações sertanejas. Esta era uma das suas bandeiras de luta. Nesse enfoque, escreveu *Os Analphabetos* (1928) em que trata da valorização do saber ler e escrever como uma das prerrogativas favoráveis ao desenvolvimento da sua região. Para ressaltar as atividades educativas nessa trama ele inseriu as mulheres, ou melhor dizendo, a professora Alice, mas com um perfil próprio às mulheres da época, conforme foi mostrado na segunda parte deste trabalho. Em várias outras situações de suas tramas e principalmente escrevendo sobre escravas e ex-escravas, ou sertanejos que abandonavam o sertão, recorreu a educação como o

¹²⁸ Vale citar aqui o grande educador baiano que conviveu com Gumes: Anísio Teixeira, também caetiteense, ao assumir cargo de chefia na Instrução Pública da Bahia, muito concorreu para impulsionar a educação em sua terra natal.

mecanismo necessário para correção de todos os desvios, aspectos estes que já foram amplamente discutidos.

Interessa-nos portanto, voltar a nossa análise para a realidade da região alto sertaneja, vista sob outro ângulo: em que medida a educação estava incluindo as mulheres e quais os reflexos disso no cotidiano do mundo feminino.

Se recuarmos o nosso olhar no tempo, vemos que em Caetité houve convergência de fatores que lhe facultaram uma posição privilegiada em relação à educação. São significativos os dados apresentados por Reis (2010: 45) do período entre 1853 a 1868 de uma Escola Particular de Primeiras Letras, constando um total de 36 alunas e 241 alunos matriculados; podemos entender que é uma realidade desanimadora diante da desproporção dos números num período de 15 anos. Na tabela apresentada, vemos que em alguns anos não houve matrícula de mulheres e que em nenhum deles o número de mulheres ultrapassou o de homens; nos anos de maior aproximação tivemos 10 mulheres e 18 homens¹²⁹. Mas esta era apenas uma das escolas. Na virada do século, havia as seguintes escolas primárias em Caetité: uma masculina, uma feminina e em 1910, foi criada a primeira escola municipal mista.

Se olharmos numa dimensão estadual, as estatísticas mostram que um número reduzido de moças desta época conseguiu ingressar nos cursos secundários e superiores, a exemplo do Ginásio da Bahia; só a partir da década de 1920 é que este número foi aumentando, mas ainda assim predominando uma maioria de homens; mesmo em desvantagem, as estatísticas desta década mostram que 20% das mulheres baianas sabiam ler e escrever¹³⁰. Os dados de 1927 sobre Caetité, apresentados por Silva (1932: 180 e 181) mostram que havia no município 15 escolas primárias mantidas pelo Estado, sendo 4 masculinas, 4 femininas e 7 mistas, cujas matrículas totalizavam 591 alunos e 576 alunas. Com estes dados, podemos ver que o ensino ia se estendendo pouco a pouco a maiores parcelas da população.

Além do ensino primário, havia outras instituições educativas que ministravam o Ensino Complementar ou Secundário no início do século XX em Caetité. A Escola Americana para moças e rapazes e o Colégio São Luis Gonzaga para rapazes,

¹²⁹ À época havia as Escolas Régias e até uma cadeira de Latim que funcionou entre 1838 a 1860, conforme Santos (1995:48). Para mais informações leia-se Reis (2010).

¹³⁰ Rago, op. cit. p.211.

sendo que ambos funcionaram entre 1912 a 1925¹³¹. Havia ainda o Colégio Imaculada Conceição, só para moças, em sistema de internato e externato, dirigido por freiras e funcionou de 1919 a 1925 (SANTOS: 1995:70 e 71). A partir de 1927, a Escola Normal de Caetité, “distribuía” o ensino secundário na cidade e neste ano, foram matriculados 408 alunos da seguinte forma: na Escola Normal – 1º ano: 13 alunos (apenas um do sexo masculino); 2º ano: 11; Curso fundamental – 1º e 2º anos: 34; escolas anexas – sexo masculino 31, sexo feminino 37, jardim infantil: 29; escolas reunidas (4 classes) 198; escola noturna: 52. Aqui, as moças ultrapassam o número dos rapazes no conjunto das escolas anexas¹³².

A educação destinada às meninas e jovens deveria corresponder ao modelo da burguesia européia já arraigado ao imaginário social e portanto, deveria constar do domínio das prendas domésticas, o que por si só era considerado como uma boa formação; assim, durante muito tempo o nível de formação das jovens limitou-se a conhecimentos elementares de leitura e escrita, julgando-se desnecessário aprofundar em outros estudos e investir numa educação mais completa. Para as moças das camadas mais favorecidas, a ênfase recaía nos princípios morais e religiosos, bem como na aprendizagem da rotina de uma casa; recebiam ainda, uma complementação com aulas de piano ou de língua francesa, geralmente ministradas em suas próprias casas por professores particulares.

Quem eram as professoras que ministravam o ensino primário? Em Caetité, temos o exemplo de D. Jovina Margarida da Trindade, a qual na apresentação de Santos (1995:63) sobre “mestres do passado”, teria-se diplomado em Salvador em 1897, veio pra Caetité em 1900, onde lecionou por 27 anos. Em 1911 foi removida por razões políticas, prática comum de uma política clientelista; não aceitou a decisão da remoção de braços cruzados: continuou na cidade e fundou uma escola mista pra crianças de 6 a 9 anos, a princípio mantida por ela e que depois passou

¹³¹ O Colégio São Luis Gonzaga funcionava em sistema de externato e internato, sendo que o número de alunos internos superava o dos externos porque muitos eram os que vinham de suas residências em fazendas e várias outras localidades da região.

¹³² Dados apresentados por Silva, 1932:181; nota-se que o jardim infantil faz parte destes números, talvez por não ser considerado parte integrante do chamado Ensino Primário; é bom lembrar também que a estrutura dos níveis de ensino e suas denominações passaram por sucessivas mudanças em seus processos de reforma. A 2ª Escola Normal tinha o curso normal de 4 anos e o curso fundamental de 2 anos necessários para o ingresso no anterior. O Ensino Público no Estado da Bahia, pela Lei 1.846 (14/08/1925) compreendia: 1º- o ensino infantil; 2º-o primário elementar; 3º- o ensino primário superior; 4º-o ensino complementar; 5º- o ensino normal; 6º- o ensino secundário; 7º o ensino profissional; 8º- o ensino especial. Para mais informações leia-se Sousa, Ione Celeste Jesus de. Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana: 1925 a 1945, Bahia. Dissertação de Mestrado, PUC SP, 1999.

para os encargos da Intendência; pediu reconsideração com argumentos de que o ato de sua remoção era “injusto e ilegal” e depois de 3 anos tomou posse na cadeira masculina de uma das quatro escolas elementares da cidade, na qual permaneceu até a sua aposentadoria. Assim ela demonstrou reconhecer as suas qualidades e aceitação que tinha na sua comunidade e, o que foi mais importante, desmascarou a prática da perseguição política que era tão acintosa àquela época. Sua capacidade é revelada também no seu trabalho caritativo desenvolvido junto à Associação de Caridade (de que falaremos adiante), onde ajudou a fundar uma Caixa Escolar para atender crianças pobres com livros e fardamento escolar. Trajetórias como esta, estão carregadas de talento e competência para as lutas do cotidiano, embora se mostrem afinadas aos princípios mais gerais da educação e no que tange ao tratamento dado às moças, os valores transmitidos primam por não fugir ao convencional. Mas, devemos admitir, que nem tudo acontece como as prescrições normativas e, assim, o mundo feminino vai se iluminando, ainda que de forma tênue e trazendo perspectivas de mudança.

Já dissemos da posição de Caetité, encravada no alto sertão baiano, a agregar avanços na área da educação em virtude das vicissitudes políticas da virada do século XX e primeiras décadas deste, que lhe valeram duas Escolas Normais. A 1ª de duração efêmera (1896 a 1903) – só pra lembrar: três turmas, 22 professoras – tinha no seu quadro docente apenas uma mulher para o ensino de Prendas Domésticas, enquanto havia oito professores homens para as demais disciplinas. No quadro administrativo havia uma censora e uma porteira¹³³.

Voltando à dinâmica do cotidiano, vejamos as investidas de uma professora diplomada na 1ª turma dessa Escola Normal e que teve a sua idade alterada em 2 anos a mais para conseguir matrícula: D. Maria Theodolina Neves Lobão; lecionou um ano no distrito de Ibiassucê e retornando à Caetité, assumiu a Escola Municipal Mista que depois se transformou em Escola Estadual. Aposentou-se após 33 anos de docência e, como nos diz Santos (1995:69), “competindo com colegas mais jovens e recém formados, nunca perdeu o entusiasmo, a eficiência e a fé no futuro de seus alunos”. Na sua vida pessoal, enviuvou-se jovem quando o seu filho mais velho tinha 7 anos e com um ainda por nascer; não contraiu segundas núpcias e

¹³³ Estas e outras informações sobre a Escola Normal de Caetité são encontradas nos seguintes autores: Santos (1995); Gumes (1974); Mendes (1996); Silva (1932); os dados são apresentados aqui no enfoque da presença feminina em tais espaços.

assumiu sozinha o ônus da família composta por 5 filhos e mais dois órfãos que criou. Nos seus planos de melhoria de vida, adquiriu uma casa com amplo terreno e como responsável pelo imóvel, teve que trabalhar duro e fazer muitas mudanças; precisou consertar os estragos, limpou e removeu entulhos, transformando, recuperando, enfim, procurando dar mais conforto àquela moradia:

A propriedade era grande e requeria trabalhos variados de manutenção: limpar mangas, consertar cercas, tirar parasitas de árvores, manter o terreno capinado..... Essa contínua atividade fez com que seu ânimo enrijecesse e que se dedicasse com mais responsabilidade o ser chefe de família e regente de uma classe superlotada, onde os pais faziam questão de que ela “tomasse conta do seu filho, pois só com ela aprenderia” (GUMES, 1974: 105 e 106)¹³⁴.

Nessa trajetória vemos a luta de uma mulher que, como tantas outras incógnitas, soube escrever uma história de mérito.

Com a segunda Escola Normal funcionando em condição mais estável, novos reflexos se fizeram sentir sobre o mundo feminino. Segundo Santos¹³⁵, o costume sertanejo de levar moças pra se casarem em São Paulo foi modificado, pois o casamento não era mais “o único amparo para moças pobres” nem solução para alguns assuntos difíceis de resolver, agora já existiam outras possibilidades de emprego trazidas pela nova escola.

Segundo Rago (2007:111), devido aos discursos restritivos da virada para o século XX, nem sempre foi aceita a idéia de que o magistério era apropriado às mulheres; colocavam sob suspeita e risco a sua capacidade intelectual e não achavam sensato que a elas fosse atribuída a tarefa de educar crianças. Entretanto, outros não se alinhavam a este pensamento e incentivavam-nas a escolherem esta profissão; estudando nos cursos de magistério, estariam se formando para serem “mães de família”, além de educadoras. E mais, “abria caminho para aquelas que desejassem realização profissional ou alçar vôos mais altos”. Aliás, não foram

¹³⁴ Além das informações de Santos(1995), há o livro de memórias de Marieta Lobão Gumes, *Caetité e o clã dos Neves*, filha de Theodolina, publicado em 1974.

¹³⁵ Santos (1995:20). Conta-nos mais, que “em Paramirim, um chefe de família respeitável e acatado, viu-se às voltas com a incompreensão de uma neta, que ‘tinha se perdido’ com um passante. Em meio ao clamor familiar, não perdeu a cabeça: mandou fazer roupa de luto e levou a menina – tão jovem e já viúva! – para viver com parentes em São Paulo, onde ela se arrumou muito bem, para tranqüilidade geral”.

poucas as que fizeram primeiro o curso de magistério, para depois buscarem o ingresso nos estudos de medicina ou outras profissões¹³⁶.

No quadro docente da segunda Escola Normal estavam quatro professoras com as disciplinas: Geografia Geral e do Brasil, Desenho, Educação Física e Prendas Domésticas; havia cinco professores homens completando este quadro. No curso fundamental havia três mulheres professoras e um professor. Nas Escolas Anexas, uma professora para a classe do sexo feminino e no Jardim de Infância também uma professora. Muitos professores vieram de Salvador ou de outras cidades como Mucugê, Cachoeira e Jacaraci. No quadro administrativo havia uma secretária e duas censoras, dentre outros funcionários homens. Nota-se com estes dados, a presença feminina crescente neste importante setor da sociedade.

O aspecto da cidade mudou depois da Escola Normal; a concorrência para entrar nessa escola era enorme e “os candidatos choviam de todos os municípios”, e Gumes (1974:118) nos diz mais:

A vida social tornou-se intensa com os novos elementos que vieram integrar o professorado movimentaram a pacata cidade. Foram abertos os tradicionais salões para saraus muito animados, banquetes onde os cristais brilhavam à luz de lustres belíssimos que refletiam os irisados cambiantes. As danças prolongavam-se noite a dentro e a distinção era a tônica da sociedade caetiteense.

Aumentaram as oportunidades de emprego para muitas jovens, a exemplo de Antônia Augusta que ficando viúva, praticamente sem recursos, encaminhou todos os filhos para a Escola Normal, onde quase todos se diplomaram e seguiram carreiras diversas, trazendo-lhe retorno e grande melhoria de vida a cada geração¹³⁷.

As mulheres foram se firmando nestes espaços da educação; vinham moças de longe para estudarem em Caetité e depois de formadas eram disputadas ou para ensinarem nos seus locais de origem ou em outros já que recebiam vários convites para atuarem como professoras. Muitas submetiam-se aos concursos promovidos pelo Estado, mesmo com todas as exigências prescritas para o cargo; nessas

¹³⁶ Mott (2000: 44), apud Rago, (2007:11).

¹³⁷ Santos (1995:134)

situações precisavam apresentar atestado de idoneidade moral dado pelo juiz e de moral religiosa dado pelo padre¹³⁸.

Uma das professoras do primeiro quadro docente dessa escola, a Professora Helena Lima Santos, assumindo a Disciplina Geografia Geral e do Brasil, lecionou de 1926 até aposentar-se em 1964 e além do seu talento como educadora, presenteou-nos com o livro de memórias *Caetité – Pequenina e Ilustre*; ao tratar da valorização humana que decorreu do ensino normal, ela afirma na apresentação da segunda edição do seu livro (1995), que em certa época o slogan da cidade era: “Caetité exporta professores”.

Professoras eram valorizadas e respeitadas socialmente, tratadas com deferência, o que se pode ver nesta notícia do Jornal *A Penna*:

Nosso aniversario – Por motivo do nosso aniversario, tivemos a honra de receber em nossas oficinas no dia 5 do corrente: A Exm^a. Sr.^a D. Jovina M. da Trindade Novaes, digníssima professora estadual do sexo feminino d’esta Cidade. Sua Excellencia veio acompanhada de todas as suas alunnas felicitar-nos por facto que tanto nos rejubila”.

A educação destinada às mulheres, portanto, se prendia aos valores da mentalidade nacionalista republicana de construtoras da pátria, pautando-se em sólidas bases morais e “buscando prepará-las para as tarefas mais difíceis” da vida, principalmente enquanto mães e esposas; mas, ao mesmo tempo, era uma educação que lhes traziam oportunidades de absorção de outros tantos conhecimentos e isto lhes facultavam capacidades criativas e de improvisação de papéis tanto dentro de casa quanto em outros espaços de sociabilidade¹³⁹.

¹³⁸Sousa (1999:42) com base no edital publicado no Diário Oficial, mostra-nos as condições exigidas em tais concursos: “Concurso para provimento das Escolas de 1^a, 2^a e 3^a Classes do Interior do Estado. Quanto às nomeações para a 3^a classe: 6^o - Não se poderá inscrever o professor que: a) tiver perdido emprego federal, estadual ou municipal em virtude de sentença judiciária; b) houver sofrido condenação por crime contra a vida ou propriedade, moralidade ou os bons costumes ou que estiver sendo processado por delicto dessa natureza; d) que tiver exercido ou exercer profissões ilícitas, ou como taes consideradas pela opinião pública”.

¹³⁹ Maluf, (1995:228).

3.4. Mulheres em múltiplos espaços de sociabilidade

Sobre a atuação das mulheres na filantropia e atividades caritativas, comecemos com esta notícia :

Uma grandiosa kermesse – No dia primeiro do próximo mez de Setembro, realizar-se há no Mercado publico, importante Kermesse, em beneficio d'uma obra (?). (...) A 1 hora da tarde será inaugurada a kermesse aos sons maviosos da philarmonica “Lyra caetiteense” que sob a batuta do inteligente maestro Guilhermino Dantas, executará bellissimos dobrados, marchas e ouvertunes [sic] do seu inexgotavel repertorio. Fazem parte da comissão as Exmas. Senhoras: D. Amália Moreira Cunha, Jovina Trindade Novaes, Maria Clementina Moreira Silveira, Sonida Ledo e gentis senhoritas: Alice Rodrigues Lima, Algezira turisco, Beatriz Rodrigues Lima, Evangelina Teixeira, Elisa Castro, Guiomar Silva, Hercília Teixeira, Isolina Silveira, Jacynta Borba Silva, Julieta Cardoso, Nicodema Souza, Ianule (?) Silveira. Todas essas Exmas. Senhoras e Senhoritas pedem ainda uma vez, o comparecimento generoso e fidalgo do povo caetiteense para o bom êxito da kermesse de 1º de Setembro que, estamos certos, há de constituir um facto notabillissimo no nosso meio social¹⁴⁰.

Uma quermesse para angariar recursos para uma obra beneficente, com uma comissão organizadora formada por quatro senhoras e doze moças, é um dado significativo da presença das mulheres na vida social de Caetité. Outras notícias semelhantes informam a freqüente ocorrência de ações beneficentes, sendo a culminância de tanto empenho, a fundação da Associação das Senhoras de Caridade de Caetité, em 1919. O estudo de Marcos Profeta *Mulheres e Poder no Alto Sertão Baiano*, aponta a participação de Celsina Teixeira¹⁴¹, uma mulher de elite à frente do empreendimento, além de outras mulheres da mesma família e suas articulações políticas, porém, nota-se que houve uma adesão de mulheres de outros estratos sociais; professoras e pessoas da comunidade que, mesmo não possuindo grandes posses, fizeram-se presentes com os seus trabalhos voluntários. Numa reunião só de mulheres, deu-se a fundação, da qual consta uma ata com dezessete assinaturas; o estatuto bem escrito e bem organizado, incluía entre seus objetivos: visitar doentes pobres em seus domicílios, manter assistência aos órfãos, desvalidos e inutilizados. As atividades iam se ampliando conforme as necessidades fossem surgindo e assim, é possível encontrar uma pluralidade de ações e decisões tomadas em suas regulares reuniões mensais, tais como: promoção de trabalho

¹⁴⁰Jornal *A Penna*, 15/08/1918.

¹⁴¹Entre 1919 e 1976 quando faleceu, esteve quase a todo o tempo na diretoria da associação, conforme livro da ASCC, publicado em agosto de 2010.

para moças pobres, buscar descontos em farmácias para facilitar a aquisição de remédios para os doentes, buscar serviço voluntário de médicos, deixar cofres nas lojas para angariar fundos, montar uma dispensa para distribuir alimentos para pobres pedintes, além das campanhas feitas em quermesses, jogos, apresentações teatrais, rifas, etc¹⁴².

Enumerar tantas atividades realizadas, mostra o intenso trabalho da associação, a disponibilidade, criatividade e capacidade de luta das mulheres que compunham os seus quadros. Pode-se ver na Tabela 3, o número de associados por ano de entrada.

Tabela 3 - Número de Associados da ASCC no período de 1919 a 1930¹⁴³

Ano	Nº de Associadas
1919	45
1920	04
1921	01
1922	11
1923	-
1924	24
1925	08
1926	02
1927	03
1928	06
1929	14
1930	12

Fonte: Livro de Registro de Associados – Secretaria da ASCC

A partir de 1924, aparece o primeiro associado homem, um padre de uma cidade da região e daí em diante aparecem muitos homens inscritos. Constam sete

¹⁴² Dados obtidos na Secretaria da ASCC: no Livro de Atas, Livro de registro das associadas e no Estatuto. Este foi sofrendo modificações no sentido de trazer melhores condições de atendimento; na ata de 03/04/1921, foram criadas duas novas categorias de sócios: os que pagavam uma quantia mensal de 500 réis e outra de sócias e sócios honorários para pessoas de fora que só pagariam 24\$000 só na entrada.

¹⁴³ Fonte: Livro de registro de associados, Secretaria da ASCC. Período: 1919 a 1959. Os registros são minuciosos, incluindo nome, residência, data de admissão e data de saída; (neste caso, indica o motivo).

associadas sem data de entrada. Conforme aparece no relatório publicado em 2010, por ser a associação conduzida só por mulheres, significava à época da sua criação, uma incursão feminina no mundo público, onde desempenhavam muitas funções, tinham contatos com comerciantes, recolhiam pessoas das ruas, “denunciavam o pouco auxílio dos poderes públicos”, cobravam direitos junto às autoridades e inventavam saídas para os problemas concretos. Eram relações de integração, buscando incluir os homens como sócios benfeitores.

Estudos atuais vêm trazer novas luzes sobre o sentido da participação feminina em atividades filantrópicas como uma área nova que as mulheres abriam para participar da vida pública, enquanto a política lhes era interdita. Maria Lúcia Mott, estudando as participações femininas na Cruzada Pro Infância em São Paulo, chegou a conclusões que apontam para novos desdobramentos dessas atividades; as envolvidas tinham projetos maiores como por exemplo, o combate à mortalidade infantil, entendido como um dever patriótico; muitas assumiam a luta quando ainda solteiras e já com profissões estabelecidas. O estudo de entidades benemerentes do início do século XX pode trazer novos significados para a participação das mulheres educadas das camadas médias e das elites. Outro ganho foi com relação à maternidade que no pensamento dos mais ilustrados dentre as elites republicanas, deixava de ser vista como uma “função individual, restrita à família, para ser uma função social”¹⁴⁴, de esteio da nação.

Observando o caso da Associação das Senhoras de Caridade de Caetité em comparação com as afirmações citadas, verifica-se segundo a notícia colocada no início deste item, que a maioria das envolvidas na quermesse eram solteiras; já nos quadros definitivos da associação, havia solteira e viúvas atuando com grande desempenho. Nesse sentido, Santos (1995:203), conta-nos da participação de Celsídia, a qual, solteira, trabalhou na associação por quarenta anos, foi a 1ª diretora do asilo dos velhos, num trabalho de assistência social sem remuneração, ao lado de Celsina Teixeira e aí terminou os seus dias tratada com carinhoso reconhecimento. Doou parte da sua herança à associação.

É certo que as mais influentes faziam suas articulações políticas, mas todas se empenhavam igualmente em cooptar a participação dos homens como

¹⁴⁴ MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cad. Pagu* [online]. 2001 n.16 [citado 2010-10-09], pp.199-234 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>.

coadjuvantes, mas mantendo visível autonomia. Outra diferença que se impõe, é que as associações beneméritas do início do século XX não estavam mais presas às lideranças religiosas, principalmente padres e isso foi relevante para deixar as mulheres mais livres em suas ações.

Havia outras formas de assistência além da ASCC entre as quais devemos assinalar o exemplo de uma mulher professora, Beatriz Rodrigues Lima Hofmam, pela postura adotada em relação aos seus alunos, relata Santos (op. cit.:66); como professora primária aceitava com o mesmo interesse o filho do pobre e do rico, aboliu castigos físicos da sua classe; 5 anos antes de se aposentar, criou uma escola só para crianças pobres, recusando as crianças de posses. Nesta atendia em dois turnos; tinha muitos alunos e chegava a pagar por sua conta auxiliares normalistas ou mesmo professores, para ajudar-lhe a atender os mais pobres e desprotegidos.

Na coluna “Sociais” do Jornal *A Penna*, a matéria com o título: “Dependendo da caridade” assinada por uma mulher de nome Gabi, enfatiza a necessidade de se organizar mais campanhas beneficentes e termina assim: “Façamos alguma coisa pelo nosso hospital, pela ‘Caixa Escolar’, pela educação dos nossos filhos nas fileiras do escoteirismo, a nós mulheres, deve caber essa tarefa do coração”. Esta colaboradora do jornal em 1928 estava sempre atenta às questões do mundo feminino, a exemplo das severas críticas feitas à medicina da época por deixar morrer uma mulher: “A sciencia humana capitulou diante da modalidade do caso. A vida de u’a mulher esvaiu-se, quando ainda podia alentar muitas vidas. A humanidade inteira fica a depender da mulher e Ella é a heroína da geração, dando-se as suas forças, aniquilando-se em holocausto pela *perennis humanitate*”. Mesmo expressando-se com esta visão idealizada de feminino, era uma voz reclamando mais responsabilidade com a saúde.

3.5. Mulheres sertanejas nas práticas de saúde

A mulher que se esvaiu quando ainda podia alentar muitas vidas, teria morrido durante o parto? As limitações da notícia não nos permitem uma resposta, porém, falando de saúde, cabe-nos fazer uma incursão neste terreno, apontando os diferentes saberes femininos na arte de fazer chás e remédios caseiros, numa época

em que era grande a escassez de médicos. Na zona rural, se o caso de saúde fosse muito urgente era necessário apelar para os conhecimentos das entendidas no preparo dos mais variados unguentos para salvar vidas. Quanto a isso, podemos ver nos romances de Gumes situações exemplares de curas com estes tipos de remédios. Em *Vida Campestre* (1914:91), a personagem Catarina – aquela do Sítio do Maracujá – dava uma de curandeira e entendida de “mezinhas” e quando solicitada pelo marido a socorrer o rapaz que estava doente, fez seu diagnóstico: “o rapaz tinha apanhado um ramo de estupor por ter saído de repente da beira da fogueira para o ar frio. A velha aplicou-lhe logo um suadouro fazendo mil recomendações quanto ao resguardo e dieta”; ou então dizia que o motivo foi ele ter saído “de súbito da cama para o relento”. O certo é que o tratamento aplicado deu resultados e o rapaz se curou.

A substituição dos tratamentos caseiros praticados pelas mulheres, por outros prescritos por médicos formados se deu com dificuldades e de forma lenta a partir do início do século XX; até pessoas esclarecidas e de posses, em momentos de apuros recorrem às receitas populares como paliativos até a chegada ao médico. As mulheres, sabendo das aflições que as acometem quando da doença dos filhos ou pessoas da família, esmeram-se no cultivo de plantas com propriedades medicinais que poderão ser utilizadas em chás e outros preparos no socorro às doenças dos mais próximos¹⁴⁵.

Esse socorro vinha da sabedoria popular que ia sendo transmitida no “boca a boca” e as mulheres na dianteira realizavam procedimentos como: envolver alguém com queimaduras em folhas de bananeira ou de couve que dava alívio e evitava infecção; ou, fazer ingerir uma dose de óleo de rícino como vermífugo, são alguns exemplos encontrados nos livros de memórias sobre a região. Deve-se assinalar contudo, que volta e meia via-se uma prática que fugia à racionalidade e muitas delas estavam presas às tradicionais crenças populares que resistiram longamente à substituição dos avanços da medicina¹⁴⁶.

Na região alto-sertaneja da Bahia, há registros de que as mulheres morriam de parto prematuramente por falta de assistência médica. Era corrente nessas

¹⁴⁵ Maluf, (1995), no capítulo “As raízes da sobrevivência” discorre sobre as práticas de mulheres de elite, no estado de São Paulo, nestes saberes medicinais e suas formas de atender aos problemas de saúde mais comuns em suas fazendas.

¹⁴⁶ Neves (op. cit.:22 e 23) e cita mais esta curiosidade: “Enedina, nossa vizinha, tratava de sua amigdalite com gargarejos de um cosimento de lagartixa” (Imaginem!).

situações a presença da parteira, muito mais que de médicos; os bebês nasciam em casa e não nos hospitais. Nas memórias de Neves (1986: 22) podemos ver como eram as práticas de saúde na sua infância, no início do século XX:

[...] os partos eram atendidos em casa, ou pela preta Damiana ou pela velha Siá Clemência... O puerpério exigia muitos cuidados, repouso prolongado ao leito, um resguardo que se estendia por 40 dias. A comida da recém parida havia de ser temperada com cominho. E não podia faltar ao fim da refeição, um cálice de Água Inglesa Portuguesa de Ribeiro da Costa. (...) Um vinho quinado, pois a quina estimula a contração uterina. (...).

Disso se vê que as parteiras eram extremamente necessárias, tornavam-se queridas e respeitadas por toda a comunidade. Quando morreu a preta Damiana, o jornal publicou:

Quem não conhecia nesta Cidade a comadre Damiana Monteiro, boa e paciente, querida por todas as famílias d'esta Cidade, desde as mais humildes ás mais altamente collocadas? Solícita ao chamado de quem quer que fosse, a qualquer hora do dia ou da noite, nunca deixou de dispensar os seus serviços ás parturientes. Todos nós a estimávamos e nella depositávamos inteira confiança pela sua discricção, desvelo, com que assistia as senhoras na sua deliverance e por dias seguidos, em muitas casas se encarregava dos primeiros cuidados que exigia o recém-nascido¹⁴⁷.

A parteira prestava os seus serviços para mulheres de todas as classes e esta situação perdurou por muito tempo. Os estudos mostram que até o início do século XX, o parto era realizado na casa das gestantes, ficando, nesse caso, os hospitais somente para as pessoas indigentes ou “desqualificadas socialmente”. A partir de 1930 é que as maternidades passaram a ser mais procuradas devido aos apelos discursivos dos médicos nas recomendações a partos mais seguros para as mães e bebês. Nos anos 20, os médicos, quando solicitados para partos em domicílio, reclamavam das dificuldades encontradas, principalmente nos meios pobres; disso se depreende que as parteiras continuaram realizando os seus trabalhos ainda por muito tempo. A construção de mais maternidades, aliadas aos progressos técnico-científicos foram fatores que levaram muito lentamente à substituição das formas de assistência aos partos¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Jornal *A Penna*, 29/09/1921.

¹⁴⁸ Mott, Maria Lúcia. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830 – 1960). Revista Projeto História, PUC-SP, 2002. Neste estudo que inclui a Bahia(p.200), há a informação de que no final do século XIX, um médico reclamava a ausência de maternidades e as condições de formação dos

Recorrer a hospitais para trabalhos de partos nas décadas iniciais do século XX, envolveu muitas discussões contraditórias: alguns diziam ser exagero a mulher ficar hospitalizada vários dias, ausente da família, deixando outros filhos às vezes sem os cuidados de alguém responsável, os maridos sozinhos, tudo isso poderia desestabilizar o “edifício doméstico”; os hospitais deveriam servir para as muito pobres, cuja habitação não facultasse as mínimas condições de higiene, ou aquelas pobres demais que necessitassem de repouso durante a gravidez ou ainda, àquelas que precisassem manter segredo sobre o estado de gravidez¹⁴⁹. As mudanças a estas formas de pensar foram acontecendo pouco a pouco e demandou muito trabalho dos discursos feministas até que viessem conquistas representativas de ganho para o mundo feminino.

Até nas regiões brasileiras mais desenvolvidas, a substituição das “eficientes mezinhas caseiras” feitas e aplicadas pelas mulheres, para os remédios e tratamentos da medicina, foi lenta e progressiva; demorou para que houvesse uma interiorização dos conhecimentos dos médicos formados em escolas convencionais. À época, havia um movimento em que a medicina caseira e a científica conviviam e se debatiam cotidianamente¹⁵⁰.

Através do jornal *A Penna* vemos que havia médicas formadas em Caetité em 1920 e esta ao prestar atendimento a uma senhora de posses, recebeu elogios conforme vemos na notícia: “Promptamente socorrida pela Exma. Sra. Doutora D. Odília Teixeira, hábil clinica, acha se felizmente isenta de perigo, pelo que apresentamos lhe, bem como a seu digníssimo esposo e á illustre clinica as nossas felicitações”. No entanto, fatos como este não eram comuns. Observe-se ainda, a indicação do nome da médica atrelada ao nome do marido.

Em 1927, segundo Silva (1932:197), a cidade já tinha um serviço público de assistência à saúde como o Posto de Hygiene Municipal, inaugurado naquele ano para atender gratuitamente os pobres. Havia uma ou outra clínica privada. Se considerarmos a região do Alto Sertão da Bahia, com todos os seus descompassos em relação a outros lugares do Brasil, temos a admitir que, fazer chegar uma ótima

estudantes; a prática sobre partos era realizada numa manequim “que mais provocava risos do que se prestava à necessária formação”

¹⁴⁹ Mott, (2002:205).

¹⁵⁰ Maluf (1995:251). Segundo Neves (1986:22) que se fez médico e viveu sua juventude na região em estudo, os médicos do interior naquele tempo, em face de casos obstétricos complicados, recorriam a consultas feitas por telegramas aos médicos da capital, o que demorava dias para vir a solução.

assistência médica a sua população, com infra estrutura e números de médicos suficientes, é tarefa que ainda está por se completar.

Apresentar em minúcias todo o aparato das questões ligadas à saúde do município e da região foge aos objetivos deste trabalho, cuja intenção, neste item, limita-se à identificação do feminino nos lugares da saúde. Procuramos mostrar em todos os itens deste capítulo, as ações e participações femininas em suas múltiplas formas, articulando os modos como aparecem nas tramas literárias de Gumes com as percepções ligadas a outros registros, na perspectiva de fazer aparecer outras redes de tessituras femininas.

Considerações finais

O desenvolvimento deste trabalho prendeu-se à perspectiva de análise das relações de gênero no Alto Sertão Baiano a partir dos registros literários de João Antônio dos Santos Gumes, em contraposição a outros documentos num movimento de incorporação de olhares diversos sobre tais relações e, da junção dos dois, ampliar a visibilidade do mundo feminino nas décadas iniciais do século XX.

No percurso desta pesquisa, a necessidade de historicizar os romances de Gumes levou ao estudo dos lugares em que viveu e como estavam aí inscritas as suas ações e participações sociais, seus grupos de convívio e as principais demandas do seu cotidiano, para daí buscar entender o seu mundo de escritor. Para se chegar ao panorama desejado, foi preciso incursionar pelas formas de viver em Caetité, à época desejada, cidade natal do nosso autor, do que resultou o descortinar de uma sociedade diferenciada de outras no seu entorno devido à convergência de atividades que ali se encontravam e davam-lhe um tom de centro cultural, econômico e político naquelas paragens do sertão baiano.

As singularidades de um mundo pós-abolicionista nos seus mecanismos de re-arrumação das questões postas no momento foram aflorando para deixar ver os espaços ocupados por ex-escravos e pobres livres, homens e mulheres buscando formas de inserção no trabalho. No conjunto das relações, os grandes e pequenos proprietários abriram-se para outras formas de convivência das quais resultaram muitos arranjos e negociações nas novas formas do viver.

A insistência de Gumes em retratar as condições sócio-econômicas do Alto Sertão Baiano, focalizando o vai-e-vem dos sertanejos para outras regiões, prende-se às circunstâncias do pós-abolição e às características do clima semi-árido, mas vêm acompanhadas de uma forte crença nas potencialidades naturais da terra. O sertanejo disciplinado e dedicado ao trabalho da lavoura tem nas mãos a saída para todos os problemas de sobrevivência. Num contexto nacional permeado pelos discursos com idéias racistas que desqualificavam os brasileiros inaptos ao desenvolvimento, o nosso autor, num sentido contrário, via o sertanejo e o seu trabalho como alavancas do progresso.

No que diz respeito às mulheres, ele as incluía em suas tramas num jogo de fortes oposições, caminhando entre os modelos idealizados de mulher, mãe, dona de casa virtuosa para o oposto de mulheres desqualificadas e destituídas dos valores morais inculcados pela boa educação. Faz parte da sua forma de escrever o

trânsito entre dois extremos para deixar clara a sua mensagem. A mulher rica, má, exploradora dos empregados domésticos, cheia de artimanhas contra os inimigos e, socialmente, “uma figura de ornamento” ou a mulher pobre, solidária, caridosa, um poço de virtudes. Tem mulheres ex-escravas subservientes e “enredadeiras”, mas têm ex-escravas fiéis e dedicadas aos seus antigos senhores. O modelo defendido pelo narrador passa pela retidão de caráter da mulher honesta acima de qualquer suspeita, cuja conduta prioriza a autoridade masculina do pai ou do marido. Admite que a mulher tenha poderes, mas, no espaço restrito do lar e socialmente, devem ser recatadas e obedientes, colocando a honra familiar acima de tudo; “da porta pra fora”, ou seja, nos espaços públicos, só têm visibilidade quando ligadas ao nome do chefe da família. A insistência do autor em apontar as questões ligadas à conduta de ambos os sexos, aos valores morais e à honra da família fez emergir discussões sobre adultérios, separações e violência contra as mulheres, num movimento em que as ações acabavam se confundindo com as formas de pensar.

Gumes demonstrou-se defensor da educação como o caminho possível na conscientização de sertanejos e sertanejas. Estas especificamente deveriam ser educadas sim, deveriam estar preparadas para enfrentar a vida após o casamento, mas dentro do modelo compatível com a sociedade da época. As mudanças de hábitos poderiam ocorrer com cautela, sem prejuízos aos valores das gerações anteriores. O seu enfoque maior recaía sobre as qualidades morais dos seus personagens.

Mesmo a personagem professora e uma outra proprietária de terras – detentoras de uma educação mais completa – não poderiam fugir ao padrão prescrito. Gumes apontou um cotidiano em que as muitas ações femininas só apareciam no mundo doméstico, no mundo da “porta pra dentro”, ou seja, no mundo privado.

A pesquisa ofereceu subsídios para se entrever que as posições do nosso autor condizem com o aparato mental vigente nas primeiras décadas do século XX, preso aos padrões de moralidade estabelecidos pelo modelo ocidental e cristão. Era um homem da sua época e, como tal, traduzia as especificidades dessa mentalidade conservadora. É nesse contexto, que a sua voz masculina traça os perfis de mulher apresentados em suas tramas.

Contudo, as análises de outras vozes e de outros olhares sobre a temporalidade em estudo, permitem-nos ver espaços em que as mulheres subverteram papéis e criaram contra-poderes, inscrevendo-se como sujeitos ativos

nos grupos em que se achavam inseridas. São relevantes os modos usados nas suas artes e ofícios para criarem as trilhas das suas múltiplas inserções sociais. As outras fontes pesquisadas trouxeram-nos um sem número de ações desenvolvidas com criatividade por mulheres aguerridas no enfrentamento das muitas tensões e embates que sabemos existir em seus quotidianos. Educadas para uma finalidade, souberam usar os ensinamentos recebidos em situações que iam além das expectativas, superando dificuldades e surpreendendo a todos que desafiavam as suas competências.

Os escritos do jornal *A Penna* foram indispensáveis no retrato que se queria sobre os modos de viver em Caetité e região. O mundo feminino pouco entrava na pauta das discussões, mas buscando nas singularidades do dizer ou nas entrelinhas do não dito, afiguram-se as mulheres professoras, as mulheres nas organizações de eventos e em campanhas de solidariedade. Ao noticiar a morte de mulheres no jornal, exercitava-se a democracia, visto que o faziam tanto para ricas como para pobres.

Nas análises dos processos-crimes, encontramos mulheres vítimas que buscavam justiça contra todo tipo de arbitrariedade, mas também mulheres reivindicadoras como as que pleiteavam terrenos devolutos da municipalidade para construir casas ou ampliar suas posses. Assim, a pesquisa mostrou que, a despeito das normas prescritas e de situações legais pouco animadoras no que tange ao feminino, as mulheres enfrentavam na prática as circunstâncias que as afligiam, escrevendo novas histórias.

Considerando que Gumes tenha privilegiado os espaços rurais no desenrolar de suas tramas e que muito se evidenciou a mulher nesses espaços, buscou-se, através de memorialistas e outros estudos, uma visão do feminino no meio urbano àquela época. Ao ampliar o olhar, enfeixando espaços múltiplos, afiguraram-se as mulheres nos diversos papéis que a informalidade e as práticas quotidianas deram-lhes a fazer. Daí, foram encontradas mulheres costureiras, lavadeiras, vendedoras, artistas, pintoras, musicistas, professoras, empreendedoras, enfim, mulheres que sabiamente inventaram e coloriram o seu viver no percurso de um caminho cheio de lutas e de conquistas.

Reconhece-se que, para além dos limites circunscritos ao objeto desta pesquisa, há muitos “nós” a serem desfeitos no percurso dos que queiram trazer à baila os compassos femininos ou outras novas vozes.

REFERÊNCIAS

FONTES

Documentos

1.1 - Arquivo Público Municipal de Caetité

Produções literárias de João Gumes:

- GUMES, João. *Abolição*. Transcrição.s/d
- GUMES, João. *Pelo Sertão: narrativas de costumes rurais do sertão baiano*. 1927. Transcrição.
- GUMES, João. *Vida Campestre. narrativa dos costumes e hábitos dos lavradores do Alto Sertão Sul da Bahia*, 1926.
- GUMES, João. *Os analfabetos*. Bahia: Escola Typographica Salesiana, 1928
- GUMES, João. *O sampauleiro*. Caetité: Typografia d'A Penna, vol. I, 1922.
- GUMES, João. *O sampauleiro*. Caetité: Typografia d' A Penna, vol. II, 1932.
- GUMES, João. *Serafina*. s/d (manuscrito).

Acervo da Família Gumes

Série: Manuscritos

Resumo sinóptico: Peça teatral Mourama

Cx: 02 Mç : 04

Acervo da Família Gumes

Biografia de João Gumes feita por Sadi Gumes (1970)

Série Manuscritos

Cx: 02 Mç 03

Acervo Família Gumes

Série:Manuscritos

Romance Seraphina

Cx 02. Mç 05 e 06

Jornal A Penna. Edições microfilmadas. Período de 1897- 1930.

Jornal A Penna – números avulsos: 05/03/1922; 17/03/1921

22/10/1925; 12/03/1925

12/01/1928;30/03/1928

05/04/1928

Livros de atas:

Grupo: Câmara Municipal

Grupo: Secretaria da Câmara

Série: Registro de Posturas

Cx: 04 Mç: 04

Acervo Intendência Municipal de Caetité

Série: Atas

Resumo sinóptico: Ata da Fundação da Villa do Príncipe e Sant'Anna de Caetité
Petições e despachos (1810 a 1967)

Grupo Câmara Municipal
Regulamento Provisório do Cemitério Municipal de Caetité (1890)
Cx: 04 Mç: 04

Processos-crimes
Fundo: cartório de feitos cíveis e criminais
Série: Autos Crimes
Cx: 54

Cartório de Feitos Cíveis e criminais
Série: Autos Crimes
Sub-série –Injúrias verbais
Cx : 62 Mç: 01

Fundo:Cartório de Feitos Cíveis e criminais
Série: Autos crimes
Sub série:Calúnia e difamação
Cx: 22

Fundo: Cartório de Feitos cíveis e criminais
Série: Autos crimes
Subsérie – Lesão Corporal
Cx: 77

Fundo: Cartório dos feitos cíveis e criminais
Série: Autos Crimes
Sub-série – Apelação e crime
Cx: 15

Correspondências Pessoais
Acervo Casa Anísio Teixeira
Correspondências da Família Teixeira
Série: Mulheres Diversas (1901 a 1978)
Cx: 01 Mç: 01

Acervo Particular Família Deocleciano Pires Teixeira
Grupo: Deocleciano Pires Teixeira
Série: Correspondências pessoais.
Cx: 04

Acervo Particular Família Deocleciano Pires Teixeira
Grupo: Celsina Teixeira
Série: Correspondências pessoais
Caixas: 1 e 2.

1.2– Arquivo da Associação das Senhoras de Caridade de Caetité

Livro de Atas/ Ata da Fundação da Instituição.
Livro de Associadas da ASCC (1919 a 1954).

1.3- Acervo Particular de Belma Gumes Fernandes

GUMES, João. Uma insurreição de negros. (1874) Transcrição manuscrita (2010).

1.4– Documentos Impressos e Literatura Memorialista

GALVÃO, Maria de Lourdes S. Cordeiro. **Viagem no tempo: reminiscências**. Salvador: Contemp. 1988.

GUMES, Marieta Lobão. **Caetité e o clã dos Neves**. Salvador, 1974.

NEVES, Flávio. **Rescaldo de Saudades**. Belo Horizonte: Academia Mineira de Medicina, 1986.

Relatório da Associação das Senhoras de Caridade de Caetité. 1919-2010. Salvador: Egba, 2010.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité – Pequeninha e ilustre**. Brumado/BA: Gráfica e Editora Tribuna do Sertão, 1995, 2 ed.

SILVA, Áurea Costa. **Luz entre os roseirais**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1992.

SILVA, Pedro Celestino da. Notícias históricas e geográficas do município de Caetité. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**. Bahia, nº 58, p. 89 a 294, 1932.

1.5– Teses e Dissertações

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros de. **Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870 – 1920)**. 2004. São Paulo, 264 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC -SP.

OLIVEIRA, Neivalda Freitas de. **Representações e práticas de gênero em distratos de casamento: Salvador – 1890 a 1920**. São Paulo, 1998, 170 f. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa Inter institucional de Mestrado entre o Programa de Pós Graduação em Historia da PUC-SP , Universidade Estadual da Bahia e UCSAL –Salvador.

PROFETA, Marcos Ribeiro. **Mulheres e Poder no Alto Sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927)**. São Paulo, 2009, 157 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC - SP.

REIS, Maria da Conceição Souza. **O Sampauleiro: Romance de João Gumes**. Salvador, 2004, 513 f. Tese de Doutorado. UFBA.

REIS, Joseni Pereira Meira. **Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito**: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928). Belo Horizonte, 2010, 194 f. Dissertação de Mestrado. UFMG.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Cidade e memória**. Dimensões da vida urbana. Caetité, 1940 – 1960. Rio de Janeiro, 2001, 203 f. Dissertação. (Mestrado em História Social). UNIRIO.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Garotas Tricolores, deusas fardadas**: As normalistas em Feira de Santana – 1925 a 1945, Bahia. São Paulo, 1999, 215 f. Dissertação de Mestrado. PUC – SP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE Junior, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques (Org). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**: Obras Escolhidas, São Paulo: Brasiliense, 1994, Vol. 1.

_____. Imagens do pensamento. In: **Rua de mão única**: Obras Escolhidas, São Paulo: Brasiliense, 1995, Vol. 2.

BONADIO, Maria Cláudia. Histórias debaixo dos panos: descobrindo a linguagem da moda: Estudo sobre as mulheres das elites e classes médias paulistanas (1913 – 1929). **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, Jun/2002, nº 24.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo(org.). **Cultura Brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática, 2006.

BURKE, Peter. **O Que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do pós modernismo – In: Cadernos Pagu v.11. n X (11) 1998.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**: Estudos de Teoria e História Literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008, 10ª ed.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (Orgs). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, SP: Papirus, 2000.

CARVALHO, Lúcia Helena de Oliveira Vianna. A ponta farpada ou o lugar marcado da mulher no discurso da tradição. In: GOTLIB, Nádía Battella (Org.) **A Mulher na Literatura**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1990, v. 2.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis; RJ: Vozes, 1994.

_____. A cultura no plural. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs). **A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1988.

_____. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. V. 7, n. 13. 1994, p 97-113.

_____. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs). **Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

DANNER, Mário Fernando Passos. Graciliano Ramos e a crônica – Uma vida em três séries. In: CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs). **História em coisas miúdas: Capítulos de História Social da crônica no Brasil**. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs). **Uma Questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: **Revista Estudos Feministas**, CIEC/ECO/UFRJ, V 2, Nº 2, 1994.

_____. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea. In: **Revista Projeto História**, Nº 17, Nov. 1998.

DUARTE, Constância Lima. Literatura feminina e crítica literária. In: GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida (Org.). **A mulher na Literatura**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1990, v. I.

ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). **Revista de História**. TOPOI - UFRJ, Rio de Janeiro, 2000, v. 01. Disponível em: < >. Acesso em: 15 ago 2010

ESTRELA, Ely Sousa. **Os sampauleiros**: cotidiano e representações. São Paulo: Humanitas FFCLH/USP: Fapesp/Educ, 2003.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (Orgs). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. As delícias do nosso amor. In: SANDENBERG, Cecília M^a Bacellar; VANIN, Iole Macedo e ARAS, Lina M^a Brandão de (Orgs). **Fazendo Gênero na Historiografia Baiana**. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida (Org). **A mulher na literatura**. Belo Horizonte: UFMG, 1990, v. 1.

GOTLIB, Nádía Battella (Org). **A mulher na literatura**. Belo Horizonte:1990, v. 2 e 3.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850 a 1950. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2003

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho de e COSTA, Wilma Perez da. **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. As Damas da Caridade: Sociabilidades Femininas na Bahia Republicana. In: SANDENBERG, Cecília M^a Bacellar; VANIN, Iole Macedo e ARAS, Lina M^a Brandão de (Orgs). **Fazendo Gênero na Historiografia Baiana**. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

LEITE, Miriam Moreira (org.). A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec, 1984.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. e SEVCENKO, Nicolau (orgs). **História da Vida Privada no Brasil-República**: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MENDES, Bartolomeu de Jesus. **Caetité: A terra, a cultura e sua gente**. Caetité-BA: Gráfica Caetité, 1996.

MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cad. Pagu [online]. 2001 n.16 [citado 2010-10-09], pp.199-234.

_____. **Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1860)**. Revista Projeto História, São Paulo, PUC, Dez/2002, Nº 25.

_____. Gênero, medicina e filantropia. In **Cadernos Pagu**. Campinas, nº 24, p.41-67, 2005.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; RIBEIRO, Sônia Fonseca e COSTA, Karine Ferreira. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. In: Costa, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs). **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: Da sesmaria ao minifúndio (Um estudo de História Regional e Local)** Salvador: Editora da UFBA, 1998.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (Coleção Brasil Republicano, v. 1).

NUNES, Benedito. **O Tempo na narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Questão Nacional na Primeira República. In: LORENZO, Helena Carvalho de e COSTA, Wilma Perez da. **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: UNESP, 1997

PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. In: **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

_____. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios de vida: tráfico interprovincial e alforrias. Escravos e ex-escravos no sertão de sima Rio de Contas e Caetité – BA (1860 – 1920)**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – USP.

RAGO, Elisabeth Juliska. **Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Maria Joana e GROSSI, Miriam Pilar (Orgs). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. das Mulheres, 1998.

_____. A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral sexual e cultura literária feminina no Brasil, 1900-1932. **Revista Brasileira de História**, v. 14, n. 28, p 28 – 44

_____. Ser Mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Relações de gênero e classe operária no Brasil. In: PISCITELLI, Adriana et. alli. (orgs). **Olhares Feministas**. Brasília: MEC: UNESCO, 2009.

REIS, Maria da Conceição Souza. **O Sampauleiro**: romance de João Gumes. Tese de Doutorado - UFBA , Salvador, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Zezito. Caetité no limiar do séc. XX. **Caderno de Cultura Caetiteense**, nº 6.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**: intelectuais, artes e meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 2005.

SCOTT, Joan W. El gênero: uma categoria útil para el análisis histórico. In: Amelang James S. y Nash Mary (Orgs). **História y Género: Las mujeres en la Europa Moderna y Contemporánea**. Valência: Edicions Alfons el Magnaním – IUDEL, 1990.

_____. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Revista Projeto História**. São Paulo: EDUC, 2002, nº 25.

SOUSA, Ricardo. Blog 416 destinos. Disponível em: <http://416destinos.blogspot.com> Acesso em 04/10/2009.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SITES CONSULTADOS

Disponível em: <http://br.geocities.com/acadcaetiteenseletras/index_x2.html>

Disponível em: <<http://www.caetite.ba.gov.br/historia>>

Disponível em: <www.lidora.info/acadcaetiteense/index_historia_caetite.html>

Disponível em: <http://wikipedia.org/wiki/joao_gumes>

Disponível em: <www.revistatopoi.org/expediente.htm>

Disponível em: <www.soleis.adv.br>

Disponível em: <<http://novo.periodicos.capes.gov.br>>

APÊNDICES

Resumo das obras literárias de João Gumes

- *Uma Insurreição de negros*

“Pequeno esboço da escravidão no Brasil” foi escrita em 1874 e foi dedicada “aos protetores da liberdade”. Relata a forma como se davam as relações de trabalho entre negros escravos e o proprietário de uma fazenda, D. João, um fidalgo português com sua família composta de dois filhos e uma filha. Essa moça, Júlia, era o “símbolo angélico da candura” e a única que se preocupava com a sorte dos negros; os outros membros da família exageravam na exploração do trabalho e na crueldade dos castigos infringidos aos negros.

No desenrolar da narrativa, Gumes expressa as suas idéias contrárias à escravidão e os malefícios dessa prática para o país. Critica o comércio de escravos e os ideais de civilização por permitirem a existência de tal instituição.

Na história, Jorge, um mulato escravo convicto e não resignado com os males da escravidão, já estava preso no calabouço há dois meses, recebendo castigos diariamente. Após um desses castigos ele fingiu-se de morto, foi velado, mas conseguiu fugir de madrugada para uma gruta secreta da qual sabia a existência. Sua família, descobrindo sua fuga, preferiu simular o enterro. Da gruta, depois de melhorar um pouco os ferimentos, saía no meio da noite pra visitar a sua família (esposa, pais e irmãos). Numa dessas saídas, entrou pelo telhado da casa de D. João, armado de um punhal e atentou contra a vida do fidalgo, saindo sem ser visto. A culpa recaiu sobre seu pai que foi preso com ordens pra apanhar todo dia até morrer. As súplicas de Júlia para que os negros fossem perdoados eram em vão. Jorge convenceu e cooptou os negros na execução do plano de incendiar a fazenda: cortaram muita lenha que distribuíram ar redor da casa e atearam fogo de madrugada, de forma que o paiol de pólvora fosse atingido rapidamente. Dessa tragédia só escapou a filha por decisão deliberada dos negros.

- *A Abolição*

“Comédia drama” da qual não se sabe a época em que foi escrita, no entanto o enredo registra dois momentos: 1876 e 1888. O primeiro, retrata a arrogância de um comerciante de escravos (Antero) que, querendo comparar alguns escravos do fazendeiro Bonifácio, prolonga-se em negociações para levar um negrinho de 15 anos, o Francisco. Esse, por iniciativa do Sr Rocha, seu protetor, sabia ler e demonstrava grande inteligência. Segundo Antero, “a peça” não lhe era conveniente porque sendo um “mulatinho esperto” lhe daria muito trabalho até São Paulo e porque tinha “medo desses mulatos muito inteligentes: no sul não há quem dê por eles um vintém”. Por insistência, o negrinho veio à sua presença e no diálogo demonstrou as suas idéias de liberdade dizendo “Saiba senhor, que sou escravo por uma injustiça social: o meu corpo pertence a meu senhor, porém a minha alma, minha vontade são livres como o vento”. Essa fala foi vista como uma afronta e o comerciante comprou Francisco pelo prazer de fazê-lo escravo e vingar-se daquele império. Outros negros estavam envolvidos nessa história como o Domingos de 50 anos e sua filha (Ursina).

Num espaço de doze anos, alguns desses negros vivendo no sertão e os outros que foram levados pra longe conseguiram melhorar a sua condição; Francisco, (não se sabe que caminhos percorreu) fez-se doutor. Ajudados por alguns amigos abolicionistas, os negros conseguiram se organizar e arquitetaram vingar do comerciante Antero, no dia em que ia se casar com Josefina, a filha de Bonifácio (o que lhe vendera os escravos). O Dr. Francisco, ao chegar ao sertão da Bahia não foi reconhecido de imediato; apaixonou-se por Josefina que também o amava. O grupo abolicionista composto pelos filhos do fazendeiro, um conselheiro e sua filha, escravos e ex-escravos conseguiram provar que Antero era casado em Curitiba e, portanto, não poderia se casar de novo. No momento que os proprietários dos escravos queriam fazê-los sem voz e desconsiderar as suas reivindicações, chega-lhes a notícia da Abolição, com a lei de 13 de maio.

- *Pelo Sertão* : Narrativa de costumes rurais do sertão baiano (1913).

Esta obra circulou no *Jornal A Penna* como folhetim no período entre 04 de julho de 1913 a 27 de março de 1914. No exemplar transcrito que li, na última página, consta a seguinte observação do autor: “Este trabalho comecei a escrever em julho de 1913, sendo encetada a sua publicação no número 39 de 4 daquele mês, um apenas depois do nascimento das minhas gêmeas Célia e Celina. Copiei-o agora, quase 14 anos depois, quando já nos achamos em melhores condições e o que n’ele lembro pode ser atendido. Em todo o caso ainda há atualidade para muito do que aqui vai lembrado e referido. Embora expurgado de muitos erros e deslizes; embora eu espolhasse cuidadosamente, o leitor ainda muito encontrará a emendar, mas preocupo-me mais com o fundo, para o qual chamo a sua generosa atenção. Caetité, 14/04/1927, 31º aniversário da fundação da imprensa n’esta cidade e em todo o sertão baiano”.

A narrativa descreve com todas as minúcias as características de um sítio de clima semi-árido, porém muito próspero pelo trabalho disciplinado do seu proprietário; esse é apresentado como “modelo digno de apreciação e deve ser tomado como paradigma de valor”. A história se desenrola em torno da vida desse homem, cujas experiências de trabalho agrícola foram trazidas de suas andanças por outros lugares; ao constituir família, passou pelo dissabor de ficar viúvo em pouco tempo, quando foi ajudado por uma irmã que zelava de tudo com carinho e tomava conta do serviço doméstico. O único filho do primeiro casamento não vingou e, um ano depois, faleceu sua mulher em consequência de moléstias que lhe sobrevieram ao parto. Para ilustrar essa situação e referindo-se ao fatalismo de sua vida, cita o dito popular “Se minha sina é de vintém, não chegarei a tostão” (p. 10). Esse personagem conta que depois conseguiu casar-se com “uma moça experta, ativa, laboriosa e econômica, que muito concorreu e concorre para a sua felicidade e tranqüilidade de espírito e ordem” que existe em sua residência.

A narrativa é permeada de ditos populares que na ótica do autor, traduzem os valores dos sertanejos, tais como: “não medem a venta pra tomar uma narigada” ou “colocam o chapéu onde o braço não alcança”, ambos dados como exemplos pra caracterizar a prudência e o valor do trabalho disciplinado dos sertanejos, fatores importantes na promoção da prosperidade.

- *Vida Campestre* - Narrativa dos costumes e hábitos dos lavradores do alto sertão sul da Bahia

O objetivo da obra é mostrar “que esta zona, rica e abençoada, não é o sertão caluniado e até há bem pouco desprezado, para o qual não tem volvido a sua atenção os nossos governos e que, entanto, melhor explorada e cultivada, servida por estradas e melhor fiscalizada, prestará valioso auxílio à grandeza e prosperidade da Bahia”. Foi escrita em 1914 e circulou como romance-folhetim no Jornal *A Penna*; Começa falando do personagem Pedro Nunes, dono do Sítio do Maracujá, pequeno lavrador honesto e laborioso e da exigência que tinha quanto à ordem e asseio da casa que ficavam por conta da esposa (Catarina) e das filhas (Teresa e Rufina). Preocupava-se muito com o futuro das filhas e suas chances de casamento. Tinha um filho, Quirino e hospedou-se em sua casa um trabalhador, Felipe, para ajudá-lo nos trabalhos de sua roça. A trama envolve, do outro lado, a família do Major Alexandrino: ele proprietário de terras à beira da falência, sua esposa “uma figura de ornamento” e seus dois filhos que foram criados longe do trabalho e cuja educação não inculcou valores morais compatíveis com a decência que caberia aos sertanejos. Um desses rapazes, o Anastácio, viu em Rufina uma vítima fácil para as suas más intenções. Numa festa, atraiu e estuprou a moça; a culpa recaiu sobre Felipe que sabia de toda a história, mas não queria inocentar-se para não deixar a verdade aflorar; apaixonado por Rufina, chegou adoecer para proteger a honra da moça, com quem aceitou se casar para reparar o mal.

Outro personagem era o Capitão Timóteo que intermediava todas as questões entre as duas famílias, procurando desmascarar os maus comportamentos dos filhos do major e fazer justiça com os pobres e trabalhadores da família de Pedro. Como Quirino passou a odiar Felipe injustamente, o capitão tentou desfazer o mal-entendido entre os dois, dizendo ao primeiro: “Pois bem, meu amigo; eu sei de tudo. Trata-se da honra de sua irmã. Sei que você está em engano e odeia injustamente uma pobre vítima”. A trama é concluída com o descoberta do verdadeiro impostor, porém de uma forma que a moça não ficou enxovalhada e casando-se com Felipe, foram muito felizes.

- *O Sampauleiro*

Escrito em dois volumes, 1917 e 1929 respectivamente, constitui-se numa trama que tem como enfoque principal a saída do homem sertanejo para outras regiões, principalmente São Paulo.

Inicialmente explica o significado que tem o título: “O sampauleiro não se retira definitivamente. É o sertanejo das paragens da Bahia que vae a São Paulo atrahido pela riqueza e esplendor d’aquale florescente Estado, deixando a fazenda, muitas vezes a mulher e os filhos. Lá acumula algum pecúlio, volta, paga dívidas, solve compromissos; já perdido o hábito do trabalho, mesmo que encontra as suas installações mal cuidadas, de novo procura o grande Estado. Por fim tantas viagens emprehende de ida e retorno, que habitua-se a isso e nunca mais tem um domicílio certo”. Faz uma distinção entre emigrante, retirante e viajante.

O primeiro volume descreve com riqueza de detalhes os sítios rurais do alto sertão baiano, nas imediações de Caetité, fixando residência dos seus personagens na zona rural, a uma distância de seis léguas da sede; fala da natureza, do céu, das árvores, das “grungas”, dos capões de “geraes”, arbustos e flores. Faz uma apologia às potencialidades da terra e da agricultura quando levadas à sério: [...] “da agricultura, assim como depende a prosperidade material de um pais, resultam hábitos e virtudes que tornam um povo nobre, digno, respeitável, unido, em resumo, civilizado” (GUMES, 1917:96).

A trama se passa entre Abílio, moço rico e João, moço pobre, ambos querendo se casar com a mesma mulher a Sra. Maria da Conceição. Esta é filha do Sr. Oliveira, que, ficando viúvo, mantinha um relacionamento, às escondidas, com Virgínia, uma mulher de comportamentos desabonáveis, motivo pelo qual ele não assumia um casamento com a mesma.

É uma trama de muitos fios, permeada pelas intrigas entre as mães dos dois moços (D. Úrsula e D. Senhorinha) e as escravas e ex-escravas (Pulcheria e Umbelina) das suas convivências, envolvendo mentiras e falcatruas, simulação de cartas falsas, fingimentos e sentimentos variados. Apesar da disputa entre os dois moços, Maria casa-se com João. Sr. Oliveira vai pra São Paulo levando mais de cem trabalhadores e pede ao Sr. Serafim, seu amigo e vizinho, que ajude Maria e João em sua ausência.

A história tem sequência no segundo volume, mantendo-se os personagens principais. Abílio, o moço rico, continua aprontando das suas, tanto no sertão quanto em São Paulo para onde vai e volta mais de uma vez; suborna trabalhadores de seu inimigo, invade e incorpora terras de João, envolve-se em ações criminosas para perseguir os seus desafetos. João passa por dificuldades financeiras por conta das despesas com inventário da herança de sua mãe, somadas às dificuldades advindas com um ano de seca e crise e diante disso, resolve aventurar-se em terras paulistas na tentativa de melhorar de vida e reunir recursos para pagar suas dívidas. Lá trabalha muito e mesmo com as perseguições do seu inimigo, consegue reunir capital para pagar suas dívidas. Ao voltar, encontra Maria que resistiu a todas as intempéries, demonstrando retidão de caráter em todas elas. Concluindo, o autor mostra que o bem venceu o mal.

- *Os Analfabetos*

Escrito em 1928, como o próprio autor ressalta, com a intenção de defender a região alto-sertaneja da Bahia dos julgamentos negativos com que era vista de fora. O enfoque maior foi dado ao valor da educação que para Gumes era a grande saída para a conscientização dos sertanejos sobre as potencialidades da sua terra; essa conscientização faria o sertanejo acreditar na possibilidade de viver melhor sem precisar deslocar-se para outras paragens.

A trama se passa numa família sertaneja que reside na zona rural do município de Caetité, num sítio chamado Empedrado. O pai, Marcolino, é grosseiro e ignorante, anti-social, avesso à leitura e tudo que possa estar relacionado a ela; acha que leitura não leva ninguém a lugar nenhum; Torquata, sua mulher, ajuda-o em tudo e pode até fazer algumas ressalvas ao seu comportamento rude, mas de forma bem reservada. Dos seus muitos filhos, Zezinho, o mais velho, tem muita vontade de aprender a ler. Nas suas idas semanais à feira da cidade, conseguiu uma cartilha, improvisou pena e tinta e queria se alfabetizar sozinho. Um dia, ficou estudando até tarde e perdeu a hora de levantar-se pra ir pro trabalho diário da lavoura, junto com seus irmãos. Por esse motivo, levou uma grande surra de corrião do seu pai; a surra só não foi maior porque recebeu o socorro de sua mãe e nesse incidente ocorreu a primeira desavença do casal.

O pai descobriu o deslize do seu filho, quando encontrou a caminho da roça o livro perdido pelo menino e daí deduziu o motivo dele ter perdido a hora; sem desistir de castigar o filho e aconselhado pelo seu compadre e vizinho André, pegou o menino na roça, longe da proteção da mãe e deu-lhe uma surra de deixá-lo quieto no chão e ainda fez ameaças para que o filho nada dissesse a sua mãe. A partir deste dia, Zezinho começou a tramar a sua fuga pra S. Paulo; ainda assim se esmerava para agradar o pai, sendo uma das suas atribuições, ir à feira na cidade toda semana e lá ia juntando informações sobre a viagem à S. Paulo; e assim se preparou, fazendo economia, foi juntando algum dinheiro, no que sua mãe o ajudava, mas sem saber dos seus planos de fuga. Reuniu-se a um grupo de sampauleiros e enfrentou a longa viagem. Enfrentou muitas dificuldades, mas também encontrou gente boa que o ajudou como o velho Ambrósio que o adotou como filho e o fazendeiro que investiu no seu talento e inteligência. Na família deste último, duas personagens fizeram parte da história: sua mulher e sua filha, ambas amantes da leitura e apoiavam os projetos do fazendeiro de ampliar as oportunidades de estudo para todos que moravam na fazenda.

O desfecho desta história é o sucesso do rapaz que superou todos os obstáculos através de muita dedicação ao trabalho e da busca incessante pelo aprendizado da leitura. Nestas duas opções, consegue o apadrinhamento do dono da fazenda em que trabalhava, que inspirado pelas boas qualidades do seu caráter, foi facilitando as suas jornadas e estimulando cada vez mais o seu crescimento. Neste percurso, conhece e desposa a professora Alice que dá aulas na mesma fazenda em que reside. A trama envolve outros personagens como o André, um impostor que se aproveitou do fato de Marcolino não saber ler; mentiu sobre o bilhete que Zezinho deixou explicando a sua saída de casa e depois continuou interceptando outras cartas que chegavam e até o dinheiro que o rapaz mandava para os seus pais. Tudo culpa da falta de leitura! No final, Zezinho já bem estabelecido, conseguiu melhorar a vida da sua família e recebeu o reconhecimento do seu pai que mudou suas crenças em relação à leitura e escrita.

- *Seraphina*

Romance “filosófico e moralizador” na classificação do próprio autor, é um manuscrito inconcluso que se encontra no Arquivo público Municipal de Caetité; compõe-se de 5 capítulos : A velha Margarida,, O aprisco e o pastor, A recémchegada, Contrariedades e Nunca estamos sós; do VI ficou apenas o título: O club. Não tem a data em que foi produzido. Nas páginas escritas, existem lacunas que deixam em aberto o período que queria retratar e dá a entender que o autor ainda voltaria aos seus escritos definindo certos detalhes; percebe-se também que queria se referir a um período anterior à fundação do Jornal *A Penna*, como se depreende dessa parte: “À imprensa que então não era conhecida n’estas paragens, substituía a bisbilhotice, se não em extensão, ao menos em intensidade e veemência”. (p. 2).

Conta a história de uma moça bonita que chega numa vila pequena do interior, trazendo uma mudança que denota ser uma pessoa de posses, móveis bonitos e muitos livros. Vai morar na “rua de baixo”. Tem um filho que não é mais bebê e acompanha-a o escravo Simeão de mais de setenta anos que faz todo o serviço da casa e ainda faz as compras de alimentos.

Os bisbilhoteiros da vila ficam em polvorosa: quem seria esta senhora , donde veio, qual o seu destino e condições? A velha Margarida que passa grande parte do tempo à janela já a vê com maus olhos e conversa com a sua negrinha forra fazendo comentários maldosos sobre a reputação da recém-chegada. O escravo fica preocupado com a sorte de sua sinhá, mediante os comentários desabonáveis que ouviu na sua primeira saída à rua; ouve comentários de rapazes inconsequentes de rapazes que já pensam em conquistar a moça.

O enfoque recai sobre as práticas da doutrina espírita e Seraphina aparece em situação de quem se comunica com espíritos e psicografa mensagens recebidas do seu pai e do seu padrinho já falecidos e todas elas trazem grandes lições da doutrina e incentivam-na a suportar as dificuldades que irá enfrentar. Separada do manuscrito, estão folhas avulsas em outra caixa, das quais se pode ver que se referem aos mesmos personagens: a velha Margarida queixando-se de não ter tido filhos e outra explicando que Seraphina em outras vidas concorreu para a infelicidade de uma inocente e agora estaria tendo a oportunidade de expiar suas culpas.

A história é bem elaborada e deixa no leitor muita vontade de saber a continuidade que a mesma teria.